

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**NAS ENTRELINHAS DA CIDADE:**

**A Reforma Urbana do Rio de Janeiro no início do século XX e  
sua imagem na literatura de Paulo Barreto.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História por Cristiane de Jesus Oliveira. Orientador: Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Sônia Cristina da Fonseca Machado Lino.

**Juiz de Fora**

**2006**

Dissertação defendida e aprovada, em 15 de setembro de 2006 pela Banca constituída por:

---

Presidente: Prof. Dr. André Nunes de Azevedo

---

Titular: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Beatriz Helena Domingues

---

Orientador: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Sônia Cristina da Fonseca Machado Lino

## **AGRADECIMENTOS**

Gostaria de agradecer à minha eterna Orientadora e amiga, Sônia Lino, pelo incentivo, dedicação e sobretudo companheirismo; ao Professor Galba Di Mambro, do Departamento de História da Universidade Federal de Juiz de Fora, que ainda na Graduação depositou muita confiança em mim e no meu trabalho; ao Professor Luciano Raposo de Almeida Figueiredo que me abriu as portas necessárias no Rio de Janeiro para que eu pudesse caminhar; à minha irmãzinha Dani, que há alguns anos divide comigo alegrias, angustias e livros nos estudos dessa cidade maravilhosa, à minha família; ao meus amigos; a todos que de alguma forma contribuíram para que eu chegasse até aqui e a toda inspiração dos últimos tempos, sem a qual o termino desse trabalho não se constituiria numa tarefa tão prazerosa.

*À querida amiga Janaina, que dividiu comigo na cidade inspiração desse trabalho, as alegrias, tristezas e principalmente sacrifícios feitos em prol da História.*

*“Eu quero ser escritor, porque quero e estou disposto a tomar na vida o lugar que colimei. Queimei os meus navios; deixei tudo, tudo, por essas coisas de letras”.*

Lima Barreto

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	1
<b>CAPÍTULO 1:</b>	
A CIDADE COMO PERSONAGEM.....	7
1.1 – A Construção da Personagem: São Sebastião do Rio de Janeiro.....	8
1.2 – A Cidade: Personagem de vícios e virtudes.....	17
1.3 – Sobre a Modernidade.....	21
<b>CAPÍTULO 2:</b>	
NOSSO PERSONAGEM SE REFORMA.....	30
2.1 – A situação da Capital Federal.....	31
2.2 – Pereira Passos e a Reforma Urbana.....	35
2.2.1 – A Reforma Federal.....	45
2.2.2 – A Reforma Municipal.....	52
<b>CAPÍTULO 3:</b>	
AS LETRAS NAS RUAS DA CIDADE.....	60
3.1 – As Letras em fins do século XIX e início do XX.....	61
3.2 – Paulo Barreto: Um <i>Flaneur</i> .....	73
3.3 – <i>Joe</i> e a coluna <i>Cinematógrapho</i> .....	78
<b>CONCLUSÃO</b> .....	93
<b>FONTES</b> .....	97
<b>BIBLIOGRAFIA</b> .....	98
<b>ANEXOS</b> .....	110

## RESUMO

O Rio de Janeiro foi a primeira cidade brasileira a passar por uma ampla reforma urbana, ainda nos primeiros anos do século XX (1903-1906). Esta reforma, que operou de maneira estrutural e arquitetônica, mas também ideológica, visava transformar a cidade num centro atrativo através da sua inserção num quadro maior de modernização em um momento de intensa demanda por capitais, técnicos e imigrantes europeus. Tendo em vista esse contexto, a questão central dessa dissertação é a análise da idéia de cidade que se quis implantar por seus idealizadores, através da análise de documentos oficiais produzidos para tal empreitada e a partir desta, a idéia de cidade e automaticamente da reforma, que se perpetuou nas crônicas de Paulo Barreto, também conhecido pelo seu pseudônimo mais famoso de João do Rio, através da análise de sua coluna *Cinematógrafo*, publicada na Gazeta de Notícias entre os anos de 1907 e 1910.

## ABSTRACT

Rio de Janeiro was the first Brazilian city to undergo a comprehensive urban reform, as early as the first years of the 20<sup>th</sup> century (1903-1906). This was not only a structural and architectural reform but also ideological and cultural. It aimed to transform the city and to involve it in a larger framework of modernization, adding to its attractiveness at a moment of high demand for european investments, technicians and immigrants. Bearing this context in mind, the core of this dissertation lies in the analysis of the idea of city the proposers of the urban reform wanted to see realized. The materials employed for the aforesaid analysis were the official documents produced for the undertaking and those chronicles of Paulo Barreto – best known as João do Rio – published in the *Gazeta de Notícias' Cinematógrafo* column from 1907 to 1910.

## INTRODUÇÃO

O Rio de Janeiro é uma cidade múltipla e essa multiplicidade pode ser assim denominada histórica. Dos primeiros portugueses que aportaram à terra chamada por eles de São Sebastião do Rio de Janeiro e do encontro desses homens brancos com os homens da terra, os índios que se espalhavam por toda a extensão da grande baía, até os dias atuais, a cidade cresceu, recebeu muitos imigrantes vindos de todas as partes do mundo e transformou-se na cidade maravilhosa – fruto de inspiração de muitos compositores, poetas e escritores – e principalmente, numa cidade cosmopolita, nos moldes daquelas que em outros tempos serviram-lhes de inspiração.

Nos tempos coloniais, a cidade era referida, pelos grandes viajantes que registram sua fisionomia em seus históricos relatos, como uma terra de negros, tamanha era a quantidade de escravos africanos que para atender a necessidade dos colonos, portugueses e franceses, já aqui instalados, serviam ao trabalho braçal.

Como cidade portuária e conseqüentemente, centro recebedor e distribuidor das novidades vindas do velho continente, a cidade se desenvolve e seu número de habitantes cresce extraordinariamente ainda no século XVIII pela necessidade de abastecimento das Minas Gerais, onde se descobria a cada dia novas jazidas de ouro e diamantes.

A cidade foi ainda Capital de um grandioso império, quando a família Real portuguesa a escolhe para instalar sua corte ainda no início dos oitocentos. A chegada da Família Real e todo seu aparato digno de uma corte tradicional europeia dão novos modos de vivência à cidade que a marcaria para sempre como centro político e, para além disso, cultural de todo um país. É a chegada da civilização aos trópicos...

Posteriormente, em fins do século XIX, com a abolição da escravidão a cidade sofre novamente um inchaço populacional. Com uma estrutura precária desde os tempos coloniais necessita de obras de melhoramentos que a transformasse numa cidade salubre e a livrasse de todas as pestes que grassavam tanto no inverno quanto no verão. Os primeiros planos visando uma reforma nesse sentido foram propostos, mas nenhuma das perspectivas se confirmarão.

Com a instauração da República e com a virada do novo século que é sempre marcada por muitas incertezas, mas sobretudo por expectativas, um novo clima paira sobre a cidade. Nos primeiros anos do século XX assume a Presidência da República Rodrigues Alves, com expectativas muitas quanto à transformação da cidade num grande centro urbano, pensa-se numa reforma com a finalidade de incluir o país, através de sua capital, no cenário internacional. A Belle Époque carioca é então, o momento propício para a realização desta reforma urbana, que mudaria não só a arquitetura, mas também o modo de vida das pessoas.

Tendo em vista este contexto, o objetivo do nosso trabalho é discutir a idéia da Reforma Urbana empreendida na cidade do Rio de Janeiro nos primeiros anos do século XX a partir de duas perspectivas. A primeira diz respeito a maneira como a reforma foi pensada, ou seja, a perspectiva inscrita nos Relatórios que nortearão sua execução. Na segunda trataremos da idéia que se perpetuou sobre a cidade reformada nas crônicas do literato carioca Paulo Barreto.

Teremos, então, dois grupos documentais que nortearão o desenvolvimento da nossa pesquisa. O primeiro grupo é aquele produzido nos últimos anos do Império e início da

República em torno da idéia de sanear e higienizar a cidade do Rio de Janeiro. É o que designamos por fontes oficiais e que se encontram no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Trata-se do *Primeiro e Segundo Relatório da Comissão de Melhoramentos da Cidade do Rio de Janeiro* produzidos ainda no século XIX por ordem do então Imperador D. Pedro II pelo então Consultor técnico do Ministério da Agricultura e Obras Públicas, Francisco Pereira Passos. Tomamos também as críticas apresentadas a esse estudo – que não chegou a ser colocado em prática por motivos diversos que serão explicitados no capítulo primeiro desse trabalho – pelo engenheiro Vieira Souto publicadas no *Jornal do Comércio*, um dos grandes periódicos do período e posteriormente reunidas em um livro publicado sob o título de *Melhoramentos da cidade do Rio de Janeiro. Crítica aos trabalhos da respectiva comissão. Colleção de artigos publicados no “Jornal do Commércio” de 23 de fevereiro a 15 de abril de 1875 por L. R. Vieira Souto*, e por fim o Relatório *Melhoramentos da cidade projetados pelo Prefeito do Distrito Federal, Dr. Francisco Pereira Passos*. Este estudo se constitui no eixo norteador da Reforma do início do século produzido pela Comissão de Carta Cadastral sob a orientação do então Prefeito Passos. Nesses relatórios podemos encontrar os problemas que assolavam a cidade e as soluções por vezes apresentadas.

Cabe, no entanto, alguns esclarecimentos a respeito desse nosso primeiro grupo documental. Essas fontes não se constituem enquanto uma documentação inédita, ela já foi bastante estudada na década de 80 e início da de 90 por vários historiadores que serão discutidos no decorrer do trabalho.

Mas, é a partir da idéia da professora Laura de Mello e Souza que afirma que “o historiador só pode trabalhar com documentos que existem: não podem inventa-los, mas pode reinventa-los, lê-los com novos olhos”<sup>1</sup>, que partimos para uma nova perspectiva e um novo olhar sob esses documentos.

---

<sup>1</sup> SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. 4º ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004, p. 28.

O segundo grupo documental se encontra microfilmado na Divisão de Periódicos da Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e constitui-se, nas crônicas publicadas numa coluna do jornal *Gazeta de Notícias*, intitulada *Cinematógrafo* e assinada por *Joe* um dos pseudônimos de Paulo Barreto mais conhecido por João do Rio. Paulo Barreto é talvez um dos literatos mais representativos da literatura desse período e, para além disso, representativo da cidade do Rio de Janeiro, não é por acaso, que seu pseudônimo mais usado era aquele que o ligava à cidade fruto de sua inspiração. As crônicas publicadas na *Gazeta de Notícias* formam um conjunto de textos publicados durante 145 semanas que se estendem de 11 de agosto de 1907 até 18 de dezembro de 1910 e são usadas no nosso trabalho como testemunho de uma época, uma época em que as transformações na cidade aconteceram de uma maneira rápida e brusca e que se refletiram tanto na estrutura física da cidade como nas mudanças de comportamento, na maneira de se fazer literatura, na imprensa e no cotidiano da cidade de uma maneira geral.

Na análise das crônicas enquanto documento histórico buscamos localizar uma imagem da cidade do Rio de Janeiro, um quadro onde as temáticas da implantação da República e da inserção do país na modernidade aparecerão revelando seu posicionamento questionador a respeito dessas mudanças.

Esses pensamentos e opiniões podem ser identificados nos textos de Paulo Barreto e podem ser considerados fontes para o desenvolvimento de uma pesquisa histórica, no sentido de que são um testemunho de seu tempo e principalmente porque são produzidos por um escritor que se propunha a pensar a sociedade de forma crítica através de sua literatura.<sup>2</sup>

Diferentemente do documento no sentido positivista da palavra, a crônica tem uma forma muito particular, retratada pela relação entre ficção e história. De acordo com

---

<sup>2</sup> VERANI, Ana Carolina. O Triste fim de Lima Barreto: literatura, loucura e sociedade no Brasil da Belle Époque / Ana Carolina Verani ; orientador: Antonio Edmilson M. Rodrigues. – Rio de Janeiro: PUC-Rio, Departamento de História, 2003, p. 15.

Margarida de Souza Neves, no caso específico das crônicas cariocas produzidas em fins do século XIX e início do XX,

é possível uma leitura que as considere “documentos” na medida em que se constituem como um discurso polifacético que expressa, de forma certamente contraditória, um “tempo social” vivido pelos contemporâneos como um momento de transformações<sup>3</sup>.

Ou seja, as crônicas podem ser consideradas documentos porque se constituem enquanto elementos que descrevem as novidades desse tempo se transformando em imagens e conferindo uma idéia de transformação na passagem dos séculos XIX para o XX no Rio de Janeiro.

Há ainda um segundo ponto a ser destacado. As crônicas se apresentam como imagens de um tempo social e como narrativas do cotidiano e é, ainda, segundo Neves<sup>4</sup>, não como dados mas como construções consideradas aqui documentos. O objeto da crônica é o tempo vivido e o cotidiano construído pelo cronista, uma vez que este, ao eleger um tema em detrimento de outros, fala do momento vivido, se constituindo em testemunho de um tempo.

Sendo assim, no Capítulo 1 dessa dissertação desenvolvemos uma discussão teórica a respeito da idéia de cidade, introduzindo a construção da cidade do Rio de Janeiro dentro das análises de Angel Rama. Com base nisso, fazemos uma análise do lugar do indivíduo na cidade moderna a partir do historiador americano Carl Schorske, para chegarmos enfim, nas discussões que tomam a modernidade como tema central através das obras de teóricos como Marshall Berman e Habermans. É importante destacar que essas discussões nortearão as

---

<sup>3</sup> NEVES, Margarida de Souza. “Uma escrita do tempo: memória, ordem e progresso nas crônicas cariocas”. IN: CANDIDO, Antonio (et al). A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil. Campinas: Unicamp, Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992, p. 76.

<sup>4</sup> Ibidem.

idéias discutidas no nosso trabalho tanto no que se refere à cidade do Rio de Janeiro e sua inserção na modernidade quanto à figura do nosso cronista enquanto um *flaneur*<sup>5</sup>.

No Capítulo 2 partiremos para aquilo que denominamos primeiro momento da nossa pesquisa, ou seja, traçamos um panorama da situação da Capital Federal nos primeiros anos do século XX e de todos os problemas que a assolavam, para posteriormente tratarmos do projeto da Grande Reforma, tomando a perspectiva de que essa se dividiu em duas, a saber, a Reforma empreendida pelo Governo Federal e a empreendida pelo município. Esta segunda apresentada com base nas idéias do seu empreendedor, o então Prefeito Pereira Passos.

No Capítulo 3, enfim, partiremos para a análise da idéia da cidade do Rio de Janeiro presente nas crônicas de Paulo Barreto. Num primeiro momento, analisaremos o quadro literário no qual o cronista estava inserido, a sua condição de literato e *flaneur* carioca e por fim, analisaremos suas crônicas publicadas na coluna *Cinematógrafo*

---

<sup>5</sup> O próprio Paulo Barreto em uma de suas crônicas mais famosas, denominada “A Rua”, nos esclarece o que seria um *flaneur*: “Para compreender a psicologia da rua não basta gozar-lhe as delícias como se goza o calor do sol e o lirismo do luar. É preciso ter espírito vagabundo, cheio de curiosidades malsãs e os nervos com um perpétuo desejo incompreensível, é preciso ser aquele que chamamos *flaneur* e praticar o mais interessante dos esportes – a arte de flunar. (...) Flunar é a distinção de perambular com inteligência”. RIO, João do. A alma encantadora das Ruas. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura. Departamento Geral de Documentação e Informação cultural. Divisão de Editoração, 1987 (1908), p. 2.

## **CAPÍTULO 1: A CIDADE COMO PERSONAGEM**

*“Eu amo a rua. Esse sentimento de natureza toda íntima não vos seria revelado por mim se não julgasse, e razões não tivesse para julgar, que este amor assim absoluto e assim exagerado é partilhado por todos vós. Nós somos irmãos, nós nos sentimos parecidos e iguais; nas cidades, nas aldeias, nos povoados, não porque soframos, com a dor e os desprazeres, a lei e a polícia, mas porque nos une, nivela e agremia o amor da rua”. João do Rio*

## **1.1– A Construção da Personagem: São Sebastião do Rio de Janeiro.**

A cidade existe há milhares de anos. Jericó, segundo alguns arqueólogos seria a mais antiga, construída ainda no que conhecemos como Neolítico, há nove ou dez mil anos atrás.

As cidades mais antigas eram lugares de refúgio, fortalezas construídas com a finalidade de defender seus habitantes. Os motivos que levam à escolha do local de sua construção, ou seu marco inicial podem ser, muitas vezes mais duráveis que a própria construção em si.

Algumas cidades perdem importância, outras perdem poderio, outras perdem ainda territórios enquanto, outras crescem e se tornam, às vezes, representantes de uma imensa região ou mesmo de um país.

As cidades são fundadas para atender a diversas necessidades, sejam elas comerciais, relativas a existência de recursos naturais, trânsito fácil, enfim, são fundadas obedecendo a alguma conveniência, como o lugar mais ou menos imposto pelas circunstâncias – não por determinismo geográfico, nem pela submissão da natureza.

Vejamos então, o caso da cidade do Rio de Janeiro, uma cidade privilegiada por sua posição geográfica, a cidade do Rio de Janeiro.

Não era uma feitoria, sistema típico do domínio português nas Índias; não era apenas um porto, onde os navios que passavam, acelerando a riqueza mercantil,

abastecem-se de víveres e água; também não era um simples centro de concentração do poder da coroa portuguesa ao sul da América.<sup>6</sup>

A cidade do Rio de Janeiro era um lugar aberto para o mundo e esta talvez tenha sido a primeira dificuldade a ser superada pelos colonizadores portugueses. Apesar de num primeiro momento, ter ficado claro para estes a posição privilegiada da Baía de Guanabara como lugar naturalmente militar, os lusos não a ocuparam efetivamente. Foram os franceses, traficantes de pau-brasil que, em 1555, a ocuparam obrigando os lusos a uma posterior operação de reconquista do território.

É a partir desse momento, ou seja, da reconquista, que o Rio de Janeiro passa a ser, então, pensado enquanto cidade a ser construída, planejada. Segundo Edmilson Rodrigues,

O Rio de Janeiro construiu uma dimensão histórica que permitiu distingui-la no conjunto das cidades coloniais de origem ibérica. (...) Porque sua idealização resultou de um processo de afirmação do poder português numa região onde já existia uma cidade-utopia, imaginada e vivida pelos franceses.<sup>7</sup>

Sobre esse sonho de ordem e poder que marcou a idealização da construção da cidade do Rio de Janeiro, Angel Rama<sup>8</sup> nos esclarece que desde a reconstrução de Tenochtitlan, após sua destruição por Cortês em 1521, até a inauguração da cidade de Brasília, as cidades latino-americanas se inseriram dentro de um ciclo da cultura universal onde a ordem regia o sonho da cidade. E o único lugar que seria possível encampar essa idéia eram as terras do Novo Continente.

---

<sup>6</sup> RODRIGUES, Antônio Edmilson Martins. “Em algum lugar do passado. Cultura e História na cidade do Rio de Janeiro”. IN: AZEVEDO, André Nunes de (org.). Rio de Janeiro: Capital e Capitalidade. Rio de Janeiro: Departamento Cultural/ Sr-3 UERJ, 2002, p. 18.

<sup>7</sup> Ibidem. p. 17.

<sup>8</sup> Para um maior esclarecimento a respeito da construção das cidades latino-americanas sobre uma perspectiva de reprodução do poder real absolutista, ver: RAMA, Angel. A cidade ordenada. IN: RAMA, Angel. A cidade das letras. São Paulo: Brasiliense, 1985.

Durante o século XVI os próprios fundadores perceberam que, na construção das cidades latino-americanas, haviam abandonado a cidade orgânica medieval e entrado numa nova forma de distribuição do espaço. Porém, foi com base numa disciplina hierárquica da sociedade, herança das monarquias absolutas e da Igreja que as cidades ibero-americanas se configuraram culturalmente criando um modelo que se tornaria secular: a cidade barroca<sup>9</sup>.

Foi no continente americano, onde, pela cegueira antropológica, os valores próprios da terra foram ignorados e se tornou possível sonhar uma nova época longe de toda concreta acumulação do passado das cidades européias.

Num esforço de clarificação, racionalização e sistematização os modelos não são mais os conhecidos, os reais e os vividos e sim modelos ideais concebidos pela inteligência, onde, como viu Foucault, as palavras começam a separar-se das coisas gerando uma independência de “ordem dos signos”<sup>10</sup>.

O signo “deixa de ser uma figura do mundo, deixa de estar ligado pelos laços sólidos e secretos da semelhança ou da afinidade com que o marca”, começa a “significar dentro do interior do conhecimento”, e “dele tomará sua certeza ou sua probabilidade”<sup>11</sup>.

Dentro dessa vertente do saber, surgirão cidades ideais onde a razão ordenada da hierarquia social é transportada para uma ordem geométrica permitindo que leiamos a sociedade ao ler o mapa de uma cidade.

Ainda segundo Rama, a palavra chave de todo esse sistema é a palavra *ordem*. De extrema importância na Igreja, no exército e na administração é a palavra que o Rei utiliza

---

<sup>9</sup> Ibidem. p. 24.

<sup>10</sup> Sobre a Ordem dos signos, ver: Ibidem. p. 26

<sup>11</sup> FOUCAULT, apud, Ibidem. p. 26

obsessivamente para a conquista do novo continente já que “as instituições colocam toda a colonização na dependência absoluta dos interesses da metrópole”<sup>12</sup>.

A transladação da ordem social a uma realidade física, no caso da fundação das cidades, implicava o desenho urbanístico prévio mediante as linguagens simbólicas da cultura sujeitas à concepção racional. Mas se exigia desta que, além de compor um desenho, previsse um futuro. De fato, o desenho devia ser orientado pelo resultado que se haveria de obter no futuro, conforme o texto real diz explicitamente. O futuro que ainda não existe, que é apenas sonho da razão, é a perspectiva genética do poder<sup>13</sup>.

Independente da forma imaginária de um tabuleiro de dama que reproduziu as cidades barrocas o que se tem de fato, é um princípio reitor que funciona por trás e assegura um regime de transmissões da esfera do poder, do alto para baixo; da metrópole pra a América através de uma estrutura social que se impõe à constituição física da cidade e na qual, a ordem devida é estabelecida antes mesmo da existência da cidade para impedir uma futura desordem; o que transforma em inalteráveis os signos que regem a mutante vida das coisas.

Pensar a cidade competia a esses instrumentos simbólicos que estavam adquirindo sua pronta autonomia, que os adequaria ainda melhor à funções que lhes reclamava o poder absoluto<sup>14</sup>.

Para além da posse do solo e do seu ritual impregnado de magia, as ordenanças necessitavam também de um *script* que poderia ser um escrivão, um escrevente ou até um escritor para que se redigisse uma “escritura”.

---

<sup>12</sup> Ibidem. p. 27.

<sup>13</sup> Ibidem. p. 27.

<sup>14</sup> Ibidem. p. 29.

Esta palavra escrita viveria na América Latina como a única válida, em oposição à palavra falada que pertencia ao reino do inseguro e do precário. (...) A escritura possuía rigidez e permanência, um modo autônomo que arremedava a eternidade. Estava livre das vicissitudes e metamorfoses da história, mas, sobretudo, consolidava a ordem por sua capacidade de expressá-la rigorosamente ao nível cultural<sup>15</sup>.

Ainda para além do discurso proporcionado pela língua, se articulava um segundo, proporcionado pelo gráfico que continha a coisa que representava, no caso a cidade, e a coisa representada, o desenho como uma “maravilhosa independência da realidade”<sup>16</sup>.

O plano urbano, ou seja, a construção de cidades foi, portanto, o melhor exemplo de modelo cultural operativo e nele se autoriza todo tipo de operação intelectual a partir de suas proporções, próprias em modelo reduzido. Assim, o signo ostenta uma perenidade que é alheia à duração da coisa. Desse modo, fica conservada a inalterabilidade do universo dos signos pois, eles não estão submetidos ao decaimento físico, mas somente à hermenêutica.

A partir disso, temos uma inversão do processo: “em vez de representar a coisa já existente mediante signos, estes se encarregam de representar o sonho da coisa”<sup>17</sup>, ou seja, as utopias eram representadas pelos signos para reafirmação da ordem.

De acordo com isso, as cidades americanas foram remetidas, desde sua origem a uma dupla vida, a correspondente à ordem física, que atua no mundo material e a correspondente à ordem dos signos.

Antes de ser uma realidade de ruas, casas e praças, que só podem existir e ainda assim gradualmente, no transcurso do tempo histórico, as cidades emergiam já completas por um pacto de inteligência nas normas que as teorizavam, nos atos

---

<sup>15</sup> Ibidem. p. 29-30.

<sup>16</sup> Ibidem. p. 30.

<sup>17</sup> Ibidem. p. 31.

fundacionais que as estatuíam, nos planos que as desenhavam idealmente, com essa regularidade fatal que espreita aos sonhos da razão<sup>18</sup>.

A ordem dos signos imprimiu toda sua potencialidade sobre o real fixando marcas tão fortes que estas ainda subsistem nas nossas cidades latino-americanas. E essa liberdade de operações que no século XV e XVI incorporou o universo das formas ao mundo dos signos, ao invés da superação a um possível renascimento do classicismo, estabeleceu o “primeiro e esplendoroso modelo cultural operativo da modernidade, pré-anunciando a mais vasta transubstanciação do passado que efetuará o historicismo nos séculos XVIII e XIX”<sup>19</sup>.

Pode-se dizer, portanto, que a descoberta e colonização da América teve uma incidência fundamental no desenvolvimento sócio-econômico e cultural da Europa, além de ser a primeira aplicação do saber barroco que opunha a monarquia absoluta e seus valores como abstração e racionalização à individualidade e imaginação. Foi um projeto pensado ao qual a realidade se curvaria.

Mais do que uma fabulosa conquista, ficou comprovado o triunfo das cidades sobre um imenso e desconhecido território, reiterando a concepção grega que opunha a polis civilizada à barbárie dos não urbanizados<sup>20</sup>.

Esse processo de formação das cidades americanas não seguiu àquele desenvolvimento europeu descrito por Braudel<sup>21</sup>, onde a cidade partia do desenvolvimento agrícola. Aqui, ao contrário, o desenvolvimento se iniciava com uma pequena urbe esperando que ela gerasse o desenvolvimento agrícola. Fixando-se assim o ideal do ser urbano.

---

<sup>18</sup> Ibidem. p. 32.

<sup>19</sup> Ibidem. p. 33.

<sup>20</sup> Ibidem. p. 35.

<sup>21</sup> Sobre o desenvolvimento das cidades européias, ver: BRAUDEL, Fernand. Civilização Material, Economia e Capitalismo. Séculos XV-XVII, volume 3: o tempo do mundo. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

As cidades americanas funcionariam também como focos civilizadores, opondo-se ao campo, onde reinava a barbárie. Para Domingos Faustino Sarmiento<sup>22</sup>, a cidade era o único receptáculo possível da cultura europeia. E para se tornar civilizadora deveria impor suas normas ao território selvagem, tornando-se focos progressivos de colonização e civilização.

Contrastando com São Salvador, cidade criada pelos portugueses nessas terras e que à princípio seria uma cidade-referência, a cidade do Rio de Janeiro confirmaria sua vocação mercantil, com um aspecto inteiramente novo: não fazia comércio apenas com os portugueses, mas com todos que por ali passavam, assumindo, segundo Rodrigues, “uma posição de singularidade com relação ao sistema colonial português”<sup>23</sup>.

O Rio de Janeiro foi aos poucos, se transformando numa cidade singular, com crescimento de setores urbanos ligados à produção e à agricultura de exportação gerada pelas grandes propriedades. Uma cidade de produção, habitada por colonos e além de tudo, aberta para a conquista de seu entorno.

Independente da dimensão da cidade, o Rio se constituía na principal cidade da América depois de São Salvador, mas seu maior desenvolvimento seria mesmo registrado no século XVIII com o progressivo desenvolvimento da mineração na região das Minas Gerais, onde os setores urbanos cariocas participariam ativamente no abastecimento dessas regiões. A partir de então, percebe-se um aumento considerável de riqueza desses colonos cariocas que por estarem ao lado do porto participam ativamente da dupla função que é impingida a este. Se por um lado, o porto escoava as riquezas minerais advindas do interior, por outro absorvia as novidades importadas do velho mundo.

A partir de meados do século XVIII com o crescimento da extração da região das minas associado ao poderio da cidade no conjunto colonial, o Rio de Janeiro toma o lugar de Salvador no cenário colonial, sendo elevada, pelo Marquês de Pombal em 1776, à capital do

---

<sup>22</sup> SARMIENTO, Domingos Faustino. Facundo. Paris [França]: La Table Ronde, 1964.

<sup>23</sup> RODRIGUES, op. cit., p. 19.

Vice-Reino. Como Capital da Colônia, a função portuária da cidade cresce consideravelmente paralelamente à reafirmação do seu status hegemônico. A cidade não possuía apenas o título de capital, mas também Capitalidade.

Segundo André Azevedo,

A Capitalidade é um fenômeno tipicamente urbano que se caracteriza pela constituição de uma certa esfera simbólica originada de uma maior abertura às novas idéias por parte de uma determinada cidade, o que confere a esta um maior cosmopolitismo relativo às suas congêneres e uma maior capacidade de operar sínteses a partir das diversas idéias que recepciona. Este conjunto simbólico que se desenvolve nas vicissitudes das experiências históricas vividas por esta urbe, identifica a cidade como espaço de consagração dos acontecimentos políticos e culturais de uma região ou país, tornando-a uma referência para as demais cidades e regiões que recebem a sua influência. Esta esfera simbólica evolui, sendo redimensionada ao sorver novas experiências, constituídas e constituidoras da tradição da urbe<sup>24</sup>.

Os primeiros anos do século XIX marcaram sobremaneira a história da cidade no sentido de um maior estreitamento dos laços com a Coroa a partir da chegada da Corte portuguesa ao Rio de Janeiro em 1808. Esse fenômeno geraria o acréscimo de uma nova dimensão à cidade, a saber: a centralidade<sup>25</sup>.

A passagem a esse novo estatuto político, muda de maneira significativa sua função projetando o Rio de Janeiro internacionalmente e colocando-o numa posição chave que o

---

<sup>24</sup> AZEVEDO, André Nunes de. “A Capitalidade do Rio de Janeiro. Um exercício de reflexão histórica”. IN: AZEVEDO, André Nunes de (org.). Rio de Janeiro: Capital e Capitalidade. Rio de Janeiro: Departamento Cultural/ Sr-3 UERJ, 2002. p. 45.

<sup>25</sup> Segundo o conceito de Azevedo: Por centralidade entendemos a propriedade de uma cidade de ser o centro pelo qual devem passar os principais acontecimentos políticos e culturais de um país. Esta qualidade, dispensa, ainda que não exclua, a condição de capital. Este fenômeno pode ser percebido em várias cidades mundiais, entre elas podemos citar Paris e Buenos Aires, urbes onde a capitalidade e a condição de capital se articulam. A centralidade do Rio de Janeiro no século XIX não pode ter a sua compreensão reduzida ao argumento de que a cidade se tornara, na época, capital do Reino. Isso se deve ao fato da cidade do Rio de Janeiro já possuir capitalidade desde os tempos coloniais, o que somou para a sua centralidade quando a cidade assumiu uma nova situação política, em 1808. (...) Assim, consideramos a centralidade como um elemento possível, ainda que não necessário, da capitalidade de uma cidade. *Ibidem*. p. 52.

ligaria facilmente aos cinco continentes. Para além dos fatores externos, D. João dotou a cidade de uma nova significação adequando-a à presença da Corte e criando novas instituições, sobretudo culturais, como a Biblioteca Nacional, a Imprensa Régia e o Jardim Botânico. Seria esse o que poderíamos chamar de um primeiro momento na tentativa de inserção de hábitos e ideais europeus de civilização no país.

Do ponto de vista econômico, a abertura dos portos foi de extrema importância tanto pela dinamização do comércio como pela introdução significativa de mercadorias de luxo, neste momento, necessárias ao novo padrão de civilização proporcionado pela dinamização da vida cultural da cidade.

Seria, porém, com D. Pedro II que se configuraria a idéia de construção de uma *civilização nos trópicos*<sup>26</sup>. Esse segundo momento do que poderíamos chamar de um “processo civilizador” é marcado pelo mecenato do Imperador e pelas grandes manifestações políticas e culturais.

Nesse momento a cidade cresce de uma maneira considerável, assim como sua infraestrutura, as obras de melhoramento do porto, o crescimento da malha ferroviária, a expansão das linhas das companhias de carris, seriam melhoramentos que tentavam acompanhar o crescimento gigantesco pelo qual a cidade passava em números populacionais. Propõe-se, então, um primeiro e posteriormente, um segundo plano de reformas, conhecidos como “*Primeiro e Segundo relatórios da Comissão de melhoramentos da cidade do Rio de Janeiro*”.

Com o objetivo de reformar e sanear a cidade buscava-se atingir, tanto as causas das freqüentes epidemias, quanto a inserção da cidade nos ideais de estética e civilidade europeus. No entanto, este plano não foi colocado em prática, como veremos no Capítulo 3, por motivos

---

<sup>26</sup> A referida autora em pesquisa sobre o Imperador D. Pedro II, além de produzir um trabalho biográfico, avança consideravelmente nas pesquisas que traçam um panorama das Instituições criadas pelo Imperador com a finalidade não só de elevar culturalmente o povo, mas também de transformar o país num modelo de civilização

que envolviam tanto a falta de interesse da iniciativa privada quanto a incapacidade do Estado de arcar com obras tão dispendiosas, ficando esta a ser pensada novamente nos primeiros anos do século XX.

Esse plano, no entanto, serviria como norteador para o projeto que nos primeiros anos da República seria, enfim, colocado em prática e que transformaria a cidade do Rio de Janeiro, Capital Federal e vitrine do país, numa cidade moderna, nos moldes das grandes capitais européias.

## **1.2. A Cidade: Personagem de vícios e virtudes.**

Uma outra análise sobre a cidade busca analisá-la a partir da experiência do indivíduo e da multidão. Utilizaremos nesse momento o trabalho do historiador norte-americano Carl Schorske<sup>27</sup>.

Segundo esse autor, durante dois séculos, o problema da cidade apareceu de maneira infinitamente variada na consciência de intelectuais e artistas europeus e essa infinita variedade de se pensar a mesma temática passa justamente pela possibilidade de se pensar a cidade num isolamento hermético, ou seja, a percepção dessa, deriva de uma cultura herdada e de uma experiência pessoal entendida como conceitos e valores individuais.

Schorske distingue três variações de pensamentos a respeito da cidade, no que ele chama de “últimos duzentos anos” – período compreendido entre os séculos XVII e fins do XIX – a saber: a cidade como virtude, a cidade como vício e a cidade para além do bem e do mal.

---

nos trópicos. SCHWARCZ, Lílian M. As barbas do Imperador. D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Cia das Letras, 1988.

<sup>27</sup> Para um maior aprofundamento quanto à questão da cidade e da modernidade, na perspectiva defendida por esse autor, ver: SCHORSKE, Carl E. Pensando com a história: indagações na passagem para o modernismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

O século XVIII desenvolveu, a partir da filosofia do Iluminismo, a visão da cidade como virtude. A industrialização do começo do século XIX trouxe à tona uma concepção oposta: a cidade como vício. Por fim, no contexto de uma nova cultura da subjetividade nascida na metade do século XIX, surge uma atitude intelectual que colocava a cidade para além do bem e do mal<sup>28</sup>.

Derivadas das idéias iluministas do século XVIII a grande classe média do século XIX supunha que a cidade “era o centro produtivo das atividades humanas mais valiosas: indústria e alta-cultura”<sup>29</sup>.

Foi assim que Voltaire pensou Londres; através do caráter político, econômico e cultural, ou seja, liberdade, comércio e arte e, sobretudo, o respeito da cidade pelo talento. Indo contra os que exaltavam um passado clássico, Voltaire exaltou a indústria e o prazer que juntos, segundo ele, produziam a civilização.

Voltaire ainda exaltava o contraste entre os ricos e os pobres, sendo o rico para ele representado na figura do *bon vivant*, que levava uma vida de ócio e de prazer na cidade. Voltaire defendia que era justamente esse contraste que estimulava os pobres a quererem viver como os ricos e este seria, portanto, o princípio para se chegar à civilização. A burguesia na cidade era a força para a mobilidade social enquanto “a aristocracia era o agente crucial do progresso dos costumes”<sup>30</sup>. Para Voltaire, portanto, a função da cidade era “a difusão da razão e do bom gosto para indivíduos de todas as classes”<sup>31</sup>.

Adam Smith que por sua vez também atribuía a origem da cidade ao trabalho dos monarcas defendia que esta “por necessidade dos reis, foram criadas como centros de liberdade e ordem”<sup>32</sup>. A cidade não só serviu de instrumento para civilizar a nobreza real

---

<sup>28</sup> Ibidem. p. 54

<sup>29</sup> Ibidem. p. 54

<sup>30</sup> Ibidem. p. 55.

<sup>31</sup> Ibidem. p. 56.

<sup>32</sup> Ibidem. p. 56.

como também serviu de instrumento para destruir a autoridade feudal nivelando nobres e burgueses e contribuindo para a criação de uma nação próspera e livre.

Já os intelectuais alemães tiveram uma forma de pensar a cidade muito particular, mesmo porque, no século XVIII a Alemanha não possuía ainda uma grande capital que correspondesse às grandes capitais européias como Londres ou Paris.

A geração de grandes intelectuais alemães que surgiu no final do século XVIII elaborou suas idéias de liberdade contra o poder arbitrário dos príncipes e o convencionalismo estultificante da velha classe dos burgos. Em nenhuma dimensão de suas preocupações estava o papel da cidade como elemento ativo do progresso<sup>33</sup>.

Johan Gottlieb Fichte seria o primeiro intelectual alemão a pensar a cidade de uma maneira diferente daquela dos intelectuais alemães que o precederam. Fichte adotou dos pensadores ocidentais a idéia de cidade como agente formador de cultura, porém, para ele esta não era uma concessão de nenhum príncipe e sim criação do *volk*.

Para Fichte as cidades alemãs que se constituíram a partir dos feudos não foram civilizadas por aristocratas ou monarcas, nem mesmo motivadas por interesses pessoais. Estas cidades foram, antes de tudo, comunidades inspiradas na piedade, modéstia, honra e, sobretudo, no “sacrifício pelo bem estar comum”<sup>34</sup>.

Foram estas idéias implantadas por Fichte que introduziram “padrões ideais para a crítica posterior da cidade do século XIX, como centro de individualismo capitalista”<sup>35</sup>.

Atentemos, então para o fato de que “a idéia de cidade como virtude ainda estava em elaboração no século XVIII e já uma contracorrente começava a se fazer sentir: a idéia de cidade como vício”<sup>36</sup>.

---

<sup>33</sup> Ibidem. p. 58.

<sup>34</sup> Ibidem. p. 58.

<sup>35</sup> Ibidem. p. 59.

<sup>36</sup> Ibidem. p. 60

Ainda no século XVIII algumas críticas foram levantadas. Essas críticas giravam em torno da crescente industrialização dos centros urbanos e da destruição da imagem que se tinha do campo. O início do século XIX e a disseminação das indústrias deram a essa corrente de pensamento um novo impulso.

Era a fuligem, os tijolos e o crime social que simbolizavam essa cidade. A pobreza, a insensibilidade da classe alta, o enorme crescimento da taxa de urbanização e conseqüentemente as péssimas condições de moradia iam de frente às idéias de progresso, riqueza e civilização defendidas pelos pensadores da cidade como virtude.

É interessante notar que “sem o quadro deslumbrante da cidade como virtude, herdado do Iluminismo, a imagem da cidade como vício dificilmente teria exercido tanta influência sobre a mente européia”<sup>37</sup>.

Ainda de acordo com Schorske, num terceiro momento, surgiu na França em meados do século XIX, pelas mãos de Baudelaire e dos impressionistas franceses uma nova maneira de se pensar a primazia da razão no homem, a estrutura racional da natureza, o sentido da história e inevitavelmente a idéia de cidade. Nesse momento, esses conceitos foram reavaliados tomando-se como base a experiência psicológica pessoal.

A cidade como virtude ou vício, progresso ou regresso perdeu completamente seu sentido ficando, portanto, situada para além do bem e do mal.

Comparativamente, para a nova cultura, a cidade não tinha um *locus* temporal estruturado entre passado e futuro, e sim um atributo temporal. A cidade moderna oferecia um *hic et nunc* eterno, cujo conteúdo era a transitoriedade, mas cuja transitoriedade era permanente. A cidade apresentava uma sucessão de momentos variegados, fugazes, e cada um deles deveria ser saboreado em sua passagem da inexistência ao esquecimento.<sup>38</sup>

---

<sup>37</sup> Ibidem. p. 61

<sup>38</sup> Ibidem. p. 67.

É nesse sentido que a experiência da multidão se fazia necessária. É nessa cidade que os sujeitos únicos se encontravam para num instante posterior partirem cada qual pra seu lado.

É da perspectiva desta experiência de multidão que Paulo Barreto capta a cidade em suas crônicas. E é pela ótica do *flâneur*, nos moldes dos intelectuais e artistas franceses do *fin-de-siècle* parisiense, que pretendemos entender o Rio de Janeiro moderno, materializado na reforma urbana do início do século XX.

### **1.3. Sobre a Modernidade.**

Já no que diz respeito à questão da modernidade é em Marshall Berman e sua obra “tudo que é sólido desmancha no ar”, que nos basearemos para construirmos uma discussão a respeito do tema, contrapondo a visão de alguns dos grandes pensadores que tratam do assunto.

Berman divide a história da modernidade em três fases. A primeira que vai do início do século XVI ao fim do século XVIII, onde as pessoas não têm nem mesmo uma pequena idéia do que seja a modernidade, pois estão vivendo uma nova realidade.

A segunda vai da grande onda revolucionária de 1790, até o início do século XIX com uma mudança radical nos níveis social, político e econômico a partir da Revolução Francesa. É o que ele chama de momento de transição, pois, o tradicional e o moderno caminham lado a lado.

E por fim, a terceira fase que compreende o século XX, onde o mundo é abarcado por completo pelo processo de modernização, gerando uma diversificação e uma perda da sua capacidade de dar sentido à vida.

Atentemos, no entanto, para a perspectiva de Berman, que vê a modernidade como um estado, e a modernização como um processo. Essa perspectiva nos remete, imediatamente, à análise weberiana de Sérgio Paulo Rouanet.

Para Rouanet, a idéia de modernidade parte das reflexões weberianas que por sua vez são direcionadas pela racionalização, pela modernização e pela modernidade inter-relacionadas. Weber trabalha com uma concepção de história, na qual a idéia da racionalização é fundamental na percepção do movimento e na história das sociedades em direção à racionalização crescente das atividades vitais.

A religião constitui para Weber o tema central das suas análises e estas são comparadas em níveis de racionalidade, grau e direção. Segundo Rouanet, na análise que Weber faz do ocidente ele percebe uma aceleração dos processos de racionalização que em cadeia, destruíram as bases da sociedade tradicional. “A modernidade é produto desses processos globais de racionalização que se deram na esfera econômica, política e cultural”<sup>39</sup>.

E são esses processos modernizadores, baseados na racionalização, que atuam na vida econômica provocando a dissolução de formas de produção antigas e as substituindo por uma mentalidade empresarial baseada no cálculo, na previsão e em técnicas racionais de contabilidade. Já no âmbito da cultura, a diferenciação entre a ciência, a moral e a arte, esferas de valores tradicionalmente agregadas à religião, são resultado da dessacralização das visões do mundo.

Rouanet ainda considera que, da perspectiva weberiana, modernização se traduz por eficácia, na medida em que há uma agilidade maior nas atividades dos sistemas político, econômico e social.

Já numa outra perspectiva podemos citar os trabalhos de Habermas que defende que, as discussões contemporâneas sobre o processo de modernização esvaziam as conexões entre o contexto histórico ocidental e a própria modernidade chegando a ponto dos processos de

modernização deixarem de ser concebidos como racionalização, ou seja, como objetivação histórica de estruturas racionais.

Enquanto Berman percebe uma dissociação entre os conteúdos material e espiritual da modernidade no pensamento dos teóricos contemporâneos que se dedicam ao tema, Habermans considera que esses teóricos e principalmente os críticos de Weber perceberam a modernidade em dissociação com os processos racionalizadores que ao seu ver são fundamentais à configuração dos estudos.

Ainda de acordo com Habermans é a partir da problemática proposta por Weber, baseada no uso de recursos disponibilizados pela ciência social funcionalista, que se consegue uma abordagem teórica da modernidade.

O conceito de modernização refere-se a um feixe de processos cumulativos que se reforçam mutuamente: à formação de capital e mobilização de recursos, ao desenvolvimento das forças produtivas e ao aumento da produtividade do trabalho, ao estabelecimento de poderes políticos centralizados e à formação de identidades nacionais, à expansão de direitos de participação política, de formas urbanas de vida e de formação escolar formal, refere-se à secularização de valores e normas, etc. A teoria da modernização procede a uma abstração do conceito de “modernidade” de Weber com importantes conseqüências. Essa abstração dissocia a modernidade das suas origens na Europa dos novos tempos e utiliza-a até com um padrão neutralizado espaço-temporalmente de processos de desenvolvimento social em geral. Quebra, além disso, as conexões internas entre a modernidade e o contexto histórico de racionalização ocidental, e de tal modo que os processos de modernização deixam de poder ser concebidos como racionalização, como uma objetivação histórica de estruturas racionais<sup>40</sup>.

Atentemos, então, através da obra de Berman para a construção da dinâmica e das características da vida moderna. Partindo de clássicos como Rousseau, Marx e Nietzsche,

---

<sup>39</sup> ROUANET, Sérgio Paulo. Mal-estar na modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 120

<sup>40</sup> HABERMANS, Jurgen. O discurso filosófico da modernidade. Lisboa: Dom Quixote, 1990, p.140

Berman propõe fazer um estudo do dualismo estabelecido no pensamento contemporâneo entre a modernidade e o modernismo, entendendo o primeiro como pertencente à economia e política enquanto o segundo à arte, à cultura e à sensibilidade e defendendo que a modernização se configura numa série de processos sociais que levam à um conjunto de experiências que compartilhadas, são designadas modernidade.

Segundo Berman, Rousseau seria um dos pensadores das mais vitais tradições modernas. O devaneio nostálgico, a auto especulação psicanalítica e a democracia seriam à princípio as matrizes dessa tradição.

Rousseau foi o primeiro pensador a usar a palavra “*moderniste*” no sentido de “*le tourbillon social*” se referindo à vida agitada de Paris. A atmosfera de turbulência, embriaguez, expansão das possibilidades de liberdade e experiência, a destruição das barreiras morais são algumas das temáticas que aparecem nas obras desse autor que defende também que é na nova paisagem construída por engenhos à vapor, fábricas automatizadas, ferrovias, zonas industriais e principalmente, centros urbanos a modernidade conheceu o ritmo associado à idéia de turbilhão.

Segundo Berman é interessante notar que os grandes modernistas do século XIX viveram uma dicotomia da modernidade. Se por um lado atacaram esse ambiente social por outro, sentiram-se muito à vontade em seu interior e extremamente sensíveis à infinidade de possibilidades que se abriam.

Berman chama a atenção para os outros dois pensadores que como estudiosos da temática podem nos dar uma idéia da riqueza desses estudos referentes à modernidade, ainda no século XIX: Marx e Nietzsche.

Marx que parte das análises das revoluções de 1848 e de seus desdobramentos e ajustes, defende que a vida moderna é extremamente contraditória, se por um lado ela abre possibilidades que colocam o homem num lugar jamais antes visto, por outro ela representa a

realidade que, pra ele, está contida no sofrimento e na escravização dos indivíduos. São essas contradições, que tanto desesperam os modernistas que ao mesmo tempo proporcionam perspectivas futuras, na medida em que coloca o proletariado como capaz de resolver todas essas contradições da modernidade com força própria.

Marx faz uma ponte entre o passado e o futuro com uma visão extremamente otimista ao perceber que essa força é capaz de superar problemas como os abismos sociais e pessoais a que o homem moderno está sujeito.

Já Nietzsche, que escreve um quarto de século à frente de Marx, apesar de bem próximo do mesmo, por partir do princípio de uma realidade dominada pela contradição, defende que as correntes da história moderna eram a um tempo irônicas e dialéticas. E é a partir dessa dicotomia que “o indivíduo ousa individualizar-se” e nesse momento ele tem que estar preparado para se afirmar, se impor e se libertar.

Segundo Berman, Nietzsche e Marx compartilham de uma voz que, amoldando-se ao próprio ritmo da vida moderna, sofre bruscas mudanças de tom e inflexão, tornando-se tão dinâmicas quanto a realidade que representa.

Irônica e contraditória, polifônica e dialética, essa voz denuncia a vida moderna em nome de valores que a própria modernidade criou, na esperança – não raro desesperada – de que as modernidades do amanhã e do dia depois de amanhã possam curar os ferimentos que afligem o homem e a mulher modernos de hoje. Todos os grandes modernistas do século XIX – espíritos heterogêneos como Marx e Kierkegaard, Whitman e Ibsen, Baudelaire, Melville, Carlyle, Stirner, Rimbaud, Strindberg, Dostoiévski e muito mais – falam nesse ritmo e nesse diapasão<sup>41</sup>.

Para além das discussões nas quais contrapontos e associações desses autores são ressaltados, aprofundemos a análise a respeito da modernidade naquele poeta e intelectual,

---

<sup>41</sup> BERMAN, Marshall. Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras: 1987, p. 23

que ainda de acordo com Berman, foi um dos escritores do século XIX que mais contribuiu para dotar seus contemporâneos, da consciência de si mesmos enquanto homens modernos, procurando definir o que seria um século inteiro de arte e pensamento. Baudelaire

Quanto mais seriamente a cultura ocidental se preocupa com o advento da modernidade, tanto mais apreciamos a originalidade e a coragem de Baudelaire, como profeta e pioneiro. Se tivéssemos de apontar um primeiro modernista, Baudelaire seria sem dúvida, o escolhido<sup>42</sup>.

Ao discutir as contribuições desse autor para a compreensão da idéia de modernidade, Bernam destaca, em primeiro lugar, as contradições entre as celebrações líricas proporcionadas pela vida moderna, ao mesmo tempo em que, os ataques a ela, criando, através dessas posturas, formas modernas de pastoral e antipastoral.

No prefácio de *Salão de 1846*, intitulado “Aos burgueses”, Baudelaire faz uma resenha crítica das formas de arte novas nesse ano, construindo sua imagem pastoral na celebração da inteligência, da criatividade e da vontade dos burgueses ao mesmo tempo em que no seu desejo pelo progresso. Esses burgueses também são enaltecidos pela crença na livre-troca. A pastoral de Baudelaire enaltece não só os atores dominantes da modernidade, mas também a própria vida moderna, construída com imagens brilhantes em que surgem como um espetáculo. Cabe destacar aqui a idéia de que o mais significativo nessa visão do espetáculo é a capacidade que tem a sociedade moderna de gerar “shows de aparências”, que consistem em espetáculos de tal forma, tão glamurosos e brilhantes que os indivíduos chegam a ficar cegos para a realidade de sua vida interior.

Já a visão antipastoral, que aparece no ensaio de 1855, intitulado “Sobre a moderna idéia de progresso aplicada às belas artes”, vemos que a idéia de progresso, o pensamento e a vida moderna são repudiados no sentido em que suprimem a liberdade e desobriga os homens

---

<sup>42</sup> Ibidem. p. 130

de deveres e responsabilidades. A idéia de progresso é vista como um sintoma da decadência em virtude do fato de que seria ela a responsável pelo desencadeamento na inteligência do homem comum de uma confusão sem precedentes entre a ordem material e a ordem espiritual, fazendo com que o homem perca a noção das diferenças que separam os fenômenos dos mundos físico e moral, natural e sobrenatural.

A grande contribuição de Baudelaire consiste justamente, na idéia de que a vida moderna possui uma beleza peculiar e autêntica que, no entanto, é inseparável da miséria e da ansiedade intrínsecas, ou seja, é inseparável da realidade material que o homem enfrenta em seu cotidiano.

De grande utilidade para nosso trabalho, no sentido de uma maior compreensão a respeito da idéia de cidade está a análise feita por Berman, que seguindo a trilha de Walter Benjamin analisa a coletânea de poemas em prosa escritos por Baudelaire, a *Spleen de Paris*, que seria publicada após sua morte, em 1868 e que constitui no mais rico e profundo pensamento do autor sobre a modernidade.

A leitura desses poemas revela a grande protagonista da modernidade, que é a cidade. Escritos no período em que a cidade estava sendo remodelada e reconstruída de forma sistemática, sob a autoridade de Napoleão III e a direção de Haussmann, os escritos de Baudelaire nos mostram o que até então, nenhum escritor pode revelar com clareza: “como a modernização da cidade simultaneamente inspira e força a modernização da alma dos seus cidadãos”<sup>43</sup>.

É importante ressaltar que já no prefácio da obra, Baudelaire proclama que *la vie moderne* exige uma nova linguagem: “uma prosa poética, musical, mas sem ritmo e sem rima, suficientemente flexível e suficientemente rude para adaptar-se aos impulsos líricos da alma, às modulações do sonho, aos saltos e sobressaltos da consciência”<sup>44</sup>.

---

<sup>43</sup> Ibidem. p. 143

<sup>44</sup> BAUDELAIRE, apud, Ibidem. p. 144

Baudelaire, nesses poemas, constrói facilmente, elementos característicos da modernidade como os cafés, os *boulevards* e a exploração desses novos espaços urbanos. Baudelaire considera o *boulevard* a mais espetacular inovação urbana do século XIX.

Os *boulevards* de Napoleão III e Haussmann criaram novas bases – econômicas, sociais, estéticas – para reunir um enorme contingente de pessoas. No nível da rua, elas se enfileiravam em frente a pequenos negócios e lojas de todos os tipos e, em cada esquina, restaurantes com terraços e cafés nas calçadas<sup>45</sup>.

Mas os *boulevards* não significam somente, um novo espaço de sociabilidade da modernidade, mas também pode ser visto como o privado no interior da coisa pública, o lugar da intimidade, do usufruto e da arte de ver e ser visto.

Nesse ambiente, a realidade facilmente se tornava mágica e sonhadora. As luzes ofuscantes da rua e do café apenas intensificavam a alegria: nas gerações seguintes, o advento da eletricidade e do néon só faria aumentar tal intensidade<sup>46</sup>.

É no sentido então de que a cidade do Rio de Janeiro tomou a cidade de Paris e algumas outras capitais européias como referência que atentamos para o ideal urbanístico destacado por Benjamim onde segundo seu pensamento a reforma parisiense se resumiria em “visões em perspectiva através de longas séries de ruas” correspondendo “à tendência que sempre de novo se pode observar no século XIX, no sentido de enobrecer necessidades técnicas fazendo delas objetivos estéticos”<sup>47</sup>.

Assim destacamos na reforma urbana da capital brasileira as mesmas necessidades técnicas que estarão presentes nos projetos, seja o Municipal ou o Federal, e como não poderia deixar de ser lembrado, os objetivos estéticos, tão caros ao nosso governo e à uma parcela da população.

---

<sup>45</sup> Ibidem. p. 147

E por fim, é de acordo com a idéia defendida por Benjamim de que Haussmann, ao submeter a cidade de Paris a um processo modernizador através de uma reforma fez com que Paris se tornasse “uma cidade estranha para os próprios parisienses”<sup>48</sup> que faremos uma analogia da percepção desse momento pelo poeta francês Charles Baudelaire a da percepção do literato carioca Paulo Barreto que viveu a reforma do Rio de Janeiro deixando registrado, assim como o *flaneur* francês, não só a sua admiração pela modernidade, mas também reflexões acerca desse momento, onde o olhar de estranhamento, em alguns momentos, o remete a um certo saudosismo.

---

<sup>46</sup> Ibidem. p. 148.

<sup>47</sup> BENJAMIN, Walter. Sociologia. 2ª. ed. São Paulo: Ática, 1991. p.41.

<sup>48</sup> Ibidem, p.41.

## **CAPÍTULO 2 – NOSSO PERSONAGEM SE REFORMA**

*“A rua nasce, como o homem, do soluço, do espasmo. Há suor humano na argamassa do seu calçamento. Cada casa que se ergue é feita do esforço exaustivo de muitos seres (...).”* João do Rio

## 2.1. A situação da Capital Federal.

Na virada do século XIX para o XX, a cidade do Rio de Janeiro, então capital da recém instaurada República, foi reformada física e ideologicamente pelos letrados, fossem eles sanitaristas, engenheiros ou mesmo jornalistas e cronistas. As reformas tiveram um grande impulso com a posse de Pereira Passos, escolhido pelo presidente Rodrigues Alves que empreendeu o projeto logo nos primeiros anos da República com a finalidade de expurgar os vestígios de passado colonial da cidade. O Rio de Janeiro, então, se reformava...

Apesar da condição de centro econômico, administrativo e financeiro do país, o Rio de Janeiro chegava ao início do século XX com uma arquitetura herdada, ainda, do período colonial. Vivia-se numa cidade entrecortada por ruelas e corredores sinuosos onde trafegavam carroças, bondes de tração animal e toda sorte de comércio ambulante: vacas leiteiras que forneciam o leite diretamente na porta do freguês, vendedores de miudezas e alimentos, baianas, vassoureiros, tripeiros, compradores de garrafas e papéis, e uma infinidade de biscateiros e desocupados tentando sobreviver a todo custo<sup>49</sup>. Essa situação, porém, não condizia com a idéia de modernidade a qual o novo regime queria implementar na nascente Capital Federal.

A cidade possuía também, uma série de problemas maiores que atravancavam a implementação desse novo modelo. O primeiro seria justamente o Porto<sup>50</sup>, o principal do país

---

<sup>49</sup> *Flagrantes do passado/nº 2: Rio, cidade cosmopolita – Museu da República.*

<sup>50</sup> Segundo Maria Chiavari, “o desenvolvimento do capitalismo europeu sofreu, durante o século XIX, transformações que determinaram um processo de reorganização, projetando-se no plano internacional. Esse fenômeno refletiu-se nos países periféricos. Na América Latina as cidades portuárias são afetadas por este processo, em particular aquelas situadas na vertente atlântica, área econômica e demográfica predominante. A

- terceiro em importância no continente americano, depois de Nova York e Buenos Aires. Suas instalações precárias e obsoletas tornavam impossível o crescente volume de suas transações comerciais que, agregava desde a exportação de matérias primas brasileiras até a recepção das novidades vindas da Europa. O problema se encontrava em vários lugares, entre eles, na precariedade das suas estruturas e no limite do cais, onde a pouca profundidade, impedia a atracação dos navios maiores que tinham que ficar ancorados ao largo e por isso geravam um complicado, demorado e custoso sistema de transbordo de mercadorias e de passageiros. Mas, uma vez transportadas as mercadorias para terra firme, os problemas continuavam. O espaço das docas era muito pequeno para armazenar os artigos destinados não só à cidade, mas a todo mercado nacional.

Havia também um segundo problema, o transporte dessas mercadorias pelas ruas do centro da cidade. Esses produtos deveriam ser levados para os entroncamentos ferroviários, que ligavam o Rio de Janeiro a praticamente todos os quadrantes do país, em coordenação com a navegação de cabotagem. Mas as ruas da cidade ainda colonial se constituíam em vielas estreitas, tortuosas, escuras e com declives muito acentuados. O trânsito dos carros que começavam a ser usados nessa atividade se embaraçava com o das carroças, charretes e carrinhos de mão. E de nada adiantaria reformar, ampliar e modernizar o porto, se a cidade continuasse tolhendo a possibilidade de movimentar as suas mercadorias com rapidez, desembaraço e em grande volume. Assim, o projeto de melhoramento do porto era indissociável de um outro, muito mais ambicioso e mais drástico. A saber, a remodelação urbana do centro da cidade.

Juntamente com o problema da falta de infra-estrutura do porto e da situação colonial das estreitas ruas do centro, a cidade sofria ainda, com uma infinidade de moléstias

---

adaptação às novas exigências econômicas, a começar pela modernização da principal infra-estrutura, o porto, determinou nesses organismos urbanos radicais mudanças”. CHIAVARI, Maria Pace. “As transformações urbanas no século XIX”. In: DEL BRENNA, Giovanna Rosso. O Rio de Janeiro de Pereira Passos: uma cidade em questão II. Rio de Janeiro: Index, 1985. p.579.

que a assolavam, principalmente no verão. Sua fama era internacional, sendo conhecida como “túmulo dos estrangeiros”<sup>51</sup>. Os médicos que se ocupavam da higiene pública situavam as múltiplas causas dessas doenças endêmicas, de um lado nas predisposições orgânicas dos indivíduos, e de outro no meio-ambiente – tanto o clima tórrido, considerado hostil à aclimação dos europeus, quanto ao ambiente artificialmente criado pelos homens nas cidades oitocentistas.

Os pântanos eram considerados, pelos médicos higienistas, o principal foco de exaltação de miasmas ao mesmo tempo em que os morros impediam a circulação dos ventos capazes de dissipar esses maus ares. Deles desciam as águas dos rios e das chuvas que estagnavam a planície sobre a qual se erguia a maior parte construída da cidade. Entre os fatores morbíferos sobressaiam as habitações, especialmente as coletivas, onde se aglomerava o grosso da população.

Além de toda essa situação física precária, a Capital sofria, ainda, com um inchaço populacional, representado principalmente pelos setores menos abastados. Sua população era pouco inferior a um milhão de habitantes. Uma cidade repleta de “desempregados” vindos de todas as partes do Brasil. Sendo que desses, a maioria era de negros remanescentes da escravidão, ex-escravos, libertos e seus descendentes, acrescido dos contingentes que haviam chegado recentemente, quando após a abolição da escravidão, grandes levas de ex-escravos migraram das decadentes fazendas de café do Vale do Paraíba em busca de novas oportunidades nas funções ligadas à prestação de serviços e sobretudo, às atividades portuárias da capital. A cidade acolhia também, a grande quantidade de soldados recém chegados do conflito de Canudos além de uma vasta população de imigrantes pobres, que ao chegarem ao país para substituir a mão-de-obra escrava nas lavouras de café, resolveram se alojar ali mesmo na capital.

---

<sup>51</sup> SEVCENKO, Nicolau. A revolta da vacina: mentes insanas em corpos rebeldes. São Paulo: Brasiliense, 1984, p.40.

Essa população pobre também designada como “perigosa”<sup>52</sup>, que tinha sua vida baseada em um cotidiano difícil, muito distante das diferenciações e regramentos promovidos pela moral burguesa ou pelo capitalismo industrial, não tinha emprego fixo e o mesmo se poderia dizer de suas moradias.

Concentrava-se em antigos casarões do início do século XIX, localizados no centro da cidade e nas áreas ao redor do porto. Esses casarões haviam se degradado em razão mesmo da grande concentração populacional naquele perímetro e tinham sido redivididos em inúmeros cubículos alugados a famílias inteiras, que viviam ali em condições de extrema precariedade e sem nenhum recurso de infra-estrutura (...)<sup>53</sup>.

Essas habitações populares e coletivas, conhecidas como cortiços, ou casas de cômodos, demonstravam sua evidente precariedade nas altas taxas de mortalidade que acometiam os domicílios populares, provocadas pela sucessão de surtos de cólera, febre amarela, varíola, malária e em particular tuberculose, além da peste bubônica, que passou a fazer muitas vítimas em fins do século XIX. Doenças todas que grassavam em virtude das péssimas condições de salubridade oferecidas pelas ruas imundas, mas, sobretudo pelas casas lotadas e sem infra-estrutura de esgoto ou abastecimento de água.

A Capital Federal entrava no século XX com todos esses problemas que, nesse momento, já não eram mais compatíveis com a função de grande metrópole que a atividade febril do porto lhe destinava, nem mesmo com a tão almejada modernização nos moldes europeus que os países periféricos procuravam alcançar. Num momento de intensa demanda

---

<sup>52</sup> De acordo com Chalhoub “a expressão ‘classes perigosas’ parece ter surgido na primeira metade do século XIX. A escritora inglesa Mary Carpenter, por exemplo, em estudo da década de 1940 sobre criminalidade e ‘infância culpada’ – usa o termo do século XIX para os nossos ‘meninos de rua’ -, utiliza a expressão claramente no sentido de um grupo social formado à margem da sociedade civil. Para Mary Carpenter, as classes perigosas eram constituídas pelas pessoas que já houvessem passado pela prisão, ou as que, mesmo não tendo sido presas, haviam optado por obter o seu sustento e o de sua família através da prática de furtos e não do trabalho”. Essa expressão é utilizada em seu trabalho ‘de forma bastante restrita, referindo-se apenas aos indivíduos que já

por capitais, técnicos e imigrantes europeus, a cidade deveria operar como um atrativo para os estrangeiros.

Foi, então, com a finalidade de extinguir problemas como esse, que ligavam a cidade ao passado, que foi proposto, nos primeiros anos do século XX, duas ações urbanísticas “orientadas por sentidos distintos: uma conduzida pelo Governo Federal e projetada pelo, então, Ministro Lauro Muller e o Engenheiro Francisco Bicalho, e outra levada a cabo pela Prefeitura do Rio de Janeiro, por meio do Prefeito Francisco Pereira Passos”.

## 2.2. Pereira Passos e a Reforma Urbana.

O Rio de Janeiro foi a primeira cidade brasileira a passar por uma ampla reforma urbana na sua área central ainda no início do século XX.

Esta reforma capitaneada pelo então Prefeito, Francisco Pereira Passos e associada à sua imagem, foi vista pela nossa historiografia de modo diferente em momentos diferentes.

A primeira abordagem historiográfica<sup>54</sup>, produzida logo após a reforma de 1903 e ainda, na década de 30 quando se comemorou o centenário do nascimento de Passos se

---

havam abertamente escolhido uma estratégia de sobrevivência que os colocava à margem da lei””. CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

<sup>53</sup> SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão*. São Paulo: Brasiliense, 1989. p. 21

<sup>54</sup> Podemos citar aqui os trabalhos de ATHAYDE, Raymundo T. de. *Pereira Passos. O reformador do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora A Noite, 1944; PAULOPOLITANO. *Biografia histórica do Engenheiro Francisco Pereira Passos*. Niterói, 1941 (mimeo); SILVA, Gastão Pereira da. *Pereira Passos o reformador*. Rio de Janeiro, 1943; FILHO, Adolfo Morales de los Rios. *Dois notáveis engenheiros: Pereira Passos e Vieira Souto*. Rio de Janeiro: Editora A Noite, 1951; CORRÊA, Sampaio. *Francisco Pereira Passos*. Revista do Clube de Engenharia. Nº 23, agosto. Rio de Janeiro: Clube de Engenharia, 1936. p. 1218-1226; entre outros.

caracterizou pela exaltação de seus feitos. A segunda abordagem<sup>55</sup>, surgida na primeira metade da década de 80, por outro lado, assumiu um posicionamento crítico e condenatório das atitudes do prefeito, associando sua imagem e a reforma urbana por ele capitaneada, aos interesses da burguesia urbana emergente.

Recentemente porém, um grupo de historiadores ligados à História do Rio de Janeiro tem desenvolvido estudos que, diferentemente das abordagens anteriores, onde vigorava ora a exaltação, ora a condenação - se caracterizam pelo fato de não incluírem o prefeito e a reforma capitaneada por ele em nenhum desses modelos citados<sup>56</sup>.

Outro ponto que cabe destacar diz respeito à visão simplista que se produziu a respeito da reforma, ou seja, durante muitos anos a historiografia tradicional<sup>57</sup> nos fez pensar que esta foi fruto de uma associação simplista entre o Governo Federal e a Municipalidade, onde o Presidente da República, recém eleito, Rodrigues Alves, seria o idealizador do projeto enquanto o Prefeito Pereira Passos, escolhido por ele, seria o executor. Esta visão coloca as obras de melhoramento do porto e as obras de saneamento e embelezamento do centro da cidade e de alguns bairros da zona sul como sendo integrantes de um mesmo projeto.

Atentemos, então, para alguns esclarecimentos a respeito da vida do então prefeito Pereira Passos com a finalidade de distinguirmos dentro de uma grande reforma, dois projetos completamente antagônicos, os quais se constituirão na base das nossas análises à respeito da

---

<sup>55</sup> Podemos citar aqui os trabalhos de BRENNA, Giovanna Rosso Del. O Rio de Janeiro de Pereira Passos. Uma Cidade em Questão II. Rio de Janeiro: Index, 1985; ABREU, Maurício de. Evolução Urbana do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: IPLAN-Rio/ Zahar, 1988; BENCHIMOL, Jaime Larry. Pereira Passos: Um Hausmann Tropical. A Renovação Urbana na Cidade do Rio de Janeiro no Início do Século XX. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1992; CARVALHO, Lia de Aquino. Habitacões Populares. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1995; ROCHA, Osvaldo Porto. A Era das Demolições. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Secretaria Municipal de Cultura. Departamento Geral de Documentação e Informação cultural. Divisão de Editoração, 1995; entre outros.

<sup>56</sup> É o caso do trabalho de livre docência de Rodrigues: RODRIGUES, Antônio Edmilson Martins. A modernidade carioca: O Rio de Janeiro do início do século XX – Mentalidade e vida literária. Rio de Janeiro, 1987 e Azevedo.. AZEVEDO, André Nunes de. Da Monarquia à República: um estudo dos conceitos de civilização e progresso na cidade do Rio de Janeiro entre 1868 e 1906; orientador: Antonio Edmilson Martins Rodrigues. – Rio de Janeiro: Departamento de História, 2003.

<sup>57</sup> Entendemos como historiografia tradicional sobre a Reforma urbana da cidade do Rio a mesma corrente, exposta anteriormente, que retrata de maneira condenatória a imagem do prefeito Pereira Passos, ou seja, basicamente a produzida na década de 80.

reforma. A reforma federal seria pensada sob uma visão mecanicista, enquanto a reforma municipal sob uma visão organicista<sup>58</sup>, com ideais completamente diferentes.

Francisco Pereira Passos nasceu em 29 de agosto de 1836, na Fazenda do Bálamo, localizada na Vila de São João do Príncipe, município bem característico da região do Vale do Paraíba Fluminense, região de agricultura mercantil escravista e dominada por grandes famílias de cafeicultores. Foi o oitavo de nove filhos de Antônio Pereira Passos, um comerciante e fazendeiro escravista.

Em 1850 é enviado à Corte a fim de completar seus primeiros estudos iniciados na casa dos pais sob orientação de professor contratado<sup>59</sup>. Posteriormente, fora mandado ao Colégio São Pedro de Alcântara, um colégio privado, destinado à formação da elite da Província do Rio de Janeiro.

Em 1852, ao terminar os estudos no colégio optou por uma carreira que não condizia com sua condição de filho de cafeicultor. No lugar dos tradicionais cursos de Medicina e Direito destinados à elite brasileira, o jovem Passos, para surpresa de seu pai, optou pelo estudo da Engenharia, num curso da Escola Militar, tradicionalmente freqüentado por aqueles com uma condição social menos favorecida, que buscavam uma carreira pouco rendosa, porém segura, de oficial do Exército.

Em março do mesmo ano ingressa no curso de Engenharia Civil da Escola Militar da Corte, onde “opta por não se vincular à carreira militar como oficial (...) já que esta não ostentava membros originários da elite nacional em seus quadros”<sup>60</sup>.

Nos cinco anos de Escola Militar obtém um ótimo desempenho acadêmico, delineando a partir daí, uma posição clara a qual ele seguiria durante toda sua vida, o distanciamento e a desconfiança com o meio político.

---

<sup>58</sup> As questões relativas à organicidade e à mecanicidade dos projetos serão tratadas em tempo oportuno.

<sup>59</sup> PAULOPOLITANO apud AZEVEDO, op.cit., p. 194.

Embora o engenheiro Passos tenha ocupado por várias vezes ao longo de sua carreira cargos de confiança, este nunca filiou-se a nenhum partido ou manifestou apoio a grupos políticos ou a uma ideologia. Nunca pronunciou-se monarquista ou republicano, liberal ou conservador. Dizia sempre não querer envolver-se com política e encarava o exercício de suas funções de direção em empresas públicas como um serviço eminentemente técnico<sup>61</sup>.

Pereira Passos tinha uma personalidade bem definida. Era um homem prático que se dedicava ao estudo das ciências aplicadas em detrimento de qualquer outro campo de conhecimento mais abstrato. Buscou durante toda sua vida unir sua aptidão pelo estudo técnico com o apreço pela atividade estética.

Em 1856, logo após sua formatura, Pereira Passos viaja pela primeira vez à França. Seu desejo de entrar em contato com outras culturas associado ao auxílio das amizades que seu pai mantinha na Corte lhe proporcionou a entrada no serviço público. Foi nomeado adido de 2ª classe na delegação brasileira na França.

Ao chegar em Paris, Passos logo buscou contato com os engenheiros da *École de Ponts et Chaussées*, passando a freqüentar os seus cursos como ouvinte. Esta escola de engenharia era freqüentada por estudantes franceses recém-formados na *École Polytechnique*, sendo poucos os estrangeiros que dela participavam, sempre como ouvintes. Após ter freqüentado alguns cursos na instituição, o jovem engenheiro foi selecionado para o trabalho de campo, um privilégio que não era comum suceder aos estudantes de fora do país<sup>62</sup>.

Na sua estadia de quatro anos na França, Pereira Passos pôde presenciar a reforma urbana empreendida pelo prefeito de Paris, Haussmann, que dos escombros dos bairros populares mais densos de Paris, fez emergir os contornos da nova metrópole que serviria de referência a várias reformas empreendidas em algumas capitais do mundo. É importante notar

---

<sup>60</sup> Ibidem. p. 196.

<sup>61</sup> Ibidem. p. 199.

<sup>62</sup> NEEDEL apud, Ibidem. p. 203.

que esta experiência seria muito marcante na vida de Passos. As referências constantes à tradição, destacando monumentos que referenciavam o passado e o presente da cidade, mantida por Haussmann na Paris do Segundo Império, estariam presentes também na reforma urbana projetada por ele para a cidade do Rio de Janeiro.

Segundo André Azevedo, “a experiência do acompanhamento da reforma urbana de Paris marcaria a carreira de Pereira Passos, criando-lhe uma referência, mais do que um modelo para a reforma urbana que operaria no Rio de Janeiro”<sup>63</sup>.

Pouco tempo após sua volta ao Brasil e seguindo o caminho do desenvolvimento técnico brasileiro dirige sua carreira para o setor ferroviário. Sua primeira experiência nesse campo foi de ajudante do engenheiro-chefe na Estrada de Ferro de Nova Friburgo com o Visconde de Barbacena, ainda em 1861. Posteriormente chamado por Benedito Ottoni, diretor da Estrada de Ferro D. Pedro II, trabalhou na fixação dos trilhos da ferrovia da Serra do Mar. Em 1865 opta por atuar na Estrada de Ferro Baía-Alagoinhas. Nesse momento Pereira Passos já é considerado um engenheiro com grande fama. Em 1867, trabalha na construção da ferrovia Santos-Jundiaí, posteriormente chamada de São Paulo Railway.

Em dezembro de 1870, é nomeado pelo conselheiro João Alfredo para o cargo de Consultor Técnico do Ministério da Agricultura e Obras Públicas onde será posteriormente mandado à Londres pelo Barão do Rio Branco para liquidar questões pendentes relativas à São Paulo Railway. Em 1873, no regresso ao Brasil, conhece o Barão de Mauá para quem trabalha durante algum tempo.

Muito embora Pereira Passos tenha atuado em diversas áreas do setor privado, a sua carreira como engenheiro esteve basicamente ligada ao serviço público, setor no qual se projetou profissionalmente<sup>64</sup>.

---

<sup>63</sup> Ibidem. p. 204

<sup>64</sup> Ibidem. p. 208.

Foi como funcionário público que Pereira Passos teve a sua primeira experiência como mentor de uma reforma urbana para o Rio de Janeiro em 1874, quando foi nomeado Engenheiro do Ministério do Império pelo Conselheiro João Alfredo. A função de Engenheiro do Ministério do Império era das mais importantes na engenharia nacional, pois cabia ao seu titular orientar todas as obras de engenharia que fossem desenvolvidas no país<sup>65</sup>.

Esta experiência se deu, na realidade, quando o Imperador D. Pedro II, com vistas à resolver o problema do saneamento urbano da capital imperial encomenda um estudo com possíveis soluções para o problema da salubridade. Este estudo ficaria, então, à cargo da Comissão de Melhoramentos da Cidade do Rio de Janeiro. Essa Comissão ficou, então encarregada de emitir um Relatório onde constasse um plano de reforma da cidade com vistas a eliminar esses problemas. Esse seria, então a primeira experiência de Passos no universo urbanístico, e é, justamente à partir desse momento que a experiência de acompanhamento da reforma parisiense, empreendida por Haussmann será tida como referência.

Nas primeiras linhas do Primeiro Relatório da Comissão de Melhoramentos da cidade do Rio de Janeiro lê-se a finalidade desse.

Illm. e Exm. Sr. – Por aviso de 27 de maio último dignou-se V. Ex. incumbir-nos de organizar um plano geral para o alargamento e retificação de várias ruas desta capital e para a abertura de novas praças e ruas, com o fim de melhorar suas condições higiênicas e facilitar a circulação entre diversos pontos dando ao mesmo tempo mais belleza e harmonia às suas construcções.

Na organização desse plano devíamos attender à conveniência de ficarem as novas ruas e praças, ou as que tiverem de ser alargadas e rectificadas, dispostas de modo que a ventilação das casas e o escoamento das águas pluviaes sejam feitos com facilidade, projectando os novos alinhamentos de sorte a evitar o mais possível a demolição das propriedades públicas ou particulares mais importantes.<sup>66</sup>

---

<sup>65</sup> ATHAYDE, apud, Ibidem. p. 208.

Nessa época, o problema do saneamento do Rio de Janeiro figurava como um assunto de saúde pública. A grande quantidade de doenças que vitimavam a população era mais importante do que qualquer outro assunto, por isso vemos que a finalidade primordial desse Relatório era a solução desses problemas e todas as estratégias traçadas nele, tinham essa finalidade. A perspectiva econômica, tomada posteriormente como uma das questões principais na geração de uma reforma urbana, nesse momento é vista como um assunto menor.

De acordo com o Primeiro Relatório, produzido em 1875, a solução encontrada, nesse momento, era uma reforma que não atingisse a cidade velha. A área da cidade delimitada como objeto da intervenção urbana seria aquela que se estenderia desde o Campo da Aclamação, até a raiz da serra do Andaraí. Além de propor o saneamento e o desenvolvimento dessa região, com a canalização do Canal do Mangue e a construção de uma avenida com 40 metros de largura, preservaria-se o centro da cidade.

Assim é que, não tendo podido concluir ainda os orçamentos para os melhoramentos que se referem à parte central da cidade, por dependerem de longas e demoradas investigações sobre o preço do grande número de casas que têm de ser desapropriadas, limitamo-nos a apresentar hoje a V. Ex. o que temos feito em relação à área da cidade que se estende desde o Campo da Aclamação até a raiz da serra do Andarahy.<sup>67</sup>

Esta região teria sido escolhida por ser considerada uma área que oferecia melhores condições para o desenvolvimento da cidade, além de menos dispendiosa, já que não sofreria com problema das indenizações, ao mesmo tempo em que exigiria um menor tempo de execução. Este projeto seria justificado, também, pela Comissão pelo benefício do melhoramento estético da cidade.

---

<sup>66</sup> Primeiro relatório da Comissão de Melhoramentos da Cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Typographia

Os bairros a que nos referimos, sendo os que melhores condições offerecem para o desenvolvimento da cidade são também os que actualmente mais importantes melhoramentos reclamam e onde taes obras podem ser realizadas com menos dispêndios e menos difficuldades, por serem aquelles em que a propriedade tem relativamente menos valor e as construções não se acham tão unidas umas às outras, como acontece na parte mais antiga da cidade. Sua grande extensão em planície, apenas interrompida por poucos e insignificantes accidentes de terreno, permite dar às ruas que ahi se abrirem toda a expansão necessária, e proporciona à população da cidade amplo espaço para edificações de casas rodeadas de jardins, que tanto convém à salubridade das habitações em nosso paiz. A circunstancia mesma de achar-se aquella localidade rodeada de montanhas abertas de vegetação, d'onde descem perennes mananciaes de águas puras, muito concorrerá para amenizar o rigor da estação calmosa, e para a purificação do ar por tantas causas viciados em uma grande cidade.<sup>68</sup>

Este primeiro relatório duramente criticado por não atingir justamente a região mais central da cidade que aglomerava um maior número de pessoas e, portanto, favorecia a maior propagação das epidemias teve na figura de Luis Rafael Vieira Souto, um jovem engenheiro de grande destaque, um de seus mais duros opositores.

Não é em taes lugares [Engenho Velho, Andarahy e São Christóvão], mas no centro da cidade, que a população se acha diariamente agglomerada; é no centro da cidade que as ruas são estreitas, tortuosas, mal arejadas e sem escoamento prompto para as águas das chuvas: é ahi que as casas são apertadas além de todo limite, sem luz, sem ventilação e outras condições indispensáveis à saúde, e sem architettura nem alinhamento; é ahi que se acumulam os mercados de carnes, fructas, legumes e hortaliças, os quaes, enquanto permanecerem em edificios impróprios e sem fiscalisação activa, hão de sempre contribuir para o nosso máo estado sanitário; é ahi que as praias pedem cáes, os pântanos clamam por aterro, as ruas requerem ar e as praças arborisação e calçamento, é no centro da cidade, enfim, que o núcleo do

---

Nacional, 1876. p. 1.

<sup>67</sup> Ibidem. p. 2.

<sup>68</sup> Ibidem. p.2

nosso importante commercio insta pelo melhoramento da viação pública, a qual actualmente tantos embaraços causa ao seu tráfego.<sup>69</sup>

Como se pode ver, este se prendia à idéia de que a reforma deveria acontecer, justamente no centro da cidade, ou seja, no local de grandes aglomerações habitacionais e populares.

Um Segundo Relatório da Comissão de Melhoramentos da Cidade do Rio de Janeiro é então apresentado em 28 de fevereiro de 1876 e refutando as críticas do relatório anterior, apresenta um projeto onde não só estava previsto a abertura de duas grandes avenidas que captariam as brisas do mar, como também previa a possibilidade do arrasamento dos morros do Castelo e Santo Antônio tão almejada pelos médicos sanitaristas. Atentemos, no entanto, para o fato de que entre as justificativas do segundo projeto estava a ponderação a respeito do arrasamento dos Morros do Castelo e Santo Antônio, visto pelos seus mentores como extremamente desnecessária frente à proposta de abertura de duas grandes avenidas.

No entanto, independente do esforço da Comissão em encontrar soluções para os problemas de saneamento da cidade, por motivos como a incapacidade do Estado de arcar com as despesas desse projeto, o desinteresse da iniciativa privada e a frágil sustentação política da comissão, o projeto não seria executado, ficando a salubridade da cidade uma questão que seria pensada novamente nos primeiros anos do século XX.

De Engenheiro do Império à mentor do empreendimento da reforma urbana da cidade do Rio de Janeiro nos primeiros anos do século XX, foi uma breve passagem.

De acordo com Maurício Abreu<sup>70</sup>, por *Reforma Pereira Passos* entende-se um grande número de obras públicas que redefiniram de modo radical a estrutura urbana da cidade do Rio de Janeiro durante o governo do Prefeito Pereira Passos. Houve uma verdadeira

---

<sup>69</sup> Melhoramentos da Cidade do Rio de Janeiro. Crítica dos trabalhos da respectiva Comissão, Colleção de artigos publicados no “Jornal do Commercio” de 23 de fevereiro a 15 de abril de 1875 por L. R. Vieira Souto. Rio de Janeiro: Lino C. Teixeira e C., 1875.

reconstrução do centro da cidade, rompendo com as características de cidade colonial e fazendo emergir novos traçados mais compatíveis com o uso de trens e bondes, em vez de animais e carruagens.

Como citado anteriormente, a cidade do Rio de Janeiro vinha, há muito, sofrendo com um grande inchaço populacional e com sucessivas crises de epidemias que afetavam principalmente a região central da cidade que concentrava a maior parte da população que se dirigia à Corte. A Reforma seria, então planejada tomando como base, a extinção desses problemas ao mesmo tempo em que almejava transformar a cidade numa Capital moderna com vistas a atrair investimentos externos. Brandava-se nos jornais pelo início das obras de melhoramento:

O Rio de Janeiro não podia continuar por mais tempo no estado deplorável em que se achava – ruas estreitas e mal calçadas, casebres de mais de 100 anos, sem esthetica e sem asseio, em verdadeiro estado de ruína; cães de desembarque indecentes e sujos, dando ao estrangeiro que nos visitava a mais degradante impressão; praças sem arvoredo e sem luz, verdadeiros antros de vagabundagem...<sup>71</sup>

De maneira distintas, mas não contraditórias, um conjunto de obras teve como responsável o Governo Federal enquanto o outro ficou a cargo do Governo Municipal.

As condições de salubridade da capital além de urgentes melhoramentos materiaes reclamados, dependem de um bom serviço de abastecimento de águas, de um systema regular de esgotos, de drenagem do solo, da limpeza pública e do asseio domiciliar. Parece-me, porém, que o serviço deve começar pelas obras de melhoramentos do porto, que tem de constituir a base do systema e hão de concorrer não só para aquelle fim utilíssimo, como evidentemente para melhorar as

---

<sup>70</sup> ABREU, Maurício. A Evolução urbana do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: IPLANRIO/Zahar, 1987.

<sup>71</sup> Ver: A Avenida, nº 1, 1º/08/1903. DEL BRENNNA, Giovanna Rosso. O Rio de Janeiro de Pereira Passos: uma cidade em questão II. Rio de Janeiro: Index, 1985. p. 87.

condições do trabalho, as do comércio, e, o que não deve ser esquecido, as de arrecadação de nossas rendas.<sup>72</sup>

Na mensagem do Prefeito, publicada no Correio da Manhã vemos então um misto do que seria a grande reforma. Desde os serviços essenciais necessários à melhoria de grande parte da população como o abastecimento de água, o tratamento do esgoto e conseqüentemente a salubridade da cidade até as melhorias do Porto que seriam encampadas pelo Governo Federal, mas afetaria de maneira direta no bem estar da cidade, seja ela pelas melhorias nas condições de trabalho ou mesmo no aumento da geração de rendas.

### **2.2.1. A Reforma Federal.**

A Reforma Federal teria, então, como princípio básico a expectativa em torno da obtenção de “um cenário decente e atraente aos fluxos do capitalismo internacional, tão refreados pelas precárias condições da capital, quanto ambicionado pelas elites atreladas aos grandes interesses exportadores instalados no governo da união”<sup>73</sup>.

Pode-se ver a grande expectativa que girava ao seu redor através d’O Manifesto inaugural à Nação dirigido à população pelo então Presidente Rodrigues Alves:

Aos interesses da imigração dos quaes depende em máxima parte o nosso desenvolvimento econômico, prende-se a necessidade de saneamento desta capital; trabalho sem duvida difícil porque se filia a um conjunto de providencias, a maior

<sup>72</sup> Ver: “Mensagem”, Correio da Manhã, 04/05/1903. Ibidem. p. 51

<sup>73</sup> MARINS, Paulo César Garcez. “Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras”. IN: SEVCENKO, Nicolau (org.). História da vida privada no Brasil. República: da Belle Époque à Era do Rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 143.

parte das quaes de execução dispendiosa e demorada. É preciso que os poderes da República, a quem incumbe tão importante serviço, façam dele a sua mais séria e constante preocupação, aproveitando todos os elementos de que puderem dispor, para que se inicie o caminho. A Capital da Republica não pode continuar a ser apontada como a sede da vida difícil, quando tem fartos elementos para constituir-se no mais notável centro de atração de braços, de atividades e de capitais nesta parte do mundo<sup>74</sup>.

Nesse Manifesto, vemos que para o Presidente Rodrigues Alves a Reforma seria o projeto primordial da sua administração, não apenas pela questão da salubridade que a muito era debatida por médicos e sanitaristas<sup>75</sup>, mas também para atender ao desenvolvimento econômico do país.

Segue-se a isso, uma série de outros fatores diretos que motivaram a Grande Reforma anunciada pelo Presidente em novembro de 1902. Para além da questão da salubridade, a Reforma era também uma forma de legitimação do Regime Republicano que se encontrava extremamente desgastado diante da grande maioria da população brasileira. Soma-se a isso, a necessidade de ampliar o comércio externo, tanto pela pressão da elite cafeeira que necessitava de grandes empréstimos para o desenvolvimento dos seus negócios quanto para um maior equilíbrio das finanças por parte do Governo Federal. André Azevedo cita ainda, um quarto fator, a saber, “a tentativa de responder à crise da capitalidade<sup>76</sup> do Rio de Janeiro, revigorando esta propriedade da cidade na perspectiva de fazer da Capital Federal a metonímia de um país que caminharia rumo ao progresso<sup>77</sup>”.

<sup>74</sup> Ver: “O Manifesto inaugural à Nação”, Correio da Manhã, 16/11/1902. BRENNNA, op. cit. p. 19.

<sup>75</sup> Segundo Benchimol foram justamente os higienistas, os primeiros a formular um discurso articulado sobre as condições de vida na cidade, propondo intervenções mais ou menos drásticas para restaurar o equilíbrio daquele “organismo” urbano que consideravam doente. BENCHIMOL, Jayme Larry. “O Haussmanismo na Cidade do Rio de Janeiro”. IN: AZEVEDO, André Nunes de (org.). Rio de Janeiro: Capital e Capitalidade. Rio de Janeiro: Departamento Cultural/ Sr-3 UERJ, 2002, p. 129.

<sup>76</sup> A questão da Capitalidade, assim como a conceituação do termo encontra-se no Capítulo I dessa dissertação.

<sup>77</sup> AZEVEDO, op. cit., p.241.

Essa reforma era esperada por grande parte da população do Rio de Janeiro há muito tempo e a exaltação ao governo que tinha como finalidade principal capitaneá-la é percebida assim que se anunciam as obras.

Num artigo do jornal *O Commentário*, de 1903, nota-se a exaltação ao empreendedor de tão grande obra.

Está, enfim, resolvida a importante obra do Porto do Rio de Janeiro. Era uma vergonha continuar o desembarque de mercadorias pelos processos rudimentares que o aumento da importação cada vez mais tornava ridículo. (...)

Há cinquenta anos que se projeta a reforma d'esse serviço; mas como tal reforma dependia de grandes obras, foi sendo adiada até que se tornou inadiável. O momento chegou em que o melhoramento se impôs a um governo resolutivo para executá-lo.<sup>78</sup>

Para Rodrigues Alves, a reforma do porto do Rio de Janeiro seria a obra de maior relevância e todas as outras seriam pensadas em função desta.

A Reforma Federal teve início, então, com o processo de modernização do Porto, sendo, coordenada pelo então Ministro de Viação e Obras Públicas, Lauro Muller, e chefiada pelo Engenheiro Francisco Bicalho.

Iniciada em 1904 consistiu na edificação de um cais corrido com 3.500 m. de extensão. A retificação da linha irregular do litoral implicou na demolição dos fervilhantes quarteirões marítimos e no aterro de suas numerosas enseadas com o entulho proveniente do arrasamento do morro do Senado. A faixa assim obtida foi ocupada por um cais onde os navios podiam atracar para que os novos guindastes elétricos fizessem a carga e descarga. A energia elétrica passou a mover todas as engrenagens do porto. A faixa aterrada era percorrida por trilhos e por uma avenida margeada por 17 armazéns e outras construções mercantis e industriais<sup>79</sup>.

<sup>78</sup> Ver: “O porto do Rio de Janeiro”, *O Commentário*, junho de 1903. BRENNNA, op. cit., p. 72.

<sup>79</sup> BENCHIMOL, op. cit., p. 135.

O projeto de revigoração do porto expressaria a visão mecanicista de seus mentores, ou seja, a ordenação urbana das cidades pela retificação de suas vias e pela pouca referência à tradição da cidade<sup>80</sup>.

Devemos atentar, então para o significado da expressão “visão mecanicista” partindo da conceituação dada por André Azevedo que defende, que nessa perspectiva:

(...) A organização viária da urbe deve dar-se em uma relação de parte com parte, por uma razão funcionalista. Nesta perspectiva, a ordenação viária opera-se de maneira causal, isolando a solução de uma demanda urbana da cidade enquanto um todo. Assim, de acordo com esta visão, a parte pode ganhar uma relevância maior que o todo integrado da urbe, alcançando ela mesma importância superior ao conjunto urbano, uma vez que ocuparia uma função primordial na cidade, como foi o caso da obra do porto no contexto da reforma urbana federal<sup>81</sup>.

Associadas às obras do Porto estavam a abertura de grandes avenidas, a Avenida do Cais - futura Rodrigues Alves, a Avenida do Mangue - posteriormente Francisco Bicalho - e a Avenida Central - renomeada em 1912 como Rio Branco. Essas avenidas foram pensadas e construídas com o intuito de atender as necessidades de circulação mais imediatamente ligadas ao funcionamento do porto, articulando-se no sentido norte e oeste pela Avenida do Cais e no sentido centro e sul com a Avenida Central. A abertura dessas grandes vias reuniria, através da sua integração, o saneamento urbano e o desenvolvimento comercial o que se constituíam em fatores primordiais para a atração de mão de obra estrangeira.

Atentemos, no entanto, para a visão urbanística dos mentores da Reforma Federal que se diferia de maneira grandiosa da visão daqueles da Reforma Municipal. Os engenheiros da Reforma Federal pensavam a ordenação urbana da cidade pela retificação de suas vias, onde se pode deduzir que nesse caso a tradição da mesma seria pouco relevante frente à projetos

---

<sup>80</sup> AZEVEDO, op. cit., p. 243.

<sup>81</sup> Ibidem. p. 268.

drásticos onde não se respeitariam nem a geografia nem a história da cidade. “Era a idéia de verdade da ciência e da técnica, sustentada pelos engenheiros da Comissão de Obras do Porto que se traduzia de forma urbanística”<sup>82</sup>.

A Avenida do Cais fora projetada com 3.090 metros de extensão e 40 metros de largura, contando com um refúgio ao centro. Iniciava-se na Praça Mauá, que a separava da Avenida Central, se estendendo até o início da Avenida do Mangue. Ao longo de seu eixo apresentavam-se três faixas longitudinais de armazéns, uma próxima ao cais, outra externa, separada pela avenida e uma terceira, intermediária, junto às linhas ferroviárias<sup>83</sup>.

A Avenida do Mangue, construída às margens do canal de mesmo nome que foi retificado e prolongado incorporando-se a reforma do porto, constituiu-se na mais larga da cidade, com 95 metros de largura e 1.380 metros de extensão e tinha como função articular o porto com a área industrial de São Cristóvão e com o centro da cidade.

O segundo eixo da remodelação urbana foi a Avenida Central, pensada como uma obra de menor importância relativamente àquela do porto e seu entorno. Seu leito de dois quilômetros rasgou, de mar a mar, o labirinto de ruas estreitas e movimentadas da cidade velha. As demolições começaram em 26 de fevereiro de 1904, três dias antes da solenidade que inaugurou as dragagens para a construção do novo porto. Segundo Oliveira Reis, foram demolidos 700 prédios. Eulália Lobo fala de 641 casas de comércio desapropriadas<sup>84</sup>, o que elevou a obra a um custoso orçamento, principalmente em virtude das indenizações.

Numa operação rápida e eficiente a Comissão Construtora da Avenida Central, iniciou os trabalhos nos centros e nos extremos da grande avenida, mobilizando um grande contingente de operários, dia e noite.

No projeto original, a finalidade primordial da Avenida Central era a solução de um problema histórico de infra-estrutura urbana do Rio de Janeiro, o da distribuição dos produtos

---

<sup>82</sup> Ibidem. p. 244.

<sup>83</sup> PEREIRA, apud, Ibidem. p. 245.

do Porto com a rede de comércio estabelecida no centro da cidade<sup>85</sup>. Não obstante a isso esta também representou o eixo de melhoramentos propriamente urbanísticos, pensados pelo Governo Federal e projetados com o intuito de se transformar a cidade colonial portuguesa em metrópole civilizada e cosmopolita, sempre tomando como referência as grandes capitais européias, principalmente Paris.

Tem-se uma idéia desse ideal de embelezamento atribuído à Avenida Central paralelamente à finalidade de resolução do problema viário, através do concurso de fachadas para a mesma, que incluía inclusive uma premiação em dinheiro ao vencedor, como se pode ver no Edital publicado em 27 de janeiro de 1904, no jornal Gazeta de notícias.

De ordem do Senhor Ministro da Industria, viação e obras públicas foi aberto concurso para projectos de fachadas de prédio a construir-se na Avenida Central. (...) Os prêmios serão: um de cinco contos, um de três e cinco de dois contos, sendo outrossim conferidas até dez menções honrosas, de um conto de reis cada uma.<sup>86</sup>

Após a inauguração da nova avenida, vê-se que novas finalidades foram agregadas ao ideal de embelezamento da mesma. Sevckenko retrata bem o clima e a expectativa que tomou conta da cidade quando da inauguração da Avenida Central

(...) Contemplada com um concurso de fachadas que a cercou de um *décor* arquitetônico *art nouveau*, em mármore e cristal, combinando com os elegantes lampiões da moderna iluminação elétrica e as luzes das vitrines das lojas de artigos finos importados. As revistas mundanas e os colunistas sociais da grande imprensa incitavam a população afluyente para o desfile de modas na grande passarela da avenida, os rapazes no *rigor smart* dos trajés ingleses, as damas exibindo as

---

<sup>84</sup> BENCHIMOL, op. cit., p. 258.

<sup>85</sup> Ibidem. p. 249.

<sup>86</sup> Ver: “Editaes”, Gazeta de Notícias, 27/01/1904. BRENNNA, op. cit., p.143.

últimas extravagâncias dos tecidos, cortes e chapéus franceses. A atmosfera cosmopolita (...) desceu sobre a cidade(...)<sup>87</sup>.

A área da recém inaugurada Avenida Central tinha uma importância urbanística evidente, mas gerava uma igual repercussão social. Afinal, a nova região era apropriada para passeios ao final da tarde, para os chás em restaurantes, para a circulação de veículos e para a arte do ver e ser visto. Acelerado é também o movimento de inauguração de restaurantes e hotéis, que recebiam novos clientes em condições antes desconhecidas. Era todo um novo grupo de transeuntes que saía de casa e reconhecia nas ruas um ambiente, agora, acolhedor. Nesse quesito a Avenida Central, não se esquecendo de todo o aparato construído em seu entorno, se transformou na vedete do momento.

Sendo assim, observamos que, mesmo tendo sido criada como uma obra complementar às obras de modernização do porto e, portanto, tendo a função de distribuir os produtos do porto no comércio do centro da cidade, esta parece ter sido recepcionada pela população como uma obra de cunho estético somente. Analisaremos, no entanto, no capítulo posterior, na obra do literato Paulo Barreto a imagem que este teve não só das finalidades da nova avenida, mas também da reforma como um todo, ora como homem das letras, ora como um indivíduo, mas sempre como um *flaneur*.

---

<sup>87</sup> SEVCENKO, Nicolau. “Introdução: o prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso”. IN: SEVCENKO (org.). História da vida privada no Brasil. República: da Belle Époque à Era do Rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 17.

### 2.2.2. A Reforma Municipal.

Articulado ao conjunto de obras executadas pelo Governo Federal estava o plano de Reforma Urbana Municipal. Este consistiu fundamentalmente no alargamento de algumas ruas da cidade com vistas a melhorar a circulação urbana e facilitar a ligação entre os diferentes bairros da cidade. As avenidas constituíam o instrumento principal do plano de remodelação e saneamento municipal, destinado a transformar a Capital da República numa cidade moderna e higiênica.

Para tal empreitada o Presidente da República nomeou a Comissão da Carta Cadastral que ficaria sob a chefia do engenheiro Alfredo Américo de Souza Rangel que seria escolhido para ordenar o plano de remodelação urbana sob a orientação do Prefeito Pereira Passos. “A reforma urbana municipal orientou-se por uma idéia de progresso nos campos da cultura, da ética urbana e da estética, ou seja, por uma idéia de progresso enquanto desenvolvimento de uma civilização”<sup>88</sup>.

No plano de *Melhoramentos da Cidade Projetados pelo Prefeito do Distrito Federal Dr. Francisco Pereira Passos* observamos claramente os propósitos da reforma municipal:

Apresentando-vos os planos e orçamentos da abertura de algumas avenidas, alargamento e prolongamento de diferentes ruas actuaes e canalização de rios, organisados nessa comissão<sup>89</sup>

Observa-se então, que o objetivo primordial da reforma seria a abertura de vias, ao passo que ao se acompanhar o desenvolvimento do projeto, vê-se que esse objetivo para além da idéia de ligação das várias regiões da cidade privilegiava a idéia de higieniza-la. Essa idéia

---

<sup>88</sup> AZEVEDO, op. cit., p. 264.

de salubridade e higienização do centro comercial e populoso do Rio de Janeiro é uma idéia cara aos engenheiros públicos desde os tempos imperiais.

O problema do saneamento do Rio de Janeiro foi sempre considerado, por todas as auctoridades que delle se têm occupado, como dependendo em grande parte da remodelação architectonica da sua edificação e conseqüentemente da abertura de vias de comunicação amplas e arejadas em substituição das actuaes ruas estreitas, sobrecarregada de um tráfego intenso, sem ventilação bastante, sem arvores purificadoras e ladeadas de prédios anti-hygienicos.<sup>90</sup>

Ainda segundo o relatório, as conseqüências girariam em torno da “maior facilidade de comunicação entre os bairros”, do “estabelecimento de um traçado vantajoso para as grandes linhas de canalização”, “impedimento na valorização de prédios antiquados situados em ruas estreitas”, “facilitação do enxugo do subsolo pela arborização” e, por fim, “despertar o gosto arquitetônico”<sup>91</sup>.

A primeira necessidade era a viária e objetivava desafogar o movimento intenso entre o centro e alguns bairros da cidade. No plano elaborado pela Comissão da Carta Cadastral foram propostas cinco intervenções viárias<sup>92</sup> e para além desse plano a gestão de Pereira Passo, ainda arruou uma série de outras vias e canalizou os córregos de bairros da Zona sul, como Botafogo e Copacabana.

A primeira intervenção seria a que desafogaria o intenso movimento entre os bairros do centro e os da Zona sul (Catete, Botafogo e adjacências). Como o alargamento das ruas mais movimentadas, seria extremamente dispendiosa pelo alto custo das desapropriações, optou-se pela construção de uma grande avenida à beira-mar à partir do início da rua Chile ao

---

<sup>89</sup> Prefeitura do Distrito Federal. Melhoramentos da Cidade Projetados pelo Prefeito do Distrito Federal, Dr. Francisco Pereira Passos. Rio de Janeiro: Typographia da Gazeta de Notícias, 1903. p. 03.

<sup>90</sup> Ibidem. p. 03.

<sup>91</sup> Ibidem. p. 03.

<sup>92</sup> É importante ressaltar que neste capítulo faremos uso do sentido de direcionamento urbano utilizado na época da Grande Reforma Urbana de 1903-1906. Dessa maneira, diferentemente do atual, obedece à lógica da geografia física da cidade do Rio de Janeiro. Tomaremos, então, como os bairros do sentido sul aqueles da atual

fim da Praia de Botafogo, “acompanhando o litoral em toda extensão”<sup>93</sup>. A ligação da avenida Chile com o centro da cidade se daria então, através da grande avenida projetada pelo Governo Federal, a Avenida Central.

A segunda ligaria a região central da cidade aos bairros da Zona oeste, como Estácio e Engenho Velho, caminho para diversos bairros do subúrbio. Para tal alargou-se as ruas da Assembléia, Carioca e um trecho considerável da Rua Frei Caneca desde a Praça da República até o canto da rua General Caldwell, através de várias demolições, traçando-se uma linha formada pelas ruas da Assembléia e Carioca, Praças Tiradentes e da República e as ruas Visconde do Rio Branco, Frei Caneca e Estácio de Sá.

As ruas alargadas ficarão todas com 17 metros e assim teremos uma grande artéria de 4 kilometros, estendendo-se desde o Cais Pharoux, ponto de desembarque de passageiros, até o Largo do Estácio de Sá, centro de convergência dos caminhos do Engenho Velho, S. Christovão e outros arrabaldes daquela zona, e passando no Largo da Carioca e Praça Tiradentes, centros de Movimento intenso.<sup>94</sup>

A terceira intervenção ligaria o litoral da região central aos bairros do norte e oeste da cidade por uma linha de comunicação feita através do Boulevard de São Cristóvão, rua Visconde de Itaúna, Praça da República e rua Marechal Floriano Peixoto prolongada até o mar. Obtinha-se assim, uma ligação entre o Cais dos Mineiros, junto à Alfândega até o Largo do Matadouro, de onde partiam diversos caminhos em direção aos bairros populares da região norte e oeste da cidade, desafogando o trânsito das ruas estreitas do centro, ao mesmo tempo que, distribuindo as cargas provenientes do centro de comércio marítimo.

A quarta intervenção, por sua vez, ligaria a região portuária, principalmente os bairros da Gamboa e Saúde que se encontravam isolados por uma cadeia de morros, ao centro da

---

zona sul da cidade, os do sentido norte, aqueles localizados na região do Caju e São Cristovão e do sentido oeste, aqueles da atual região da "Grande Tijuca" e do subúrbio da Central do Brasil.

<sup>93</sup> Prefeitura do Distrito Federal. op. cit., p. 04.

<sup>94</sup> Ibidem. p. 05.

cidade, através de “duas grandes linhas”. Uma se formaria desde o Largo da Prainha até o alargamento da rua Uruguaiana, prolongando-se na mesma direção até a Rua do Sacramento, atual Avenida Passos, próximo à Praça Tiradentes. A outra se formaria pelo Prolongamento da Rua do Sacramento até a rua Camerino e desta até o Cais da Saúde, através da demolição de vários prédios.

Ambas as avenidas terão a largura de 17 metros e ambas atravessam a rua Marechal Floriano Peixoto, ligando-se pela Praça Tiradentes a outra grande artéria leste-oeste”<sup>95</sup>

A quinta e última intervenção, “não menos importante”, ligaria os bairros da região Sul (Cattete, Botafogo, Laranjeira, etc.) àqueles no sentido oeste e noroeste da cidade (S. Christovão, Engenho Velho, Engenho Novo, etc.) através de uma avenida que fizesse a ligação do Largo da Lapa à rua Frei Caneca passando sob os Arcos da Carioca, no ponto onde tem início a rua do Riachuelo.

Esta avenida, que oferece uma bella perspectiva, vem encurtar notavelmente o grande percurso entre aquellos bairros, ligando a avenida a beira-mar ao Largo do Estácio de Sá, por um traçado directo.<sup>96</sup>

Para além do projeto de reestruturação viária, havia ainda no Plano de Melhoramentos, a canalização de pequenos rios, como o Berquó, Banana podre e Carioca, situado nos bairros de Botafogo e Laranjeiras, que segundo o projeto,

o simples abobadamento das suas margens não os saneia: apenas encobre o seu mau aspecto. É necessário substitui-lo por uma galeria de typo oval perfeitamente estanque e correndo abaixo das linhas de canalisação subterrâneas, de modo a

---

<sup>95</sup> Ibidem. p. 06.

<sup>96</sup> Ibidem. p. 06.

manter a secção constante e declividade regular. Assim todas as impurezas serão arrastadas sem demora e facilmente limpa a galeria.<sup>97</sup>

Partindo do projeto de reestruturação do sistema viário, estas cinco intervenções por si só são capazes de traduzir a intenção integradora proposta pelo projeto orientado pelo Prefeito Passo, ou seja, o de integrar o centro urbano com todas as direções da cidade, através das ligações viárias feitas com as vias construídas pelo Governo Federal. Nesse momento devemos atentar para o que entendemos por “visão organicista”. Para tal tomaremos, novamente a conceituação de André Azevedo. Segundo seu pensamento,

Esta visão é a que idealiza a cidade como um *corpus* continente de diversos órgãos vitais, no qual é fundamental a ligação destes mesmos órgãos para o funcionamento harmônico do corpo urbano. Nesta perspectiva, a idéia de integração urbana rege o processo de urbanização, pois a cidade passa a ser vista com suas funções interligadas, uma vez que é percebida como uma totalidade, um verdadeiro organismo que justifica o sentido de existência dos diversos órgãos interligados que o sustentam. Ou seja, em uma intervenção urbanística, o projeto de reordenamento não deve ter razão de existência se não concorrer para uma função integrativa da cidade<sup>98</sup>.

É justamente esta idéia organicista da reforma que se contrapõe àquela tida pela historiografia tradicional que vê essa reforma urbana, não só como um bloco único, mas que destaca o embelezamento da cidade como seu objetivo primordial, não levando em consideração a finalidade de aproximação entre o centro da cidade reformado e os bairros longínquos do subúrbio carioca. De acordo com a Carta Cadastral, o objetivo do Prefeito Pereira Passos era justamente ao interligar todas as regiões da cidade, facilitar o acesso da população menos abastada à civilização.

Azevedo destaca ainda que,

---

<sup>97</sup> Ibidem. p. 07.

Para além da direção própria de cada operação viária - centro-noroeste; sul-oeste etc. -, havia também uma integração dos vetores destas operações. As duas linhas da operação viária que integravam a região portuária - isolada por uma cadeia de morros - ao centro comercial do Rio de Janeiro, através da Rua do Sacramento, articulavam a cidade para além deste sentido. Elas também integravam a região portuária à artéria em direção centro-oeste e à sua congênere em direção centro-noroeste. A criação da Avenida Beira Mar, para além de sua ligação sul-oeste, através de sua conexão com a também recém-aberta Avenida Mem de Sá, estabelecia uma ligação franca sul-centro e região portuária, através da Avenida Central e de sua articulação com a Avenida do Cais, ambas recém-estabelecidas pelo Governo Federal<sup>99</sup>.

Partindo, então, da idéia de que a grande reforma se dividiu em Federal e Municipal e de que elas se orientam pelas visões mecanicista e organicista, respectivamente, podemos enquadrar a empreendida por Pereira Passos dentro da perspectiva do urbanismo culturalista, que defende não só a visão orgânica da urbe como também sua relação com o passado referenciado na preservação de grandes ícones da história da mesma.

É o caso da preservação dos Morros do Castelo e Santo Antônio. Se no primeiro Relatório apresentado pela Comissão de Melhoramentos da Cidade do Rio de Janeiro em 1875 as críticas, principalmente por parte de Vieira Souto, se concentravam na idéia de que era pelo arrasamento dos morros que o ar circularia pelo centro endêmico dispersando os miasmas, a resposta de Passos viria no segundo Relatório emitido em 1876 onde, como solução, ele proporia a abertura de duas avenidas, uma saindo do Cais Pharoux até o início do Morro do Santo Antônio e outra do Largo da Prainha à Praia de Santa Luzia, que seriam responsáveis pela captação das brisas oceânicas, resolvendo-se, assim, o problema da concentração de miasmas, ao mesmo tempo em que, preservando os Morros.

---

<sup>98</sup> AZEVEDO, op. cit., p. 267.

<sup>99</sup> Ibidem. p. 268

A perspectiva culturalista desses relatórios se perpetuou, então, na Grande Reforma iniciada em 1903. A Avenida que ligaria o Largo da Prainha à praia de Santa Luzia tinha um sentido próximo ao da Grande Avenida construída pelo Governo Federal e a preservação do Morro do Castelo se deu pela percepção do valor histórico daquele que foi o palco da segunda fundação da cidade, ainda no século XVI.

A valorização da tradição da cidade também se manifestou no Largo da Mãe do Bispo, tanto pela preservação do prédio da Câmara Municipal do Rio, em estilo colonial, que seria mantida suas características primitivas em um diálogo integrador com a modernidade, como na escolha do local de construção do Teatro Municipal.

A escolha do Largo da Mãe do Bispo, em detrimento do local do Teatro São Pedro, um dos mais tradicionais da cidade, reflete a tentativa de Passos de unir o novo e o tradicional ao mesmo tempo em que se pretendia criar um novo espaço que se fizesse tradicional, no campo da cultura, para as gerações futuras.

Percebemos então segundo as fontes oficiais consultadas para o desenvolvimento desse capítulo da nossa pesquisa que, não obstante a reforma ser, na realidade, fruto de iniciativas Federal e Municipal e que mesmo tendo sido pensadas de maneiras diferentes, as duas tiveram entre si uma ação integradora constituindo-se em fatores complementares para resolução dos problemas de maior importância da capital federal naquele momento, ou seja a salubridade e a criação de um aparato moderno para a atração de investimentos externos. Vimos que por parte da municipalidade não houve, conforme nos fez acreditar, a historiografia da década de 80, uma intenção de exclusão no seio da mesma. Na realidade ao se analisar os relatórios de trabalho das primeiras comissões nos quais Pereira Passos teve grande importância e ainda o Projeto desenvolvido pela comissão da Carta cadastral percebemos claramente que a idéia que se queria implementar era justamente a integradora, aquela que ligaria os bairros longínquos ao centro da cidade numa tentativa, por parte da

municipalidade, de civilizar sua população. Se por um lado o país era importador de novidades européias, este também queria se constituir enquanto referência de civilidade na América latina, competindo inclusive, com a cidade de Buenos Aires.

Considerando-se que a historiografia produzida na década de 80 sofreu interferências do momento particular no qual foi produzida, ou seja, o recém término de um governo ditatorial que marcou toda uma geração, busca-se aqui, uma análise que leve em conta também a visão dos contemporâneos da Reforma a partir das crônicas publicadas em um determinado periódico da época.

No próximo capítulo, analisaremos as crônicas de Paulo Barreto, num período imediatamente posterior ao término da obra das reformas, objetivando através de seus escritos, perceber como a Reforma Urbana foi percebida aos olhos do *flaneur* moderno.

### **CAPÍTULO 3 – AS LETRAS NAS RUAS DA CIDADE**

*“Flanar é a distinção de perambular com inteligência. Nada como o inútil para ser artístico. Daí o desocupado flâneur ter sempre na mente dez mil coisas necessárias, imprescindíveis, que podem ficar eternamente adiadas”.*

João do Rio

### **3.1. As Letras em fins do século XIX e início do XX.**

Ao tratarmos do processo de modernização pelo qual a Capital Federal foi submetida nos primeiros anos do século XX é importante tomarmos como parâmetro o fato de que ele coincidiu com um forte movimento que altera de maneira considerável o modo como os literatos vêm construindo sua literatura. As mudanças provenientes da Grande Reforma, não se limitaram apenas à estrutura física da cidade, elas também atingiram a esfera política e social da Capital Republicana. Houve uma mudança de foco dos literatos que se refletiu de maneira pontual nos jornais da época, já que a grande maioria dos escritores e/ou jornalistas eram esses mesmos literatos. Ao mesmo tempo, viu-se também a consolidação de uma imprensa empresarial que fez do jornal uma instituição forte, formadora de padrões, gostos e opiniões, onde a temática do processo de modernização e suas implicações eram freqüentemente discutidas. As contradições de uma cidade onde conviveram lado a lado, o moderno e o antigo, a opulência e a miséria, o luxo e a pobreza são dilemas retratados tanto na literatura quanto na imprensa.

Quando iniciamos um trabalho onde se pretende tratar a questão da literatura é sempre importante esclarecermos alguns caminhos através dos quais a produção literária passou, pois acreditamos que essa se encontra sempre atrelada a um determinado momento histórico e social que se reflete na escrita, tanto do ponto de vista da linguagem quanto da temática.

Ao tratarmos especificamente da literatura produzida no Brasil no século XIX e primeiras décadas do XX, temos, portanto, que atentar para o fato de que podemos dividi-la, basicamente, em dois períodos onde é possível identificar diferenças significativas.

O primeiro se dá por volta da década de 70 do século XIX e se estende até mais ou menos 1900, compreendendo os escritores que participaram do fim do Império. O segundo

inicia-se em 1900, e se estende até os primeiros anos do século XX, já com a República instaurada<sup>100</sup>.

Entre as gerações de fins do período imperial e a de início do período republicano inúmeras diferenças podem ser apontadas, principalmente quanto à concepção da finalidade da literatura.

A geração que lutou pelo fim do Império e da escravidão, norteadora por ideais republicanos e liberais, e influenciada por idéias vindas da Europa, acreditava na necessidade de mudanças para o país, libertando-o de um passado imperial e transformando-o em nação moderna, democrática e progressista. Para estes intelectuais, dentre os quais destacam-se os nomes de Tobias Barreto, Aluízio Azevedo, Castro Alves e José do Patrocínio, o engajamento na luta por um novo país era “a condição ética do homem de letras”<sup>101</sup>.

No interior desta concepção, esses intelectuais viam-se como responsáveis pela concretização das mudanças que ocorriam no cenário político, econômico e social brasileiro, tendo na sua produção literária um instrumento capaz de contribuir para tais mudanças, concebendo o papel do intelectual como sendo o de agente norteador dessas transformações.

Esses intelectuais solidificavam assim, a consciência de pertencimento a um determinado grupo, que tinha um importante papel social, o de participar ativamente na instauração de um novo país. Um Brasil moderno, que tinha como referência o modelo europeu.

Esta consciência de fazer parte de um grupo, se dá pela primeira vez, segundo Antonio Cândido<sup>102</sup>, no decorrer do processo de Independência. Diante do lugar social que se atribuíam e do papel que pretendiam desempenhar, estabelecem uma estreita relação com o

---

<sup>100</sup> É interessante notar que mesmo dividindo essa literatura em dois períodos e os denominando como “escritores de fins do Império e escritores da República” podemos notar que o marco temporal, quando se fala da literatura produzida no Rio de Janeiro, não se encontra na instauração da República e sim nos primeiros anos do século XX, quando a cidade passa por uma brusca reforma tanto no aspecto urbano quanto no cultural. Portanto é posteriormente a essa reforma que as idéias vão passar por mudanças significativas. Para um maior aprofundamento quanto a essa questão, ver: SEVCENKO, op. cit.

<sup>101</sup> Ibidem. p. 79.

nacionalismo. Essa literatura adquire, portanto, uma dimensão patriótica e nacionalista ao mesmo tempo em que é marcada pelo comprometimento desses homens das letras tanto na esfera pública, ou seja, na sua intervenção social, quanto no âmbito das idéias, ou seja, na construção de uma idéia de nação e de nacionalismo<sup>103</sup>. Nesse momento, e a partir de então, esses homens das letras vão procurar definir conscientemente uma literatura mais ajustada às aspirações patrióticas da jovem nação republicana.

Ainda de acordo com Antonio Candido, a literatura teve, neste sentido, um papel mais importante do que a filosofia ou as ciências sociais. Foi através dela que foram expostas as primeiras análises, pesquisas e discussões sobre a vida, as particularidades e os problemas brasileiros.

Assim, veríamos que diante da densidade atribuída aos estudos literários e sua relação com as primeiras discussões acerca dos problemas brasileiros, não tardaria o surgimento de um estilo literário que se voltasse com entusiasmo para os ideais abolicionistas, republicanos e liberais. Resultando daí um realismo voltado para uma postura mais crítica às questões sociais.

Chamou-se realista e depois naturalista na ficção, parnasiana na poesia, positiva e materialista na filosofia. Com Tobias Barreto e a Escola de Recife, toma forma um ideário que sobreviveria até os princípios do século XX. É toda uma geração que começa a escrever por volta de 1875-80 e a afirmar o novo espírito crítico, aplicando-o às várias faces da nossa realidade<sup>104</sup>.

Os escritores deste período pretendiam descrever a sociedade brasileira da forma mais real possível, sem falseá-la ou idealizá-la, criticando os mitos do romantismo<sup>105</sup> como a

---

<sup>102</sup> CANDIDO, Literatura e sociedade. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1972.

<sup>103</sup> Sobre a idéia de Nação e Nacionalismo, ver: RODRIGUES, Antônio Edmilson Martins. “José de Alencar: o poeta armado – A letra como arma no Segundo Reinado”. IN: PEIXOTO, Antônio Carlos e outros. O liberalismo no Brasil Imperial: origens, conceitos e práticas. Rio de Janeiro: Revan: UERJ, 2001, p. 127-162.

<sup>104</sup> BOSI, Alfredo. A literatura brasileira. Vol. 5. São Paulo: Cultrix, 1966. p. 275.

<sup>105</sup> Para um maior aprofundamento a cerca do romantismo no Brasil, ver: MACHADO, Ubiratan. A vida literária no Brasil durante o Romantismo. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001.

natureza-mãe, a mulher diva, o amor ideal. No lugar do herói romântico, o que queriam mostrar era o homem comum; no lugar do predomínio da subjetividade e da fantasia romântica, defendiam uma objetividade que estava em sintonia com o cientificismo e as idéias deterministas predominantes no período, valorizando o supremo cuidado estilístico e a perfeição técnica.

Segundo Nicolau Sevcenko, na visão dessa geração o Brasil não possuía propriamente uma nação e tinha um Estado “reduzido ao servilismo público”, necessitando, portanto, de uma “ação reformadora nestes dois sentidos; construir a nação e remodelar o Estado, ou seja, modernizar a estrutura social e política do país”<sup>106</sup>. Esses foram então os dois parâmetros, baseados no modelo europeu, para os quais a produção intelectual desse período se voltou.

A expectativa destes intelectuais republicanos era que a mudança de regime possibilitasse uma renovação política, capaz de redefinir os papéis e permitir uma maior participação política da população, ampliando as condições de exercício da cidadania<sup>107</sup>. Embora o movimento republicano abrangesse diferentes setores da sociedade e diversos interesses, o discurso patriótico unia-os no objetivo comum de intervir politicamente para definir os rumos do progresso do país.

Após a proclamação da República, no entanto, nem todos os interesses e setores seriam vitoriosos:

Se a mudança de regime político despertava em vários setores da população a expectativa de expansão dos direitos políticos, de redefinição de seu papel na sociedade política, razões ideológicas e as próprias condições sociais do país fizeram com que as expectativas se orientassem em direções distintas e afinal se frustrassem<sup>108</sup>.

---

<sup>106</sup> SEVCENKO, Nicolau. Literatura como missão. São Paulo: Brasiliense, 1989. p. 83.

<sup>107</sup> Para um maior aprofundamento quanto a questão dos direitos e cidadania na segunda metade do século XIX, ver: GRIMBERG, Keila. Código civil e cidadania. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

A nova ordem não trouxe a ampliação da participação política para a população, mostrando-se autoritária e intransigente com aqueles que eram divergentes, e frustrando muitos dos que defenderam o ideal republicano inspirado nos princípios democráticos. A República vitoriosa era aquela que exaltava o progresso, tomando como referência as grandes cidades européias como Paris, Londres e Viena, transformando a capital nacional em um símbolo deste progresso modernizador. A resposta a estas aspirações se materializaria na Reforma Urbana que teve lugar nos primeiros anos do novo século. Através dessa reforma foi possível a modernização e a manutenção do poder político nas mãos das oligarquias rurais, articulando os interesses dos cafeicultores com o mercado internacional para o qual a jovem República voltava seus interesses. Em outras palavras, “a receita das exportações podia literalmente importar o progresso – pelo menos, assim acreditava a elite”<sup>109</sup>.

Com a República instaurada e consolidada, a posição dos intelectuais passaria então por algumas mudanças. Diante do processo de modernização pelo qual passou a cidade do Rio de Janeiro, da vitória do cosmopolitismo e dos ideais burgueses, o espírito revolucionário do período anterior perdeu espaço. A cidade do Rio de Janeiro dos primeiros anos da República não era somente a capital política<sup>110</sup> e a maior cidade do país, era também sua capital cultural

Segundo André Azevedo, essa legitimação política e cultural, se dava desde o Império, exercendo a cidade do Rio de Janeiro uma forte atração sobre as elites de todo o país, “pois nela havia, os grandes debates atinentes à vida nacional e os principais espetáculos culturais realizados no país”<sup>111</sup>. A diferença se deu, no entanto, com o processo de “aburguesamento” surgido com a criação de um espaço público remodelado, ajardinado e europeizado na sua região central. Paralelamente a transformação na configuração física da cidade, seus habitantes passam a viver um verdadeiro culto da aparência. Verifica-se a grande valorização

---

<sup>108</sup> CARVALHO, José Murilo de Carvalho. *Os Bestializados. O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 64.

<sup>109</sup> CHASTEEN, John Charles. *América Latina. Uma História de Sangue e Fogo*. Rio de Janeiro, Campus, 2001.

<sup>110</sup> Sobre a questão da capitalidade, ver: Capítulo I dessa Dissertação.

do luxo, da elegância, da riqueza e dos bens materiais tendo como modelos e imagem a civilização urbana e o progresso europeu.<sup>112</sup> É o início do período da Belle Époque carioca. Dentro deste novo contexto, os intelectuais precisaram redefinir a sua posição na sociedade. “Uma vez assentado o Regime Republicano [...], a condição do grupo intelectual diante das novas pressões pareceu oscilar entre a tradição engajada da ‘geração de 70’ e a tendência à assimilação desvirilizadora da nova sociedade”<sup>113</sup>.

O estilo literário que se fez predominante foi o realismo em detrimento do romantismo. Mas o realismo, nesse momento, se vê completamente transformado pelas novas aspirações do grupo letrado. Aqueles que aderiram à tendência de se assimilar ao novo cenário social passaram a ser, então, os representantes da literatura oficial, aquela que, refletindo o novo momento em que se encontrava a sociedade, caracterizou-se menos pelo forte compromisso político e defesa de mudanças políticas, econômicas e sociais, do período anterior, e mais pelo seu aspecto mundano ou acadêmico.

Diferentemente da geração contestadora de 1870, portanto, a maneira como se inseriram na nova situação histórica demonstrava uma atitude de conformismo e aceitação do quadro social, onde o papel do escritor não era mais o de contribuir para transformações, mas, ao contrário, de afirmar os novos valores burgueses. Formava-se, assim, um grupo de literatos que estava em perfeita sintonia com o arrivismo político e os ideais de progresso da nação dentro dos moldes europeus, e que obteve grande prestígio social:

Essa nova camada seria a dos plenamente assimilados à nova sociedade, os favorecidos com as pequenas e grandes sinecuras, os *habitués* das conferências elegantes e dos salões burgueses, de produção copiosa e bem remunerada. Autores

---

<sup>111</sup> AZEVEDO, op. cit., p. 195.

<sup>112</sup> Para um aprofundamento maior quanto aos conceitos de civilização e progresso, ver: Ibidem.

<sup>113</sup> SEVCENKO. op. cit., p. 100.

da moda porque assumem o estilo impessoal e anódino da Belle Époque. São os triunfadores do momento [...] <sup>114</sup>.

Estes literatos, destacando-se entre eles nomes como Coelho Neto, Olavo Bilac e Paulo Barreto, eram os representantes da literatura dos salões, os quais eram freqüentados em sua maioria por homens de letras requintados que se vestiam como mandavam os figurinos de Paris, e identificavam-se com o dandismo europeu <sup>115</sup>.

Segundo Brito Broca <sup>116</sup>, o escritor da *Belle Époque* já não se sacrificava pelo ideal literário nem era um desajustado em seu ambiente social. Ao contrário, os escritores se aburguesavam e faziam parte das altas rodas da sociedade carioca. A literatura era cultivada como luxo nos salões literários organizados por pessoas elegantes que tinham na presença do artista, um prêmio.

Embora houvesse diferenças entre um salão e outro, em todos eles os assuntos de destaque eram as novidades parisienses, os autores franceses, as peças teatrais. A exaltação do progresso e da civilização estava presente na produção de muitos literatos desse momento. É o caso de Paulo Barreto, que como grande parte dos escritores do período, identificava-se com o cosmopolitismo de sua época, deixando registrado em seus escritos sua admiração pela cidade e pelo mundo urbano que se desenvolvia.

Cabe destacar, também a importância capital que a imprensa teve para esses homens das letras. Em um país onde a letra tinha a função de alavanca social, o jornalismo propiciava a esses homens a respeitabilidade pública, a incorporação de poder, o prestígio social e a influência política.

---

<sup>114</sup> Ibidem. p. 104.

<sup>115</sup> Para maiores informações a cerca dessa literatura de salão ver: RODRIGUES, Antônio Edmilson Martins. A modernidade carioca: O Rio de Janeiro do início do século XX – Mentalidade e vida literária. Rio de Janeiro, 1987.

<sup>116</sup> BROCA, Brito. A vida literária no Brasil-1900. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975, p. 7.

Com estrutura de empresa os jornais atraem os literatos tanto por essa influência social e política como também por oferecerem o que o mercado editorial incipiente não podia dar: notoriedade e dinheiro. (...). Mesmo não sendo regra, os altos salários demonstram os estreitos laços entre produção literária e jornalismo. Era ainda através das folhas que os literatos tinham a oportunidade de divulgar seus trabalhos e tornarem-se conhecidos de um público mais amplo<sup>117</sup>.

Em *A vida literária no Brasil*, Brito Broca também menciona a fundação da Academia Brasileira de Letras<sup>118</sup>, em 1896, como um dos fatores que contribuíram para um certo aburguesamento do escritor<sup>119</sup>, no sentido de que a admissão na Academia era incompatível com uma vida boêmia, desajustada ou desregrada. Sua dignidade oficial admitia apenas homens que se comportassem dentro das normas e que tivessem uma vida condizente com a respeitabilidade da Academia<sup>120</sup>.

Tomemos então para nossa análise o pensador Angel Rama que, ao tratar da história da constituição das cidades americanas, destaca o papel primordial do grupo letrado na reafirmação do poder de quem se encontra no topo da estrutura administrativa. O exemplo usado por ele para os primórdios da administração em terras americanas é ainda reproduzido no caso da República brasileira nos primeiros anos do século XX.

Para Rama, No centro de toda cidade, nas capitais dos vice-reinos, sempre houve uma cidade letrada que compunha o anel protetor do poder e o executor de suas ordens. Todos os que manejavam a pena estavam estreitamente associados às funções do poder fossem eles religiosos, administradores ou mesmo educadores.

---

<sup>117</sup> SILVA, Fernanda Magalhães. *Cinematógrafo: crônica e sociedade na Belle Époque carioca* / Fernanda Magalhães Silva; Orientadora: Margarida de Souza Neves. - Rio de Janeiro: PUC, Departamento de História, 2002.

<sup>118</sup> Para um aprofundamento maior quanto a questão da fundação da Academia Brasileira de Letras, ver: BROCA, op. cit. e RODRIGUES, João Paulo Coelho de Souza. *A dança das cadeiras: literatura e política na Academia Brasileira de Letras*. Campinas: Unicamp, 2001.

<sup>119</sup> O termo “aburguesamento do escritor” é usado aqui no sentido de uma profissionalização do ofício como gerador de rendas, ou seja, o profissional das letras passa a ter salário e reconhecimento profissional.

<sup>120</sup> Nesse momento se valoriza, sobretudo, o prestígio intelectual e social do escritor. Aqueles ligados à Academia e ao grupo oficial, quase sempre tinham mais reconhecimento que outros literatos principalmente pela facilidade que tinham para a publicação de livros e artigos.

Os séculos da colônia mostram reiteradamente a surpreendente magnitude do grupo letrado que em sua maioria constitui a frondosa burocracia instalada nas cidades a cargo das tarefas de comunicação entre a metrópole e as sociedades coloniais, portanto girando no alto da pirâmide em torno da delegação do Rei<sup>121</sup>.

Esse grupo letrado adquire uma força que pode ser percebida através de sua longevidade. Irrompe no último terço do século XVI e continuando vigoroso dois séculos depois da Revolução da Independência.

O mais significativo para os integrantes da cidade das letras, no entanto, foi a capacidade que demonstraram para se institucionalizar a partir de suas funções específicas de donos das letras, tornando-se um poder autônomo dentro das instituições a que pertenciam.

É importante, então, destacar a complexa relação entre as instituições ou classes e os grupos intelectuais. Como servidores do poder estão em contato permanente com o princípio institucionalizador que caracteriza qualquer poder, sendo, portanto, os que melhor conhecem seus mecanismos. São não somente os servidores do poder, mas também os donos.

Com excessiva frequência vêm-se nas análises marxistas os intelectuais como meros executantes dos mandatos das Instituições (quando não das classes) que os empregam, perdendo-se de vista sua peculiar função produtores, enquanto consciências que elaboram mensagens, e, sobretudo, sua especificidade desenhistas de modelos culturais, destinados à constituição de ideologias públicas<sup>122</sup>.

A supremacia da cidade das letras se dá, então, pelo fato de seus membros constituírem um grupo restrito e drasticamente urbano, o que só é possível dentro de uma estrutura de cidade. E a Capital Federal se compunha nesse momento, num espaço privilegiado, já que se constituía enquanto irradiadora de tendências para todo o país.

---

<sup>121</sup> RAMA, Angel. A cidade Letrada. IN: RAMA, Angel. A cidade das letras. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 43.

É claro que esta literatura oficial, sintonizada com a sociedade burguesa identificada com a vida européia, não era a única literatura produzida no período. Existiam algumas vozes dissonantes como Lima Barreto, Euclides da Cunha, Graça Aranha e Monteiro Lobato, literatos que se propunham a fazer uma literatura mais crítica e voltada para a análise dos problemas do país, denunciando as tensões que sofria a vida nacional, defendendo um nacionalismo menos europeizado, e questionando o tão exaltado progresso, pois enxergavam que este não beneficiava a todos, tendo como revés a exclusão de uma parte da sociedade.

Para dar conta dessa nova sociedade e novo modo de se fazer jornalismo e literatura, a crônica surge, com um objetivo bem definido, ou seja, dar conta daquilo que a literatura e o jornalismo tradicionais não mais conseguiam.

De acordo com Beatriz Rezende<sup>123</sup>, a crônica moderna que narra os grandes e os pequenos acontecimentos cotidianos sem distingui-los, se aproxima do dia-a-dia do leitor pela propriedade do flagrante e do recorte e não mais pela sua fidelidade ou realismo com o fato.

A crônica aparece como portadora por excelência do espírito do tempo', por suas características formais como por seu conteúdo, pela relação que nela se instaura necessariamente entre ficção e história, pelos aspectos aparentemente casuais do cotidiano, que registra e reconstrói, como pela complexa trama de tensões e relações sociais que através delas é possível perceber<sup>124</sup>.

Numa cidade que passava por uma brusca mudança espacial e temporal, onde seu cotidiano se via modificado a todo o momento, a crônica é a única capaz de narrar essa fragmentação, assim como os novos hábitos dessa sociedade que se transformava rapidamente.

---

<sup>122</sup> Ibidem. p. 47.

<sup>123</sup> RESENDE, Beatriz. Lima Barreto e o Rio de Janeiro em fragmentos. Rio de Janeiro: UFRJ, 1993. p. 57-58

<sup>124</sup> NEVES, op. cit., p. 82

Mas qual seria a importância de um gênero por vezes considerado tão pequeno no discurso de uma sociedade? Seria essa capaz de abranger uma parcela considerável da sociedade a ponto de ser considerada como um gênero novo que surge para dar conta das mudanças? Para respondermos a essas questões é necessário esclarecer a real importância de um discurso escrito numa sociedade predominantemente iletrada e onde o acesso aos periódicos era tido por uma parcela mínima da população

Para tais esclarecimentos, tomaremos as idéias da Professora Margarida de Souza Neves que nos esclarece que, é inquestionável que o número de leitores potenciais no país é extremamente reduzido em fins do século XIX e primeiros anos do XX. Nesse momento os índices de alfabetização do país oscilaram entre 1,56% em 1872 e 7,49% em 1920, mas também,

é esse diminuto universo de alfabetizados que, ao menos em sua delimitação jurídico-formal, circunscreve o universo da cidadania na nova institucionalidade, excluindo assim da mais elementar das esferas de voz política na república a grande maioria da população (...) e se certamente são alguns dentre os letrados os que imprimem direção à República e à sua capital, cabe lembrar que a crônica, por seu estilo literário próprio como pelo suporte de sua difusão, o jornal, atinge um número maior de leitores que qualquer outro gênero<sup>125</sup>.

A crônica pela sua própria etimologia – *chronus*/crônica – é um gênero colado ao tempo. É de alguma maneira, o tempo transformado em texto. Na virada dos séculos, sem perder seu caráter de narrativa, é um registro que incorpora uma qualidade moderna à de reconhecimento da subjetividade do autor.

Em vez de simples registro formal, o comentário de acontecimentos que tanto poderiam ser do conhecimento público como apenas do imaginário do cronista,

---

<sup>125</sup> Ibidem. p. 79-80.

tudo examinado pelo ângulo subjetivo da interpretação, ou melhor, pelo ângulo da recriação real<sup>126</sup>.

Gênero compulsório da “modernidade carioca” a crônica é também um gênero particularmente expressivo desse mesmo tempo. Segundo Beatriz Rezende, os cronistas na literatura ocidental figuraram como intelectuais a serviço dos reis medievais, tendo como sua função principal registrar pela escrita o que a memória dos tempos guardava.

A crônica, que chamamos de moderna, começa a tomar forma no século XVIII quando se vincula à imprensa e perde a aura de registro e documento do poder. É a partir desse momento que ela recebe uma ligação próxima e principalmente direta com o leitor. Margarida Neves assim a caracteriza:

A crônica moderna, todos sabemos, é algo muito distinto. Seu tom é leve, e busca sempre ser acessível a todos os leitores. Sua marca de identidade é a de ser comentário quase impressionista. A escolha de seus temas é supostamente arbitrária e a liberdade preside sua construção. Sua forma é, por definição, caleidoscópica, fragmentária e eminentemente subjetiva.<sup>127</sup>

É, portanto, dessa maneira que analisaremos as crônicas de Paulo Barreto, tanto pela marca e singularidade que se verá bem característica no seu trabalho, como também pela temática da inserção do país na modernidade através de uma reforma urbana empreendida pela associação do Governo Federal e Municipal.

Em sua coluna intitulada *Cinematographo*, Paulo Barreto que figura sob o pseudônimo de *Joe*, traça uma verdadeira história social das mudanças ocorridas na cidade do Rio de Janeiro tanto nos últimos momentos da reforma como posteriormente a ela. Atentemos, também para o reconhecimento que o próprio autor tinha da conservação desses registros e da consciência da sua importância. Ao perceber que a tão desejosa modernidade acabaria por

---

<sup>126</sup> SÁ, apud, Ibidem, p. 89.

sugar a cidade colonial e imperial, ou seja, aquela tantas vezes inspiradora de seus trabalhos e, sobretudo aquela cidade que ele tanto amava, lamentou a falta de escritores interessados no registro desses momentos.

Sinto que não haja hoje quem fixe a alma a desaparecer. (...) Nós não temos positivamente o romancista que fixasse o ventre do Rio, que nos desse a visão da nossa suburra, que fizesse enfim a nossa história social. (...) Se eu a escrevesse deixaria de ser uma obra documentativa para ser apologia.<sup>128</sup>

E sua apologia então se fez. Não foi, no entanto, no Romance, como ele mesmo propõe, que se registrou a “memória da cidade”, ou nas suas próprias palavras, a História Social do Rio, como um homem do seu tempo, Paulo Barreto optaria pelo moderno, que nesse momento se traduziria nas crônicas.

### **3.2. Paulo Barreto – Um *Flaneur*.**

*João Paulo Emílio Cristóvão dos Santos Coelho Barreto* – mais conhecido pelo seu principal pseudônimo João do Rio – pseudônimo literário, inspirado no francês Jean de Paris e adotado em 1904 – nasceu no dia 05 de agosto de 1881, filho de Alfredo Coelho Barreto, positivista ortodoxo e professor de mecânica e astronomia no Colégio Pedro II e D. Florência e Coelho Branco, segundo o próprio Paulo Barreto, mãe dedicada ao lar e à família.

Pessoa controvertida, amada por uns e execrada por outros, quando se fala em Paulo Barreto, sua imagem é imediatamente associada a dos novos tempos da Capital Federal, da

---

<sup>127</sup> Ibidem. p. 83.

modernidade, da Avenida Central, do Cinematógrafo e, ao mesmo tempo ao submundo, à cidade dos vícios, dos prazeres e dos pecados.

Paulo Barreto viveu nesse início de século extremamente conturbado, onde as mudanças começaram a se suceder, de uma maneira muito rápida, em várias áreas, entre elas na literatura, na imprensa e na boemia carioca.

Chega ao fim a boemia intelectual de tradição européia, que dominou a vida da cidade durante as duas últimas décadas do século XIX e que se estendeu até os primórdios da República, com seu período áureo os momentos de luta dos jovens intelectuais abolicionistas e republicanos. Em seu lugar surge o que Brito Broca chamou de uma “Boemia dourada”<sup>129</sup>, ou seja, uma boemia moderna, urbana e assalariada, resumida em um novo existir social e literário.

Segundo Machado Neto, as mudanças sociais e as iniciativas modernizadoras decorrentes da abolição e da república transformaram a literatura, o jornalismo e a boemia. A partir de 1900 a literatura não se enquadra mais na boemia dos cafés e restaurantes. Era o início da transição de uma mudança na boemia do século XIX – caracterizada pelo romantismo para uma boemia ligada ao modernismo. “A proeminência cabe agora, à boemia dos salões, já que a literatura se assimilara ao mundanismo da metrópole que se queria cosmopolita e civilizada”<sup>130</sup>.

Paulo Barreto foi um literato que, como jornalista e cronista, viveu o dia-a-dia de uma cidade em constante remodelação, onde sua configuração se modificava permanentemente. Viveu no Rio de Janeiro dos novecentos; das primeiras casas de chope, dos cabarés, das agremiações literárias e da Avenida Central como símbolo da civilidade carioca. Viveu numa cidade que se fazia representar moderna.

---

<sup>128</sup> Joe (Paulo Barreto): Cinematógrafo. IN: Gazeta de Notícias. Rio de Janeiro: 12 de janeiro de 1908. p. 01.

<sup>129</sup> BROCA, apud, RODRIGUES, Antônio Edmilson Martins. José de Alencar: o poeta armado do século XIX. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2000, p. 20.

<sup>130</sup> MACHADO, Maria Cristina. Lima Barreto: um pensador social na Primeira República. Goiânia: Ed. da

E como homem moderno que foi, numa cidade recém reformada e que tinha Paris como referência, Paulo Barreto pode ser comparado ao poeta francês Jean Baudelaire, pelo fato de abrir mão de sua identidade como homem da cidade, para ganhar o mundo como um *flaneur*, um mundo de experiência vastamente ampliado, que só seria possível pela reformulação arquitetônica da cidade.

É de Baudelaire a idéia do artista enquanto *flâneur*. Através deste se resgata a posse da individualidade: o artista deixa de ser um homem perdido na multidão. Ele se caracteriza pelo prazer de olhar; é um *voyeur* e, enquanto tal, um rebelde ao *déjà vu*<sup>131</sup>.

Segundo Benjamin, o hábito do *flaneur* só se torna possível no asfalto. Assim como na Paris anterior à reforma de Hausmman, a cidade do Rio de Janeiro também tolhia essa atividade urbana por apresentar raras calçadas largas e pela pouca proteção que oferecia contra os veículos que começam a se multiplicar na cidade.

Difícilmente a *flanerie* poderia ter alcançado sua relevância sem as passagens, uma nova invenção industrial, [com] vias cobertas de vidro e revestidas de mármore [onde] os dois lados dessas vias recebem a luz do alto [e onde] se sucedem as mais elegantes lojas comerciais, de tal modo que uma dessas passagens é uma cidade, um mundo em miniatura<sup>132</sup>.

Essa descrição utilizada por Benjamin para ilustrar a Paris reformada por Hausmman, extraída de um guia ilustrado de Paris de 1852, poderia ter feito parte de um guia da cidade do Rio de Janeiro nos primeiros anos do século XX, após a reformulação arquitetônica e urbanística da cidade. No Rio de Janeiro, a Avenida Central e suas fachadas originárias de um concurso arquitetônico podem sim, tomar a descrição de Paris para se caracterizar como um novo lugar e um novo ambiente que possibilitava a partir daí, o ver e ser visto, onde a

---

UFG; São Paulo: Edusp, 2002, p. 61

<sup>131</sup> BENJAMIN, apud, VELLOSO, 1988, p. 29

<sup>132</sup> BENJAMIN, op. cit., 40.

modernidade representada pelas avenidas largas, iluminadas pelas lâmpadas elétricas se constituía no destino final do *flaneur*.

Toda a Avenida Beira-mar Está inundada, toda a enorme perspectiva parece mergulhá-la num sonho maravilhoso de escafandros em que os cordões d'água e as lâmpadas elétricas sacudissem aos olhos mortais a impressão de uma fera de fundo de oceano!<sup>133</sup>

A rua se torna moradia para o *flaneur* que está tão em casa entre as fachadas das casas quanto o burguês entre suas quatro paredes<sup>134</sup>. “Saio. É preciso sair. Não é possível deixar de sair. A cidade é outra, a cidade toma um tom inédito”.<sup>135</sup>

Em Benjamin o *flaneur* é comparado a um detetive, pois entre suas características está a arte de observar e a sensibilidade apurada para os indícios do novo, qualidades adequadas ao ritmo da cidade grande e da multidão que circula por ela.

Devemos, então, atentar para o fato de que é inspirando-se em autores da modernidade européia, sobretudo em Baudelaire, que Paulo Barreto defende uma nova visão da literatura que vai radicalmente contra temas oficiais, privilegiando a temática da vida privada e a própria subjetividade. Para Paulo Barreto a realidade sempre ultrapassa os modelos que lhe são impostos. A cidade não se constitui em abstrações criadas a seu respeito, ela existe para ser vivida em todas as suas variantes possíveis; de um passeio a uma festa elegante nos bairros sofisticados da zona sul do Rio ou ao encontro com os populares nas festas religiosas e tradicionais da Penha e da Glória.

Esta idéia da multiplicidade de possibilidades existente na cidade moderna é a idéia que perpassa as crônicas de Paulo Barreto e “é por isso que ele se transforma em um *flaneur*,

---

<sup>133</sup> Joe (Paulo Barreto): Cinematógrafo. IN: Gazeta de Notícias. Rio de Janeiro: 13 de outubro de 1907

<sup>134</sup> BENJAMIN, op. cit., p. 67.

<sup>135</sup> Joe (Paulo Barreto): Cinematógrafo. IN: Gazeta de Notícias. Rio de Janeiro: 19 de abril de 1908.

vagando em busca do desconhecido, da aventura, enfim, daquilo, que está à margem da cidade ideal”<sup>136</sup>.

Segundo Shorske, para Baudelaire e seus seguidores do *fin de siècle* “a cidade tornava possível o que Walter Pater chamou de ‘consciência acelerada, multiplicada’”<sup>137</sup> e essa consciência geradora de um enriquecimento da sensibilidade pessoal só seria obtida através do “afastamento dos confortos psicológicos da tradição e de qualquer sentido de participação num todo social integrado”<sup>138</sup>. É então nesse sentido que Paulo Barreto se fez diferenciar como jornalista e cronista.

Foi uma das grandes figuras dos salões cariocas e fez um tremendo sucesso no tempo das conferências, falando de coisas que jamais as pessoas tinham ouvido sobre a cidade e o mundo<sup>139</sup>. Paulo Barreto soube como ninguém, fazer-se identificar ao cosmopolitismo de sua época.

Desde o tempo do café do Rio, na esquina das ruas do Ouvidor e Gonçalves Dias que foi sua primeira experiência boêmia, teve interesse no aprendizado da retórica e da eloquência. E foi no Café Paris, no Largo da Carioca, entre os mosqueteiros das letras, das artes e da política que adquiriu maturidade<sup>140</sup>.

Era um novo mundo e um novo tempo onde seria possível presenciar as transformações na nascente Capital Federal, desde a despedida dos tempos coloniais até sua transformação numa cidade cosmopolita, de traçados modernos e vivências civilizadas. É por isso que a criação de novos espaços de civilidade, de lazer, de troca de idéias e as sucessivas mudanças em várias áreas, como o trabalho e o conhecimento se constituem na temática do trabalho do nosso *flaneur*.

---

<sup>136</sup> VELLOSO, op. cit., p. 28.

<sup>137</sup> SCHORSKE, op. cit., p. 68.

<sup>138</sup> Ibidem. p. 68.

<sup>139</sup> RODRIGUES, Antônio Edmilson Martins “Em algum lugar do passado. Cultura e História na cidade do Rio de Janeiro”. IN: AZEVEDO, André Nunes de (org.). Rio de Janeiro: Capital e Capitalidade. Rio de Janeiro: Departamento Cultural/ Sr-3 UERJ, 2002, p. 19.

<sup>140</sup> Ibidem. p. 34.

### 3.3. Joe e a Coluna *Cinematographo*.

Foi no dia 11 de agosto de 1907 que seria publicada pela primeira vez, na *Gazeta de Notícias*, uma coluna intitulada *Cinematographo*. Ocupando quase toda a parte inferior do periódico, na primeira página, o leitor encontraria uma série de crônicas assinadas por Paulo Barreto sob o pseudônimo de *Joe*.

A partir da diagramação inicial da coluna que ocupava quase que exclusivamente a primeira parte do periódico, percebe-se a importância que esta assumia frente às suas similares.

A coluna *Cinematographo* vinha, geralmente, dividida em cinco crônicas contendo cada uma, como subtítulo, um dia da semana, como se o autor quisesse nos passar a impressão de ter escrito aquele texto no exato momento do acontecimento. Além disso, a leitura da coluna nos dá a idéia de que através dela podemos ver o dia-a-dia da cidade do Rio. É bem provável que o título da mesma tenha sido escolhido com esse propósito, ou seja, assim como as diversas temáticas exibidas pelas fitas do cinematographo – objeto de encantamento de Paulo Barreto e que serviria de tema, inclusive, em várias crônicas – na coluna apareceria mudanças de costumes, crítica literária e teatral, perfis de políticos, literatos e atrizes do teatro, etc.

A coluna será apresentada semanalmente, aos domingos, até o dia 18 de dezembro de 1920. São um total de cento e quarenta e cinco semanas de publicação em um dos jornais mais respeitados da cidade, a *Gazeta de Notícias*

Fundada em 1874 por Ferreira Araújo, Henrique Chaves, Eliseo Mendes e Manoel Carneiro a *Gazeta de Notícias*, que teve um início modesto, chega aos primeiros anos do século XX como o jornal que obteve maior êxito. Considerado um jornal imparcial, e por isso

respeitado, se destacou principalmente pelo destaque que deu à literatura e à informação. Notícias nacionais, correspondentes em algumas das principais capitais da Europa, crítica literária, teatral e crônicas era a receita de sucesso do jornal onde Paulo Barreto se destacaria como jornalista e cronista.

A estréia de Paulo Barreto na imprensa foi quando ainda não tinha completado seus 18 anos e, portanto, contemporânea ao aparecimento da *Gazeta de Notícias* no cenário do jornalismo carioca. Seu primeiro trabalho foi publicado em *A Tribuna*, jornal de Alcindo Guanabara, no dia 1º de junho de 1899 e tratava-se de uma crítica teatral. Quinze dias após sua estréia no jornalismo carioca começa a escrever sistematicamente em *A Cidade do Rio*, periódico de José do Patrocínio, onde escreveu uma série de críticas literárias e teatrais, ora assinadas como Paulo Barreto, P.B. ou Claude. Era, no entanto, um desconhecido.

A estréia de Paulo Barreto na *Gazeta de Notícias* se deu de maneira discreta no dia 07 de setembro de 1903. Sob o pseudônimo X, assina uma coluna denominada *A cidade*, onde comenta assuntos, como se apresenta no próprio nome da coluna, pertinentes ao dia-a-dia da cidade do Rio como a falta d'água, a deficiência no transporte público, crimes etc.

No ano de 1904, quando publica *As religiões do Rio*, uma série de reportagens onde descortina o universo obscuro das várias religiões espalhadas por toda a cidade, inclusive as relacionadas à magia negra, é que acontece de fato o primeiro reconhecimento do seu trabalho. Considerado como um retrato social da cidade pela Comissão do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Paulo Barreto é convidado, inclusive a se tornar sócio-correspondente desse Instituto o que representaria sua primeira vitória intelectual.

Em 1905 publica, ainda na *Gazeta de Notícias*, *O momento literário*, onde apresenta uma série de entrevistas com grandes nomes da literatura nacional, com o objetivo de traçar um panorama intelectual da cidade. Em 1907 publica ainda, no mesmo jornal, uma coluna

intitulada *Pequena crônica das letras*, escrevendo resenhas de obras de grandes nomes da literatura nacional e estrangeira.

É importante destacar, no entanto, que ao mesmo tempo em que escrevia essas colunas e/ou reportagens escondidos atrás de pseudônimos menos conhecidos, Paulo Barreto publicava ainda com seu nome e principalmente com seu pseudônimo mais conhecido, João do Rio tanto na *Gazeta de Notícias* como em outros jornais cariocas<sup>141</sup>.

Voltando novamente à coluna em análise, podemos atentar para uma divisão da mesma em três momentos.

Um primeiro momento seria aquele que vai da primeira publicação em agosto de 1907 à setembro de 1909, onde a coluna obtém a quase exclusividade da primeira página do periódico. Enquanto outras páginas traziam uma grande variedade de textos e informações, nesse momento, a coluna figurava com grande destaque na parte inferior da primeira página, geralmente abaixo de uma grande imagem ilustrativa da manchete do jornal.

Um segundo momento vai do dia 03 de outubro de 1909 a fevereiro de 1910, no qual a coluna aparece com um destaque menor. Neste momento ela deixa de ter destaque na primeira página para dar espaço a outras informações: *Telegramas*, *Discursos*, *Aniversários* e *Espetáculos* são algumas das diversas colunas que dividem espaço com a *Cinematógrapho* na primeira página.

Um terceiro momento vai de fevereiro de 1910 até sua última publicação em dezembro desse mesmo ano onde a coluna se caracteriza pela migração para as páginas internas do periódico, onde ocupa um lugar menos prestigiado e com menos espaço.

Finda-se, então, a coluna *Cinematógrapho* que teria seu nome historicamente associado à imagem de Paulo Barreto justamente pela publicação, em 1909, de um dos seus

---

<sup>141</sup> Escreveu nesse período em *A Notícia*. Foi colaborador da folha paulistana *O Comércio de São Paulo* e das revistas *A ilustração brasileira* e *A Revista americana*. Na *Gazeta de Notícias*, além do pseudônimo de Joe, assina também como Paulo Barreto, João do Rio, José e Simeão.

livros mais conhecidos o *Cinematógrafo*. É importante ressaltar, no entanto, que apesar de algumas das crônicas publicadas na coluna pertencerem ao livro, este não se trata de uma coletânea da coluna publicada pela *Gazeta de Notícias*, mesmo porque das trinta e seis crônicas publicadas no livro *Cinematógrafo* apenas oito são pertencentes à coluna assinada por *Joe* na *Gazeta de Notícias*.

Acreditamos, portanto, que na coluna em questão podemos ver as idéias de Paulo Barreto sobre o momento em que vivia e principalmente identificar nos seus escritos, a imagem da cidade do Rio de Janeiro no período imediatamente posterior à Grande Reforma empreendida pelo Prefeito Pereira Passos. Acreditamos ainda que a exaltação, a decepção ou a contradição a respeito dessa reforma que absorve a cidade colonial e no seu lugar constrói uma outra cidade, completamente diferente também aparecerá nas crônicas a que nos propomos analisar.

Atentemos primeiramente para a idéia acerca da imagem do Presidente Rodrigues Alves e do Prefeito Pereira Passos, os mentores da Reforma. Indo contra a idéia defendida pela historiografia tradicional, já discutida no capítulo 2 desse trabalho, vemos que para Paulo Barreto os mentores da reforma são sempre glorificados e exaltados, atentando para o fato de que seus nomes e feitos estão sempre associados à palavra civilidade, entendendo a civilidade como oposição à barbárie.

Talvez o grito, o aplauso, convençam o governo atual de que é necessário continuar a obra encetada pela direção do conselheiro Rodrigues Alves e por esse [...] extraordinário – o doutor Pereira Passos, que aos 70 anos, depois de reformar uma cidade violentamente, parte para a Europa, corre o Egito montado em dromedários, embarca para o Japão e trabalha, lê, escreve sempre incansável e sempre extraordinário.<sup>142</sup>

---

<sup>142</sup> Joe (Paulo Barreto): *Cinematógrafo*. IN: *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro: 18 de agosto de 1907

Rodrigues Alves e Passos são então, nas crônicas analisadas, vistos como uma espécie de salvadores, na medida em que inseriram no país os hábitos civilizacionais, tão caros quanto almejados por uma parcela da população brasileira.

Paulo Barreto não poupa elogios à figura de Passos como também faz questão de destacar, a sua superioridade frente ao atual prefeito.

O meditativo autor do Palácio Monroe não é, evidentemente, tecido do mesmo estofó do Dr. Passos. Falta-lhe energia, vontade e esse sentimento de certeza que guiava o ex-prefeito.”<sup>143</sup>

Quando escreve sobre a batalha de flores que presenciou no Campo da Aclamação, em crônica do dia 22 de setembro de 1907, mais uma vez se vê a exaltação à figura de Passos.

Era o Doutor Passos o autor da idéia. E no campo cheio de poeira, de gatinha ignorante, ainda de batalhas florais (pois as que aqui se tinham realizado eram em Petrópolis e na época da fidalguia do encilhamento), os meus olhos admiraram a sua energia, o seu comendo, a maneira pela qual tudo quanto queria realizava o Prefeito<sup>144</sup>.

Quando convidado por seu amigo Luiz Edmundo, afamado escritor e cronista da época, para fundar uma “liga contra o feio”, onde o objetivo primordial seria o “desejo de fazer tudo bonito apenas”<sup>145</sup> ele atribui a idéia de beleza que se tem na cidade novamente à Passos.

Já repararam, entretanto, na origem desta liga? A liga contra o feio, ainda nós devemos, posto que indiretamente ao Dr. Frontin e o Dr. Pereira Passos. As avenidas trouxeram ar, luz, novas idéias. As novas idéias trouxeram o *snobismo*

<sup>143</sup> Joe (Paulo Barreto): Cinematógrafo. IN: Gazeta de Notícias. Rio de Janeiro: 22 de julho de 1907

<sup>144</sup> Joe (Paulo Barreto): Cinematógrafo. IN: Gazeta de Notícias. Rio de Janeiro: 22 de julho de 1907

<sup>145</sup> Joe (Paulo Barreto): Cinematógrafo. IN: Gazeta de Notícias. Rio de Janeiro: 16 de agosto de 1908

(...) os termos estrangeiros, o corpo admirável e as sessões elegantes. As sessões elegantes fazem a liga contra o feio...<sup>146</sup>

Do mesmo modo, em crônica na qual saía em defesa do Projeto de lei nº 82 de 1907 apresentado pelo Intendente Tertuliano Coelho, onde este propunha a proibição do trânsito de pessoas pelas ruas e praças da cidade que não estivessem calçadas, mais uma vez ele se refere ao Prefeito.

Mas Deus do céu! A cultura pode promover uma série de coisas. Quem porém promove a cultura no povo? Os homens inteligentes e adiantados pregando-lhe o que é bom e as autoridades obrigando-o a obedecer. Faz-se com os povos o que se faz com as crianças: ensina-se. (...) Se nós fossemos esperar pela cultura dos habitantes, não tínhamos as Avenidas (feitas com furiosos protestos), não tínhamos o Municipal. (...). As autoridades promovem o desenvolvimento da cultura ensinando e dando o exemplo. O povo adapta-se e eleva-se de súbito. Hoje qualquer carioca seria incapaz de viver sem avenidas. Amanhã seria imoral um sujeito descalço.<sup>147</sup>

Na realidade, a imagem do Prefeito estava ligada à idéia de que ele seria o introdutor de preceitos civilizacionais na sociedade carioca. “Também era liberdade passear as vacas pela rua. O Dr. Passos proibiu o passeio vacum (...)”<sup>148</sup>

Apesar da grande polêmica gerada na Administração Passos sobre o arrasamento do Morro Santo Antônio<sup>149</sup>, no início do ano de 1910 quando ressurgiu a polêmica e a discussão novamente se volta para o belo e civilizado em contraposição ao feio e bárbaro. Nesse momento Paulo Barreto vai buscar soluções no Prefeito Pereira Passos, associando,

<sup>146</sup> Joe (Paulo Barreto): Cinematographo. IN: Gazeta de Notícias. Rio de Janeiro: 16 de fevereiro de 1908

<sup>147</sup> Joe (Paulo Barreto): Cinematographo. IN: Gazeta de Notícias. Rio de Janeiro: 01 de agosto de 1909

<sup>148</sup> Joe (Paulo Barreto): Cinematographo. IN: Gazeta de Notícias. Rio de Janeiro: 01 de agosto de 1909

<sup>149</sup> Sobre a polêmica ver: Capítulo 2 desse trabalho, onde vemos que o arrasamento do Morro Santo Antônio não seria encampado por Passos já que este tinha um projeto reformador e modernizador, mas sempre preso às tradições da cidade.

novamente, a imagem de sua gestão à de civilidade e beleza e atentando para o fato de que ele seria a única pessoa capaz de introduzir essas mudanças na sociedade carioca.

Com essas reflexões chego ao seguinte resultado: É melhor arrasar o Santo Antônio para começar. Pelo menos ficamos livres daquela vergonha do seu aspecto. Seria lindo vê-lo como o Pincio. Mas isso é fantasia, projeto e para se realizar essas coisas só o Passos e o Passos está em Paris.<sup>150</sup>

Já no que tange sua idéia sobre a Reforma, veremos um Paulo Barreto bem menos decidido e bem mais contraditório. Veremos em vários momentos uma exaltação das obras da Reforma, ao mesmo tempo em que, um saudosismo que o faz vê-la como um mal responsável pelo fim das tradições. A aprovação e o saudosismo de Paulo Barreto nesse caso, vão se repetir em várias crônicas.

Uma exaltação das obras da Reforma e da Grande Avenida, o símbolo da modernidade carioca, como se vê na crônica do dia 18 de agosto de 1907.

A grande esplendorosa avenida “scintilla” de toilettes raras, de jóias coruseantes, de belezas admiráveis. Passam, sem cessar, automóveis raros, de luxo, numa fila interminável(...)

É bem diferente este Rio do que nós suportávamos há cinco anos atrás!<sup>151</sup>

Essa comparação do Rio reformado, civilizado e bom com o de outrora como sendo ruim, virá acompanhada, tempos depois, de um saudosismo capaz de fazer com que um leitor que tome determinada crônica separada do conjunto a que pertence, possa ter uma idéia completamente contrária do seu trabalho. Se na citação acima, a Grande Avenida que “scintilla” é vista como a representação de uma padronização que incluía cidade do Rio de

---

<sup>150</sup> Joe (Paulo Barreto): Cinematógrafo. IN: Gazeta de Notícias. Rio de Janeiro: 20 de fevereiro de 1910

<sup>151</sup> Joe (Paulo Barreto): Cinematógrafo. IN: Gazeta de Notícias. Rio de Janeiro: 18 de agosto de 1907

Janeiro dentro de uma idéia comum a várias capitais por outro lado, ela seria a responsável pela sua padronização e perda de singularidade.

- Que horror! Com efeito, tudo aquilo está calçado, arejado, *avenidado*. Há mesmo um projeto de canteiros de boulevard, e o novo mercado todo de ferro elegante e moderno é como todos os mercados.

(...) Sim, como queres tu originalidade onde tudo é igual as que há em outras terras? As avenidas são a morte do velho Rio.<sup>152</sup>

Um outro exemplo dessa contradição que marca a idéia que Paulo Barreto tem da Reforma pode ser notado no desprezo com que ele fala do Rio antigo no início da sua crônica do dia 12 de janeiro de 1908 onde narra um passeio noturno pelas ruas do Rio na companhia de um amigo,

(...) Pelos becos lúbregos – passeamos os dois pelos maus lugares, os curiosos maus lugares do Rio: becos estreitos, vielas más, onde a gentalha formiga. É noite. O meu amigo quer por força entrar numa hospedaria do beco de que ignoramos o nome, mas que não mede mais de dois metros. (...) e damos num trecho novo: o do novo mercado<sup>153</sup>.

O fato de chamar a cidade colonial de “maus lugares” já demonstra uma contraposição aos bons lugares que à princípio seria a parte reformada da cidade, ajardinada, iluminada e “avenidada”. Mas é interessante notar que na mesma crônica existe um saudosismo com relação a certas atitudes, que mesmo sendo criticadas por ele, são representativas do passado e, portanto, da tradição carioca.

Esse mercado onde não moram mais os mercadores, esse mercado fechado e higiênico pode ser aquela antiga praça centro da miséria, da luxúria receosa, de

<sup>152</sup> Joe (Paulo Barreto): Cinematógrafo. IN: Gazeta de Notícias. Rio de Janeiro: 12 de fevereiro de 1908

<sup>153</sup> Joe (Paulo Barreto): Cinematógrafo. IN: Gazeta de Notícias. Rio de Janeiro: 12 de janeiro de 1908

tantas e tantas tradições? Nunca! Amanhã temo-lo demolido como a velha Saúde; amanhã atiram esses becos por terra, (...) e a parte bizarra, curiosa, empolgante da cidade desaparece absolutamente! Vamos ficar como todas as outras cidades!<sup>154</sup>

Nota-se claramente no trecho da crônica acima que ele associa as palavras “centro da miséria” e “luxúria” às tradições da cidade, a idéia de separação do público e do privado, presentes agora nas novas moradias, longe dos locais de trabalho, é vista por ele como uma perda da identidade da cidade do Rio.

Essas contradições no seu trabalho, talvez sejam fruto das próprias contradições de uma cidade onde convivem o moderno e o antigo, o esplendoroso e o miserável, o luxo e a pobreza. Vê-se claramente que ele não definiu de que lado estava e que optou por transitar entre as duas cidades. Se por um lado é o cronista do fútil e do elegante, por outro, traz à tona o que se tenta esconder.

Vê-se que a cidade do Rio de Janeiro era a porta de entrada do novo e de todas as novidades vindas da Europa, e é a partir dela que essas novidades chegavam a toda parte do país. O Rio se constituiu no centro cultural, econômico e político do país e como cronista da alta sociedade Paulo Barreto se encantou com as transformações da introduzidas por essa modernidade e com as novidades trazidas por ela. O cinematógrafo, a eletricidade, o luxuoso pavilhão Mourisco no elegante bairro de Botafogo; aparecem em várias crônicas suas como valorosos elementos trazidos pelo processo modernizador no qual o país se inseria através da sua Capital, mas, por outro lado, reconhecia que estes ganhos implicavam em perdas, sobretudo de identidade para a cidade.

A exaltação à eletricidade aparece nas suas crônicas de várias maneiras, e de forma constante. Desde a imagem que se tem dos postes de iluminação elétrica na enseada de Botafogo como um espetáculo – “Assim, inteiramente iluminada, alastrada de focos elétricos

---

<sup>154</sup> Joe (Paulo Barreto): Cinematógrafo. IN: Gazeta de Notícias. Rio de Janeiro: 12 de janeiro de 1908

aquela enseada e um golfo de luz é como uma serpente lendária”<sup>155</sup> – até a utilidade que esta tem como protagonista na mudança de hábitos. A civilização seria agora, impossível sem a luz elétrica.

- Não dormi anti-ontem. Não dormi ontem. Não durmo hoje. É impossível dormir no Rio sem luz. Parece que estou noutra terra, numa cidade do interior em que a noite ainda é vulnerável e primitiva. Só agora é que eu vejo a grandeza do símbolo do Prometheo. O homem só é homem porque domina o fogo que é a luz. A luz é a civilização meu velho: quando a luz falha, adeus civilização<sup>156</sup>.

Cabe nesse momento a análise de uma crônica em particular, pela grandiosidade de detalhe com que ela nos presenteia nas referências à velha e à nova cidade. Na crônica do dia 23 de agosto de 1910, ou seja, uma das últimas crônicas publicadas por Paulo Barreto na coluna *Cinematógrapho*, este descreve um passeio noturno pela cidade do Rio de Janeiro como faz em várias outras crônicas. A referência ao automóvel como sendo o único meio de transporte capaz de promover o deslocamento rápido o bastante para permitir a vivência de muitas paisagens e momentos num curto espaço de tempo; aparece nessa crônica de uma maneira corriqueira como em várias outras. Porém, nesta em particular, notam-se referências à nova e à velha cidade e à permanência de hábitos antigos como sendo sinônimos de uma barbárie que ainda persistiria na cidade.

Ao iniciar esta crônica, ele faz menção ao fato de que aquela era uma noite chuvosa, mas que não obstante isso era uma noite promissora uma vez que as pessoas elegantes da cidade não mais se amedrontavam diante da chuva já que a modernidade teria trazido consigo a reforma, o arruamento, a construção de avenidas e a eletricidade.

---

<sup>155</sup> Joe (Paulo Barreto): *Cinematógrapho*. IN: *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro: 23 de agosto de 1910.

<sup>156</sup> Joe (Paulo Barreto): *Cinematógrapho*. IN: *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro: 19 de abril de 1908

A crônica se passa numa noite elegante no pavilhão mourisco. “O aspecto é belo, de uma beleza de assombro, tudo é luz, tudo é fogo, tudo é vida”<sup>157</sup>. As referências à eletricidade como norteadora e proporcionadora do espetáculo também aparecem logo no início da crônica. “Nos pavilhões riscam-se cordões luminosos. Grandes lâmpadas irrompem luz cinza clara, a luz de metal branco, uma fulguração de luar. Em vários edifícios e por traz dessas cores, a luz de mercúrio brilha como a cor azul do céu”<sup>158</sup>.

São muitas as referências feitas por Paulo Barreto à elegância das pessoas e das mulheres do lugar. Muitas são também as referências à beleza da festa. Esta beleza para ele, no entanto, estaria associada à idéia da sofisticação, possível apenas para um pequeno grupo selecionado de pessoas. A festa e toda sua grandiosidade só seria possível pelo seu contexto. Aquele lugar, aquelas pessoas, aquelas atitudes só tem sentido de existência no momento em que se encontram inseridas dentro desse processo maior de modernização pelo qual a cidade do Rio de Janeiro está passando. “Que pensar? Que dizer? Mesmo dentro do diamante eu tenho a impressão de que até o aspecto da multidão mudou, eu sinto aquele exército outro, diverso do das antigas festas, mais elegante, mais fino”<sup>159</sup>. E toda essa atmosfera é questionada por ele – “Será porque passam lindas senhoras da alta sociedade? Será porque envoltas em mantos de altos preços? [...]. O fato é que tudo parece extraordinariamente diverso”<sup>160</sup> – até que aparece para ele mesmo a solução e a solução não seria muito diferente: “É o Rio civilizado...”<sup>161</sup>. É a confirmação de que a cidade só se encontrava naquele estágio por ter passado por um momento anterior capaz de proporcionar o nunca antes visto, ou seja era a reformulação arquitetônica e urbanística da cidade necessária para a inserção da Capital Federal num cenário internacional que proporcionou todo esse espetáculo civilizacional que agora, anos depois do término da reforma, estava concretizado.

---

<sup>157</sup> Joe (Paulo Barreto): Cinematógrafo. IN: Gazeta de Notícias. Rio de Janeiro: 23 de agosto de 1910

<sup>158</sup> Joe (Paulo Barreto): Cinematógrafo. IN: Gazeta de Notícias. Rio de Janeiro: 23 de agosto de 1910

<sup>159</sup> Joe (Paulo Barreto): Cinematógrafo. IN: Gazeta de Notícias. Rio de Janeiro: 23 de agosto de 1910

<sup>160</sup> Joe (Paulo Barreto): Cinematógrafo. IN: Gazeta de Notícias. Rio de Janeiro: 23 de agosto de 1910

Paulo Barreto nos presenteia ainda, nessa crônica, com uma maravilhosa comparação entre o Rio antigo e o Rio civilizado.

E de repente a maravilha cessa. Nós vamos por cima, pelo Catete e passamos pelo outeiro da Glória, o célebre ponto da célebre festa há vinte anos. Foguetes modestos e reumáticos subiam ao ar dificultosamente dando algumas lágrimas discretas. Uma gente vagarosa e mole subia o morro ou descia com sono. A iluminação era de velas em mangas de vidro e embaixo [...] uma série de vendedores de doces ambulantes gritando cocadas e quindins.<sup>162</sup>

Essa é a outra cidade. A cidade que se mantém intacta, imutável. A cidade que não reconhece a reforma, porque esta não chegou até lá. É a cidade que abriga as pessoas que direta ou indiretamente não foram atingidas pela reforma e que conseqüentemente não mudaram seus hábitos de tal forma que sua vivência fosse alterada. E Paulo Barreto conclui a citação acima da seguinte maneira,

Parecia a roça, parecia a Arábia, parecia tudo quanto quiserem menos o Rio admirável.

- Eis a cidade de há vinte anos! E reside ainda!<sup>163</sup>

Era a cidade que não merecia mais aparecer, era a cidade que nesse momento o próprio Paulo Barreto não queria que existisse, mas que independente disso, ele estava lá para descortinar-la e mostrar que ainda existia uma parte da cidade que não havia sido tragada pela modernidade. É então nesse sentido que vemos as crônicas de Paulo Barreto como um testemunho do seu tempo, pois se como cronista da alta sociedade, ele se encantou e se deslumbrou com as novidades, por outro lado, em nenhum momento ele abandona seu hábito de flunar, e sua condição de *flaneur* só existe enquanto a cidade não lhe tolher a possibilidade

---

<sup>161</sup> Joe (Paulo Barreto): Cinematógrafo. IN: Gazeta de Notícias. Rio de Janeiro: 23 de agosto de 1910

<sup>162</sup> Joe (Paulo Barreto): Cinematógrafo. IN: Gazeta de Notícias. Rio de Janeiro: 23 de agosto de 1910

<sup>163</sup> Joe (Paulo Barreto): Cinematógrafo. IN: Gazeta de Notícias. Rio de Janeiro: 23 de agosto de 1910

de circulação e observação múltipla aberta ao seu olhar, seja numa festa elegante do pavilhão mourisco, seja numa festa popular no Outeiro da Glória.

Essas contradições presentes na crônica em que trata da festa elegante do Pavilhão Mourisco e da festa popular nos arredores da Igreja da Glória aparece de outras maneiras, retratadas em crônicas que abordam outras temáticas, como por exemplo, no carnaval, que já naquele tempo, era uma das festas mais representativas da cultura da cidade.

Nesse caso sua contradição é bem mais sutil e pode ser percebida quando se analisa o grupo de crônicas. Se por um lado Paulo Barreto venera a figura de Pereira Passos como introdutor dos hábitos civilizacionais europeus na cidade, como se viu na análise feita anteriormente da crônica publicada em setembro de 1907 referente à Batalha de Flores do Campo da Aclamação. Por outro lado, seis meses depois, em 02 de março de 1908, não se reconhece o mesmo cronista ao tratar do carnaval.

Eu amo absurdamente o carnaval, não o carnaval elegante com faixas de seda e complicações de bailes ultraperfeitos, mas o carnaval delirante, despedassante dos cordões suarentos, dos batuques, dos tambores, o carnaval da rua e dos bailes públicos, o carnaval em que a multidão urra, sem máscara (...), suando e bebendo na ânsia de todas as luxúrias, de todos os excessos<sup>164</sup>.

É impressionante notar que o mesmo cronista que defende os hábitos elegantes, as festas sofisticadas, os salões de literatura e, sobretudo, as mudanças de hábito que estão sendo paulatinamente introduzidas na cidade a partir da reforma urbana de Passos promotora de novos modos e vivências, defende com tamanha exaltação aquilo que em diversos outros momentos ele denomina de barbárie e para, além disso, defende que seja abolido da cidade.

O mesmo cronista que defende o Projeto do intendente Tertuliano, sobre a proibição de se “andar descalço pelas ruas e praças da parte urbana da cidade”<sup>165</sup>, continua ainda, sua

---

<sup>164</sup> Joe (Paulo Barreto): Cinematógrafo. IN: Gazeta de Notícias. Rio de Janeiro: 02 de março de 1908

<sup>165</sup> Joe (Paulo Barreto): Cinematógrafo. IN: Gazeta de Notícias. Rio de Janeiro: 01 de agosto de 1909

crônica... “Certo não há no mundo festa igual a esse carnaval do Rio em que a gente pode cometer todas as loucuras e rir e voltar a ser alegre”<sup>166</sup>.

E na seqüência da crônica percebe-se que ele considera esse momento como sendo único e, sobretudo, diferente. Se o ano todo as pessoas se deixavam tolher pela sociedade, um hábito, inclusive defendido por ele em vários momentos como na citação abaixo,

Civilização é o grau mais elevado de extirpação, de instinto selvagem a que uma sociedade pensa ter chegado. Quase sempre a sociedade pensa que é o mais elevado e não será possível subir mais. A escada, porém é espiral e a sociedade vai subindo polida, aparada, lavada, escovada pelas leis e os [...] que ela mesmo edita para se sustentar<sup>167</sup>.

É por outro lado, no carnaval que todo esse respeito é abandonado em troca de um prazer momentâneo, “só o carnaval consegue alegrar-nos, mas é uma alegria convulsiva, um estouro de jocundidade, uma explosão de desejos contidos durante trezentos e sessenta e dois dias”<sup>168</sup>.

É então, válida uma análise no sentido de que o autor defende que são poucos dias que tudo pode ser feito, é como se o carnaval se constituísse numa data determinada para que o exagero possa ser cometido. Mas partindo do fato de que ele é um colunista da alta sociedade, um freqüentador dos grandes círculos da alta sociedade carioca, concluimos que isso só se tornou possível pelo fato de Paulo Barreto ser mesmo um homem. inserido na modernidade, aquela que para Schorske<sup>169</sup> vive e vê a cidade para além do bem e do mal.

Sua contradição é aceita justamente pelo fato de que para além do julgamento da cidade como uma cidade destinada ao bem ou ao mal, Paulo Barreto está disposto apenas a viver a cidade e essa vivência só é possível enquanto ele mesmo se vê como um *flaneur*.

<sup>166</sup> Joe (Paulo Barreto): Cinematógrafo. IN: Gazeta de Notícias. Rio de Janeiro: 02 de março de 1908

<sup>167</sup> Joe (Paulo Barreto): Cinematógrafo. IN: Gazeta de Notícias. Rio de Janeiro: 11 de outubro de 1908.

<sup>168</sup> Joe (Paulo Barreto): Cinematógrafo. IN: Gazeta de Notícias. Rio de Janeiro: 02 de março de 1908.

Inspirado nos intelectuais e artistas europeus que viveram essa experiência da modernidade no século XIX ele a toma como inspiração e cenário no início do século XX. Cabe ressaltar que Paulo Barreto viveu ainda no momento em que essa transição se faz e acreditamos que nas suas crônicas ela aparece de uma maneira bem explícita.

É o momento em que os hábitos tradicionais vindos dos tempos coloniais começam a ser substituídos. Essa substituição é muito clara nas obras de Paulo Barreto porque ele transita pelos dois mundos e por estar inserido enquanto colunista nas rodas da alta sociedade e enquanto *flaneur*, na rua e no submundo sentimos que esse antagonismo antigo/novo e colonial/moderno o atingiu de maneira avassaladora a ponto de influenciar sobremaneira sua literatura. É nesse sentido que sua percepção sobre a reforma urbana e principalmente suas contradições são fontes ricas para a análise do período<sup>170</sup>. A cidade não é um bloco único e os acontecimentos, mesmo que grandiosos, como a reforma urbana no centro da cidade, não foram capazes de mudar de um dia para o outro, toda a história de uma cidade. Novos hábitos e usanças foram introduzidos com a reforma, e a sensibilidade para retratar esse momento de transição não poderia ser mais bem representada que nas crônicas de um *flaneur*.

---

<sup>169</sup> Para um maior aprofundamento quanto à questão da cidade para além do bem e do mal, ver: Capítulo I dessa dissertação.

<sup>170</sup> Para um aprofundamento maior sobre a questão do uso das crônicas literárias como documentos, ver: NEVES, op. cit., p. 76.

## CONCLUSÃO

No início do trabalho propusemos traçar um panorama da Reforma Urbana empreendida na cidade do Rio de Janeiro nos primeiros anos do século XX. Com base nos relatórios produzidos para essa finalidade, mostramos que essa era uma ambição ainda do Governo Imperial, mas que por diversos motivos não foi colocada em prática. Mostramos também que a reforma empreendida pelo Prefeito Pereira Passos entre os anos de 1903 e 1906 procurou resolver diversos problemas que assolavam a cidade há vários anos e por isso utilizamos também como fonte, os Relatórios produzidos no período Imperial que por também terem sido orientados por Passos, manteve uma certa uniformidade no tratamento de algumas questões.

Tivemos uma certa atenção com a construção da imagem do Prefeito Pereira Passos já que este foi visto pela historiografia dos anos 80 como um homem a serviço da elite e que para ela projetou uma cidade onde a grande massa da população, ou seja, os populares ficariam excluídos. Indo contra essa idéia, tentamos mostrar que o plano norteador da Reforma primava por uma reestruturação da cidade que privilegiasse a ligação das diversas regiões da cidade, mesmo as mais longínquas ao centro, não só pela melhoria da estrutura viária da mesma que proporcionaria uma melhor distribuição de mercadorias, mas também pelo acesso da grande massa da população ao centro reformado.

---

Objetivamos destacar, também, que a Grande Reforma Urbana levada a cabo no início do século XX, foi fruto de duas iniciativas que apesar de se ligarem e de serem complementares continham propostas diversas. A do Governo Federal com base numa visão mecanicista e a do Governo municipal norteadas por uma visão organicista, onde se destacou o respeito à história da cidade, como uma das preocupações da municipalidade.

Acreditamos então que o objetivo inicial da nossa pesquisa, que era mostrar a idéia de cidade construída pela Grande Reforma, foi cumprida principalmente no que tange a desmistificação da imagem do Prefeito Passos como um déspota a serviço da elite, do seu desapego à tradição da cidade em prol de uma nova engenharia moderna e de um projeto excludente da grande massa da população do centro da cidade.

Propusemos também no nosso trabalho esclarecer a idéia de cidade que ficou posteriormente à empreitada da Reforma. Para tal, analisamos uma determinada coluna publicada por Paulo Barreto, um dos grandes literatos da época num jornal de grande circulação, e vimos que a cidade era um assunto constante entre as suas temáticas e que a modernidade e todas as maravilhas trazidas por ela foram fruto de encantamento por parte do nosso cronista e por isso também figuraram em diversas crônicas..

É importante ressaltar, a imagem que o nosso cronista Paulo Barreto construiu da figura de Pereira Passos como o introdutor de hábitos civilizacionais na sociedade carioca. As referências de Paulo Barreto, para além de exaltar os feitos do Prefeito, atenta para a reforma como sendo o ponto máximo dentro de um panorama que visava inserir a cidade dentro de um panorama maior que era a modernidade nos moldes das grandes capitais européias.

Cabe ressaltar, no entanto, que mesmo exaltando a figura de Pereira Passos – na coluna *Cinematographo* não há um só momento em que o cronista se refira ao Prefeito de maneira negativa – o que figura realmente na coluna é uma imagem muito peculiar da cidade, isso devido ao fato de esta ter sido escrita no exato momento da transição, ou seja, mesmo

maravilhado com a modernidade e com o que ela proporciona, Paulo Barreto não hesita em nos mostrar que, com a reforma, a cidade perde certas particularidades, mas mantém outras.

A perda dessas características coloniais é então fruto de contradições, pois se exaltada em alguns momentos ela é vista como “uma elevação frente à barbárie” para em outros momentos figurar como a perda das características que faziam da cidade do Rio de Janeiro uma cidade única. São as particularizações da cidade e da vida sendo tragadas pela padronização da modernidade.

Cabe ressaltar também que essa transição que aparece nas crônicas de Paulo Barreto e que nos mostra que os modos e as usanças não foram alterados de uma hora para outra, reflete a multiplicidade da cidade do Rio de Janeiro. Uma multiplicidade onde o antigo e o novo, o colonial e o moderno convivem lado a lado. A análise das crônicas nos mostrou que a Reforma mudou a estrutura arquitetônica da cidade, gerando novos modos e costumes e construindo uma nova classe de assimilados com todas essas mudanças, mas que para além disso, não excluiu os velhos hábitos e usanças da cidade. Uma nova cidade surge em meio aos escombros das demolições, mas a velha cidade persiste em existir para a grande massa da população, que não foi tragada pelos hábitos modernos, continuar a vive-la.

Acreditamos, então que a principal contribuição do nosso trabalho se encontra justamente na perspectiva de analisar dois momentos em torno da Reforma. Aquele primeiro que nos faz acreditar que tudo se reformou e que nada de antigo restou na cidade nova e moderna e aquele que, posteriormente nos proporciona ver que as tradições e a velha cidade ainda subsistiram, apesar de não mais merecerem serem mostradas.

É a representação da multiplicidade histórica da cidade do Rio de Janeiro. Se a Reforma criou, em um curto espaço de tempo, uma camada de pessoas assimiladas à novidade, por outro preservou, uma grande massa da população com seus hábitos e vivências

tradicionais e que para além disso, continuaram convivendo e habitando espaços paralelos dentro da mesma cidade.

## FONTES

- **Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, Biblioteca.**

Prefeitura do Distrito Federal. Melhoramentos da cidade do Rio de Janeiro Projetados pelo Prefeito do Distrito Federal, Dr. Francisco Pereira Passos. Rio de Janeiro: Typographia da Gazeta de Notícias, 1903.

Primeiro e Segundo Relatórios da Comissão de Melhoramentos da cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Tipographia Nacional, 1976.

Melhoramentos da cidade do Rio de Janeiro. Crítica dos trabalhos da respectiva Comissão. Collecção de artigos publicados no “Jornal do Commercio” de 23 de fevereiro a 15 de abril de 1875 por L. R. Vieira Souto. Rio de Janeiro: Lino C. Teixeira e C., 1875

- **Fundação Biblioteca Nacional, Divisão de Periódicos.**

Gazeta de Notícias. Rio de Janeiro: 11 de agosto de 1907 a 18 de dezembro de 1910 – Periódicos.

## BIBLIOGRAFIA

- **Livros**

ABREU, Maurício. A Evolução urbana do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: IPLANRIO/Zahar, 1987.

ATHAYDE, Raymundo T. de. Pereira Passo. O reformador do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Editora A Noite. 1944.

AZEVEDO, André Nunes de (org.). Rio de Janeiro: Capital e Capitalidade. Rio de Janeiro: Departamento Cultural/ Sr-3 UERJ, 2002.

BARBOSA, Francisco de Assis Barbosa. A vida de Lima Barreto (1881-1922). Rio de Janeiro: J.Olympio; Brasília: INL, 1981.

BAUDELAIRE, Charles. O Spleen de Paris: pequenos poemas em prosa. Rio de Janeiro: Imago, 1995.

\_\_\_\_\_. Sobre a modernidade: o pintor da vida moderna. Rio de Janeiro: Pa e Terra, 1996.

BENCHIMOL, Jayme Larry. Pereira Passos: um Haussmann tropical. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1992.

BENJAMIN, Walter. Sociologia. 2ª. ed. São Paulo: Ática, 1991.

\_\_\_\_\_. Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo. São Paulo: Brasiliense, 1989.

BERMAN, Marshall. Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras: 1986.

BOSI, Alfredo. A literatura brasileira. vol 5. São Paulo: Cultrix, 1966.

\_\_\_\_\_. História concisa da literatura brasileira. São Paulo: Cultrix, 1974.

BRAUDEL, Fernand. Civilização Material, Economia e Capitalismo. Séculos XV-XVII, volume 3: o tempo do mundo. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

BROCA, Brito. A vida literária no Brasil-1900. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.

CANDIDO, Antônio (et al.). A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, Campinas: Unicamp, 1992.

\_\_\_\_\_. Literatura e sociedade. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1972.

\_\_\_\_\_. O discurso e a cidade. São Paulo: Duas Cidades, 1993.

CARVALHO, Delgado de. História da cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1990/1992.

CARVALHO, José Murilo de Carvalho. A formação das almas. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

\_\_\_\_\_. Os Bestializados. O Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CARVALHO, Lia de Aquino. Habitações Populares. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1995

CHALHOUB, Sidney. Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Brasiliense, 1986.

\_\_\_\_\_. Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores na Belle Èpoque. Campinas: Unicamp, 2001.

\_\_\_\_\_ e PEREIRA, Leonardo A. de M. (orgs.). A história contada: capítulos de história social da literatura no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

CHASTEEN, John Charles. América Latina. Uma História de Sangue e Fogo. Rio de Janeiro, Campus, 2001.

CORRÊA, Sampaio. Francisco Pereira Passos. Revista do Clube de Engenharia. Nº 23, agosto. Rio de Janeiro: Clube de Engenharia, 1936.

COSTA, Ângela Marques da, SCHWARCZ, Lilia Moritz. 1890-1914: No tempo das certezas. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

DEL BRENNNA, Giovanna Rosso. O Rio de Janeiro de Pereira Passos: uma cidade em questão II. Rio de Janeiro: Index, 1985.

FILHO, Adolfo Morales de los Rios. Dois notáveis engenheiros: Pereira Passos e Vieira Souto. Rio de Janeiro: Editora A Noite, 1951.

GOMES, Danilo. Antigos cafés do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Kosmos, 1988.

GRIMBERG. Keila. Código civil e cidadania. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

HABERMANS, Jurgen. O discurso filosófico da modernidade. Lisboa: Dom Quixote, 1990.

LUIZ EDMUNDO. O Rio de Janeiro de meu tempo. Volume 3. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938.

MACHADO, Maria Cristina. Lima Barreto: um pensador social na Primeira República. Goiânia: Ed. da UFG; São Paulo: Edusp, 2002.

MACHADO, Ubiratan. A vida literária no Brasil durante o Romantismo. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001.

MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo. A vida vertiginosa de João do Rio. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

MANTA, Inaldo de Lima Neves. A arte e a neurose de João do Rio. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

NEEDELL, Jeffrey D. Belle Époque tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

PAULOPOLITANO. Biografia histórica do Engenheiro Francisco Pereira Passos. Niterói, 1941 (mimeo).

RAMA, Angel. A cidade das letras. São Paulo: Brasiliense, 1985.

RESENDE, Beatriz. Lima Barreto e o Rio de Janeiro em fragmentos. Rio de Janeiro: UFRJ, 1993.

\_\_\_\_\_. Cronistas do Rio. (org). 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2001.

RIO, João do. A Alma Encantadora das Ruas. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura. Departamento Geral de Documentação e Informação cultural. Divisão de Editoração, 1987 (1908).

ROCHA, Osvaldo Porto. A Era das Demolições. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Secretaria Municipal de Cultura. Departamento Geral de Documentação e Informação cultural. Divisão de Editoração, 1995.

RODRIGUES, Antônio Edmilson Martins. João do Rio: a cidade e o poeta - Olhar de flâneur na Belle Èpoque tropical. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2000.

RODRIGUES, Antônio Edmilson Martins. José de Alencar: o poeta armado do século XIX. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2000.

RODRIGUES, João Paulo Coelho de Souza. A dança das cadeiras: literatura e política na Academia Brasileira de Letras. Campinas: Unicamp, 2001.

ROUANET, Sérgio Paulo. Mal-estar na modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SARMIENTO, Domingos Faustino. Facundo. Paris [França]: La Table Ronde, 1964.

SCHORSKE, Carl E. Pensando com a história: indagações na passagem para o modernismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SCHWARCZ, Lílian M. As barbas do Imperador. D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Cia das Letras, 1988.

SECCO, Carmen Lúcia T. R. Morte e prazer em João do Rio. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978.

SEVCENKO, Nicolau. Literatura como Missão. São Paulo: Brasiliense, 1989.

\_\_\_\_\_. A Revolta da Vacina: mentes insanas em corpos rebeldes. São Paulo: Brasiliense, 1984.

SILVA, Gastão Pereira da. Pereira Passos o reformador. Rio de Janeiro, 1943. (mimeo)

SOUZA, Laura de Mello e. Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII. 4º ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004.

SUSSEKIND, Flora. Cinematógrafo de letras. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

VELLOSO, Mônica Pimenta. As tradições populares na Belle Époque carioca. Rio de Janeiro: Funarte, 1988.

\_\_\_\_\_. Modernismo no Rio de Janeiro; Turunas e quixotes. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

- **Artigos**

ATHAYDE, Tristão de. “João do Rio”. IN: \_\_\_\_\_. Contribuição à história do modernismo. volume 1. Rio de Janeiro: José Olympio, 1939.

AZEVEDO, André Nunes de. “A Capitalidade do Rio de Janeiro. Um exercício de reflexão histórica”. IN: AZEVEDO, André Nunes de (org.). Rio de Janeiro: Capital e Capitalidade. Rio de Janeiro: Departamento Cultural/ Sr-3 UERJ, 2002.

BAUDELAIRE, Charles. “O pintor da vida moderna”. IN: \_\_\_\_\_. Poesia e prosa. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1995.

BENCHIMOL, Jayme Larry. “A modernização do Rio de Janeiro”. IN: DEL BRENNNA, Giovanna Rosso. O Rio de Janeiro de Pereira Passos: uma cidade em questão II. Rio de Janeiro: Index, 1985.

\_\_\_\_\_. “O Haussmanismo na Cidade do Rio de Janeiro”. IN: AZEVEDO, André Nunes de (org.). Rio de Janeiro: Capital e Capitalidade. Rio de Janeiro: Departamento Cultural/ Sr-3 UERJ, 2002.

\_\_\_\_\_. “Reforma Urbana e Revolta da Vacina na cidade do Rio de Janeiro”. IN: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lúcia de Almeida Neves. O Tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BOUÇAS, Luís Edmundo. “Um dandy decadentista e a estufa do novo”. IN: RIO, João do. A mulher e os espelhos. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1990.

BROCA, Brito. “Antônio Torres contra João do Rio”. IN: \_\_\_\_\_. Naturalistas, parnasianos e decadistas: vida literária do realismo ao pré modernismo. Campinas, SP: UNICAMP, 1991.

CARVALHO, José Murilo de Carvalho. “Aspectos históricos do pré-modernismo brasileiro”. IN: \_\_\_\_\_ (et al.). Sobre o pré-modernismo. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988.

CHIAVARI, Maria Pace. “As transformações urbanas no século XIX”. In: DEL BRENNNA, Giovanna Rosso. O Rio de Janeiro de Pereira Passos: uma cidade em questão II. Rio de Janeiro: Index, 1985.

MARINS, Paulo César Garcez. “Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras”. IN: SEVCENKO, Nicolau (org.). História da vida privada no Brasil. República: da Belle Époque à Era do Rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MARTINS, Luís. “João do Rio: a vida, o homem, a obra”. IN: RIO, João do. João do Rio: uma antologia. Rio de Janeiro: Sabiá, Instituto Nacional do Livro, 1971.

NEVES, Margarida de Souza. “Uma escrita do tempo: memória, ordem e progresso nas crônicas cariocas”. IN: CANDIDO, Antonio (et al). A crônica: o gênero, sua fixação e suas

transformações no Brasil. Campinas: Unicamp, Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992.

\_\_\_\_\_. “Brasil, acertai vossos ponteiros”. IN: Brasil, acertai vossos ponteiros. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 1991.

\_\_\_\_\_. “História da crônica, crônica da história”. IN: RESENDE, Beatriz (org.). Cronistas do Rio. Rio de Janeiro: José Olympio, 2001.

\_\_\_\_\_. “O povo na rua: um conto de duas cidades”. IN: PECHMAN, Robert Moses (org.). Olhares sobre a cidade. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.

RAMA, Angel. “A cidade ordenada”. In: \_\_\_\_\_. A cidade das letras. São Paulo: Brasiliense, 1985.

\_\_\_\_\_. “A cidade letrada”. In: \_\_\_\_\_. A cidade das letras. São Paulo: Brasiliense, 1985.

REZENDE, Beatriz. “O Rio de Janeiro e a crônica”. IN: \_\_\_\_\_. (org.). Cronistas do Rio. Rio de Janeiro: José Olympio, 2001.

\_\_\_\_\_. “Rio de Janeiro, cidade da crônica”. IN: \_\_\_\_\_. (org.). Cronistas do Rio. Rio de Janeiro: José Olympio, 2001.

\_\_\_\_\_. “A representação do Rio de Janeiro nas crônicas de Lima Barreto”. IN: CARVALHO, José Murilo de (et al.). Sobre o pré-modernismo. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988.

RODRIGUES, Antônio Edmilson Martins. “José de Alencar: o poeta armado – A letra como arma no Segundo Reinado”. In: PEIXOTO, Antônio Carlos e outros. O liberalismo no Brasil Imperial: origens, conceitos e práticas. Rio de Janeiro: Revan: UERJ, 2001.

\_\_\_\_\_. “Em algum lugar do passado. Cultura e História na cidade do Rio de Janeiro”. IN: AZEVEDO, André Nunes de (org.). Rio de Janeiro: Capital e Capitalidade. Rio de Janeiro: Departamento Cultural/ Sr-3 UERJ, 2002.

SEVCENKO. Nicolau. “Introdução: o prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso”. IN: \_\_\_\_\_ (org.). História da vida privada no Brasil. República: da Belle Époque à Era do Rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

\_\_\_\_\_. “A Capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio”. IN: \_\_\_\_ (org.). História da vida privada no Brasil. República: da Belle Époque à Era do Rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

- **Dissertações e teses**

VERANI, Ana Carolina. O Triste fim de Lima Barreto: literatura, loucura e sociedade no Brasil da Belle Époque / Ana Carolina Verani ; orientador: Antonio Edmilson M. Rodrigues. – Rio de Janeiro : PUC-Rio, Departamento de História, 2003.

SILVA, Fernanda Magalhães. Cinematógrafo: crônica e sociedade na Belle Époque carioca / Fernanda Magalhães Silva; Orientadora: Margarida de Souza Neves. - Rio de Janeiro: PUC, Departamento de História, 2002.

AZEVEDO, André Nunes de. Entre o Progresso e a Civilização: O Rio de Janeiro nos Traçados de sua Capitalidade. Rio de Janeiro: dissertação de Mestrado em História defendida pela UERJ, 1998 (Mimeo).

AZEVEDO, André Nunes de. Da Monarquia à República: um estudo dos conceitos de civilização e progresso na cidade do Rio de Janeiro entre 1868 e 1906; orientador: Antonio Edmilson Martins Rodrigues. – Rio de Janeiro: Departamento de História, 2003.

RODRIGUES, Antônio Edmilson Martins. A modernidade carioca: O Rio de Janeiro do início do século XX – Mentalidade e vida literária. Rio de Janeiro, 1987.

## ANEXO

Segue abaixo um quadro demonstrativo das crônicas utilizadas em nossa pesquisa. Cabe destacar que foram listadas aqui apenas as crônicas as quais o assunto se enquadrava dentro dos nossos estudos. O quadro apresenta a data da publicação da coluna, o dia a que ela se referia na publicação e o assunto tratado na mesma.

Periódico: *Gazeta de Notícias*

Localidade: *Rio de Janeiro*

Coluna: *Cinematógrafo,*

Autor: *Paulo Barreto sob o pseudônimo de Joe.*

Período da publicação: *11 de agosto de 1907 a 18 de dezembro de 1910.*

### QUADRO DE CRÔNICAS

Data da publicação	Dia da semana referido na coluna	Assunto tratado na crônica
11/08/1907	Sexta feira	Um passeio pela madrugada do Rio acompanhado de pessoas da “boa sociedade”.
18/08/1907	Domingo	A imagem maravilhosa que se tem da praia de Botafogo iluminada e a necessidade de se dar continuidade às obras do Prefeito Pereira Passos
08/09/1907	Sábado	Um passeio pelas ruas da cidade e a descoberta de muitos lugares.
15/09/1907	Domingo	O péssimo hábito dos cariocas de não saírem da cidade aos domingos e a associação dessa nova idéia a hábitos ingleses
22/09/1907	Domingo	A desastrosa batalha de flores no Campo da Aclamação promovida pelo novo prefeito
29/09/1907	Quinta-feira  Sábado	Um passeio de automóvel por diversos lugares da cidade  O gosto dos cidadãos cariocas pelas novidades, principalmente as importadas, e a febre dos cinematógrafos na cidade
13/10/1907	Quarta - feira	A visão de uma lamentável chuva e o alagamento da Avenida Beira-Mar
10/11/1907	Domingo	Os novos hábitos desenvolvidos nas maravilhosas

		tardes de verão na cidade
17/11/1907	Sexta – Feira	A importância de se conservarem as bandas de música nas comemorações das datas nacionais
	Sábado	A moda das viagens à inglesa à Petrópolis e uma crítica à dificuldade de se chegar na Serra
24/11/1907	Quinta-feira	A moda dos cinematógrafos na cidade e a grande quantidade que se tem espalhadas pelo centro da cidade
	Sábado	As maravilhosas tardes na Avenida Central
08/12/1907	Segunda-feira	O reaparecimento das casas de chopp no verão e os grupos de <i>music-hall</i>
	Sábado	Um passeio pela Rua do Ouvidor e a alegria apoteótica das festas do fim do ano
29/12/1907	Sábado	A grandiosidade da festa no Pavilhão Mourisco
05/01/1908	Sábado	As tradições religiosas do fim do ano, ainda mantidas na cidade.
12/01/1908	Quarta-feira	Um passeio pelos maus lugares da cidade e a nostalgia na percepção da morte do velho Rio pelas reformas
19/01/1908	Segunda-feira	O hábito de se freqüentar as casas de chopp.
16/02/1908	Terça-feira	A proposta de seu amigo Luiz Edmundo de fundar a Liga Contra o Feio e a exaltação à ele.
01/03/1908	Sábado	A grande diferença entre o carnaval delirante das ruas e o elegante dos salões

12/04/1908	Domingo	A invasão do povo numa elegante festa em torno do Pavilhão Mourisco no bairro de Botafogo, e o quanto interessante esta se tornou
19/04/1908	Domingo	Os perigos de passeio noturno pela cidade que está sem luz e a exaltação da eletricidade
10/05/1908	Domingo	O início da <i>season</i> carioca
31/05/1908	Sábado	As praias da cidade do Rio de Janeiro
05/07/1908	Sexta-feira	Reflexões a cerca dos ditados populares e sua dose de psicologia latente
02/08/1908	Terça-feira	A tradição do jogo do bicho na cidade “moderna”
23/08/1908	Domingo	A fantástica imagem que se tem da iluminação colorida da Exposição Nacional e o consecutivo passeio de automóvel que leva da maravilha ao Rio de vinte anos atrás
30/08/1908	Quarta-feira	Uma discussão com um amigo sobre o bairrismo num bar da Exposição Nacional.
	Sábado	A moda de se fotografar na Avenida Central e a grande quantidade de fotógrafos existentes no lugar
13/09/1908	Quinta-feira	As maravilhosas descobertas das andanças pela cidade e o encanto por um terceto de cordas despretenso em um bar da Rua da Carioca
11/10/1908	Sexta-feira	A condição de existência da civilidade e a conclusão de que a barbárie tem que existir.

18/10/1908	Quarta-feira	Algumas considerações sobre o efeito da Exposição Nacional sobre os brasileiros e a realidade e as ilusões trazidas pelo progresso.
08/11/1908	Sábado	A admiração pelas antigas profissões do Rio e o caso dos cocheiros.
11/04/1909	Segunda-feira	Sua viagem à Europa e as impressões negativas de angustia ao retornar e ver a cidade triste
	Sexta-feira	As duas grandes festas que mesclam religiosidade e excessos da cidade: o carnaval e a Semana Santa.
18/04/1909	Segunda-feira	Os transtorno decorrentes de uma chuva de verão no Rio de Janeiro.
25/04/1909	Domingo	Um passeio pela Tijuca e a necessidade de obras na região.
02/05/1909	Segunda-feira	A surpresa pela descoberta de um Café Avenida Central, o Café Belas Artes e a comparação deste com outros bares e restaurantes da cidade da cidade.
09/05/1909	Domingo	As Características e as qualidades do cinematógrafo.
16/05/1909	Quinta-feira	A festa dos negros no subúrbio e a grande variedade de cidades contidas dentro de uma.
06/06/1909	Terça-feira	Discussões a respeito do arrendamento do Teatro Municipal.

18/07/1909	<b>A Inauguração:</b> A grande inauguração do tão esperado, Teatro Municipal.	
01/08/1909	Terça - feira	Elogios ao projeto de Lei apresentado pelo Intendente Tertuliano Coelho sobre a proibição de se andar descalço no perímetro urbano.
26/09/1909	Domingo	Uma viagem de automóvel a São Gonçalo e a constatação da precariedade das estradas da região
	Quinta-feira	A tão esperada chegada da primavera.
24/10/1909	Terça-feira	O grande calor que faz na cidade no verão e a fuga pra Petrópolis, como uma solução pelo seu clima ameno
14/11/1909	Sábado	Os consecutivos casos de linchamento na cidade publicados pelos jornais e a imagem de um povo não civilizado.
12/12/1909	Segunda	Uma decepcionante ida ao Leme e à Copacabana.
09/01/1910	Domingo	Críticas ao elevado custo da construção do Palácio Monroe, e à sua possível reforma.
30/01/1910	Quarta-feira	A descrição de uma procissão religiosa, as lembranças da sua infância sobre o fato e a perda de todo o ambiente com Avenida onde passam rápidos carros.
	Sábado	A Temporada do Presidente Nilo Peçanha no Hotel White, na Tijuca, e a agitação provocada no bairro pelo fato.
06/02/1910	Sábado	As decepções de um carnaval desanimado por causa da forte chuva que caía.

13/02/1910	Quarta	Reflexões sobre o espírito do carnaval carioca.
20/02/1910	Terça-feira	Discussão sobre a derrubada do morro de Santo Antônio e a defesa em prol da idéia.
27/02/1910	Segunda-feira	Os músicos ambulantes das ruas centrais do Rio.
06/03/1910	Não disponível para consulta	
13/03/1910	Não disponível para consulta	
27/03/1910	Não disponível para consulta	
03/04/1910	Não disponível para consulta	
10/04/1910	Não disponível para consulta	
17/04/1910	Não disponível para consulta	
24/04/1910	Não disponível para consulta	
01/05/1910	Não disponível para consulta	
08/05/1910	Não disponível para consulta	
15/05/1910	Não disponível para consulta	
22/05/1910	Não disponível para consulta	
29/05/1910	Não disponível para consulta	
12/06/1910	Não disponível para consulta	

19/06/1910	Não disponível para consulta	
26/06/1910	Não disponível para consulta	
03/07/1910	Sexta-feira	O retorno das festas juninas na cidade, consideradas bárbaras, depois da sucessão de Pereira Passos que fazia a civilização e obrigava os munícipes a aceita-la.
04/09/1910	Não disponível para consulta	
11/09/1910	Não disponível para consulta	
18/09/1910	Não disponível para consulta	
25/09/1910	Não disponível para consulta	
02/10/1910	Não disponível para consulta	
09/10/1910	Não disponível para consulta	
16/10/1910	Não disponível para consulta	
30/10/1910	Não disponível para consulta	
06/11/1910	Não disponível para consulta	
13/11/1910	Não disponível para consulta	
20/11/1910	Não disponível para consulta	
27/11/1910	Não disponível para consulta	

04/11/1910	Não disponível para consulta
18/11/1910	Não disponível para consulta